



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RICARDO DIVINO DE OLIVEIRA GOMES

**POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO
DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1980**

Goiás
2024

RICARDO DIVINO DE OLIVEIRA GOMES

**POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO
DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Abordagem Territorial do Cerrado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tathiana Rodrigues Salgado.

Goiás
2024



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor

RICARDO DIVINO DE OLIVEIRA GOMES

E-mail: ricardoricgomes2409@gmail.com

Dados do trabalho

Título: POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 A 1980.

Tipo:

Tese Dissertação

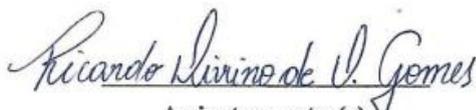
Curso/Programa: Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia

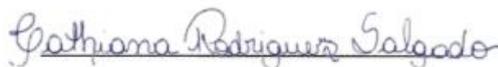
Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 26 de agosto de 2024.


Assinatura autor(a)


Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

G633p Gomes, Ricardo Divino de Oliveira.
Políticas estaduais de desenvolvimento e a modernização desigual do território goiano entre as décadas de 1940 a 1980 [manuscrito] / Ricardo Divino de Oliveira Gomes. – Goiás, GO, 2024.
139f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Território - Goiás, BR. 1.1. Políticas públicas. 1.2. Desenvolvimento desigual do território goiano. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 911.3(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

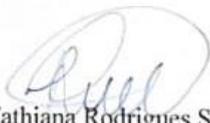
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 01/20234

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro às treze horas e trinta minutos, realizou-se o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **Ricardo Divino de Oliveira Gomes**, intitulada: **“Políticas Estaduais de Desenvolvimento e a Modernização Desigual do Território Goiano entre as décadas de 1940 a 1980”**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Tathiana Rodrigues Salgado (Presidente - PPGEO/UEG), Leandro Oliveira de Lima (UFG) e Júlio César Pereira Borges (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado proclamou que a dissertação encontra-se aprovada ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):

Cumpridas as formalidades de pauta, às 16 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 18/03/2024.


Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado (Presidente)


Prof.(a) Leandro Oliveira de Lima (UFG)

Documento assinado digitalmente

gov.br

JULIO CESAR PEREIRA BORGES

Data: 18/03/2024 16:18:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dr.(a) Júlio César Pereira Borges (PPGEO/UEG)

Dedico àquela que, abaixo de Deus, me deu a vida e me ensinou a ser “gente”: minha mãe, Maria das Graças Oliveira (in memoriam). Ela que, diante da sua humildade em olhar o mundo e as pessoas, mal sabia que, através da educação, seu único filho poderia mudar a triste, dura e difícil realidade em que vivera durante a infância e a pré-adolescência. Ela que, sempre me esperava chegar da faculdade antes da noite virar madrugada; que sempre “enchia” a boca para dizer aos mais próximos o quanto eu era um “bom filho”. E continuarei sendo... sobretudo, porque, acredito que o amor de mãe é transcendental, ultrapassa os limites desta esfera terrestre.

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grato ao grande amor da minha vida, minha esposa Sulaine Nascimento Batista Oliveira, que teve muita paciência ao longo de toda a caminhada, sobretudo, quando tive que conciliar o trabalho, o casamento, os estudos e a nossa filha Melissa que estava a caminho ao ingressar no mestrado. Minha esposa foi peça fundamental nesse processo.

À nossa pequena Melissa que, sem maturidade para saber o que estava acontecendo, sempre chegava à porta do quatinho de estudos e indagava: está estudando papai? Quero estudar também. Então, pegava uma folha de papel em branco e começava a desenhar. Ou, quando me puxava pelas mãos chamando para brincar de massinha com ela na sala. Espero que, assim como foi comigo, o estudo possa ser luz para novos caminhos, novos horizontes.

À minha orientadora, professora Dr.^a Tathiana Rodrigues Salgado, pela paciência, pelas orientações em momentos inusitados (finais de semana, feriados, noite...) pelas inúmeras contribuições que fez durante todo o mestrado. Ela, que é “cria” do Tadeu Arrais, que corrige de maneira minuciosa cada narrativa, olha cada detalhe produzido, mas que também sempre apresenta melhorias, propõe novas leituras, sugere novos livros e artigos. Que também me emprestou uma dezena de livros de sua biblioteca. Se não fosse pelo incentivo, objetividade e clareza, talvez não estaria concluindo esta etapa.

Às professoras Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessôa e Dr. Auristela Afonso da Costa, que, juntamente com a professora Tathiana, conduziram brilhantemente a disciplina de “Seminários” em um momento de aulas on-line durante a pandemia da covid-19. Elas, que nos apresentaram a parte burocrática da pesquisa científica, mas com muita clareza, presteza, competência e, sobretudo, suavidade.

Aos professores da banca avaliadora, Dr. Júlio Cesar Pereira Borges e Dr. Leandro de Lima, pelas contribuições sugeridas para aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina pelos ensinamentos e experiências a nós transmitidos.

RESUMO

É possível, a partir da construção de um quadro regional do estado de Goiás, no período que parte da década de 1940 à década de 1980, reconhecer um profundo desenvolvimento desigual do território goiano. Esse quadro regional desigual se manifesta quando espacializamos variáveis como a distribuição demográfica, taxa de urbanização, dados econômicos, sistemas produtivos, rede de comércio e serviços, renda e também, na distribuição desigual das redes: ferroviária, rodoviária e de energia elétrica. Destaca-se que esse desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano foi promovido pela intensa atuação do Estado, nas esferas federal e estadual, por meio de políticas públicas em diversos setores que capitalizaram, de forma distinta, o território. Como exemplo da atuação das políticas públicas federais e estaduais na produção do território goiano, pode-se citar a construção de duas capitais: Goiânia e Brasília, a criação da SUDECO, a execução dos projetos POLOCENTRO e PERGEB, além dos Planos de Governo Estaduais. A partir desse reconhecimento, o objetivo geral da pesquisa que fundamentou essa dissertação foi investigar os processos que promoveram o desenvolvimento desigual do território goiano entre as décadas de 1940 a 1980. A investigação reuniu procedimentos metodológicos como a revisão bibliográfica, a coleta de dados secundários, pesquisa documental e mapeamento das informações. Como objetivo secundário procurou-se avaliar como a atuação do Estado Nacional e, sobretudo, as políticas estaduais, promoveram o uso e ocupação desigual do território goiano. Partindo desses objetivos, buscamos verticalizar nossa análise para as políticas públicas elaboradas no âmbito dos governos estaduais e como elas também reforçam a produção desigual do território goiano. Seguindo essa perspectiva, buscamos sistematizar as ações políticas estaduais que reforçaram a modernização desigual em Goiás no recorte temporal entre as décadas de 1940 à 1980. A opção por este recorte temporal justifica-se pelo fato de que foi neste período que ocorreu, de forma intensa, a atuação das políticas federais e estaduais na formação e no desenvolvimento desigual de Goiás. Dessa forma, o projeto modernizador do Brasil acarretou o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano.

Palavras-chave: Goiás. Políticas Públicas. Desenvolvimento. Desigual.

ABSTRACT

It is possible, based on the construction of a regional framework for the state of Goiás, in the period from the 1940s to the 1980s, to recognize a profound uneven development of the Goiás territory. This unequal regional picture manifests itself when we spatialize variables such as demographic distribution, urbanization rate, economic data, production systems, trade and services network, income and also in the unequal distribution of networks: rail, road and electricity. It is noteworthy that this geographically unequal development of the Goiás territory was promoted by the intense action of the State, at the federal and state levels, through public policies in different sectors that capitalized, in different ways, the territory. As an example of the role of federal and state public policies in the production of the territory of Goiás, we can mention the construction of two capitals: Goiânia and Brasília, the creation of SUDECO, the execution of the POLOCENTRO and PERGEB projects, in addition to the State Government Plans. Based on this recognition, the general objective of the research that supported this dissertation was to investigate the processes that promoted the uneven development of the territory of Goiás between the 1940s and 1980s. The investigation brought together methodological procedures such as bibliographic review, secondary data collection, documentary research and information mapping. As a secondary objective, we sought to evaluate how the actions of the National State and, above all, state policies, promoted the unequal use and occupation of the territory of Goiás. Based on these objectives, we seek to verticalize our analysis to public policies developed within the scope of state governments and how they also reinforce the unequal production of the territory of Goiás. Following this perspective, we seek to systematize the state political actions that reinforced uneven modernization in Goiás in the period between the 1940s and the 1980s. The option for this time frame is justified by the fact that it was during this period that federal and state policies played an intense role in the formation and uneven development of Goiás. In this way, Brazil's modernizing project led to the geographically uneven development of the territory of Goiás.

Keywords: Goiás. Public policy. Development. Unequal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aspectos regionais de Goiás, Brasil.....	16
Tabela 2 - Goiás – Evolução dos setores da economia	40
Tabela 3 - Goiás – Evolução da produção agrícola por produtos (em toneladas).....	49
Tabela 4 - Crédito rural aprovado pelo POLOCENTRO em Goiás entre 1975-1982	59
Tabela 5 - Incorporação de área ao processo produtivo por regiões-programa no estado de Goiás (1970-1980).....	59
Tabela 6 – Municípios da Microrregião do Entorno de Brasília	67
Tabela 7 - Composição do PIB do Estado de Goiás - 1960	72
Tabela 8 - População urbana em Goiás - 1960 e 1970.....	74
Tabela 9 - População do estado de Goiaz ocupada nas atividades econômicas - 1940	87
Tabela 10 - Goiaz, população por sexo e situação de domicílio – 1940	88
Tabela 11 - Área e estabelecimentos agropecuários de Goiaz segundo as principais características – 1940	88
Tabela 12 - Goiás, população por sexo e situação de domicílio, 1950	94
Tabela 13 - Emprego de força nos trabalhos agrários dos estabelecimentos segundo as zonas fisiográficas de Goiás, 1950.....	95
Tabela 14 - Transformação da cana-de-açúcar no estado de Goiás de acordo com as zonas fisiográficas - 1950.....	96
Tabela 15 - Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz da indústria de acordo com as zonas fisiográficas em Goiás - 1950	96
Tabela 16 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos do comércio varejista segundo as zonas fisiográficas de Goiás - 1950.....	98
Tabela 17 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos do comércio atacadista segundo as zonas fisiográficas do estado de Goiás, 1950	99
Tabela 18 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos de crédito segundo as zonas fisiográficas em Goiás, 1950	100
Tabela 19 - Serviços de alojamento e alimentação segundo as zonas fisiográficas de Goiás - 1950.....	100

Tabela 20 - Goiás – estabelecimentos agropecuários, área e estabelecimentos com área cultivada – 1960	103
Tabela 21 - Goiás – pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários segundo o sexo e as zonas fisiográficas – 1960.....	104
Tabela 22 - Goiás – Estabelecimentos agropecuários que utilizam energia elétrica segundo as Zonas Fisiográficas – 1960.....	105
Tabela 23 - Goiás – estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento de acordo com a fonte fornecedora de crédito – 1960.....	106
Tabela 24 - Veículos nos estabelecimentos agropecuários goianos segundo as zonas Fisiográficas – 1960.....	107
Tabela 25 - Goiás – máquinas e instrumentos agrícolas segundo as zonas fisiográficas – 1960	108
Tabela 26 - Goiás – uso de fertilizantes segundo as Zonas Fisiográficas – 1960...	109
Tabela 27 - Goiás – quantitativo de rebanho segundo as Zonas Fisiográficas – 1960	109
Tabela 28 - Goiás – principais gêneros agrícolas segundo as Zonas Fisiográficas – 1960	111
Tabela 29 - Goiás – estabelecimentos industriais, pessoal ocupado e valor da produção industrial segundo as Zonas Fisiográficas – 1960.....	112
Tabela 30 - Goiás - Estabelecimentos comerciais e de serviços segundo as Zonas Fisiográficas – 1960	113
Tabela 31 - Goiás - Estabelecimentos agropecuários por microrregião, 1970.	116
Tabela 32 - Goiás - Máquinas e instrumentos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários – 1970.....	117
Tabela 33 - Goiás - Rebanho de acordo com as microrregiões – 1970	118
Tabela 34 - Produção agrícola em Goiás – 1970.....	119
Tabela 35 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado no setor de serviços segundo as microrregiões – 1970	120
Tabela 36 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria segundo as microrregiões – 1970.....	121
Tabela 37 - Goiás - Produção, compra e consumo de energia elétrica segundo as microrregiões – 1970.....	122
Tabela 38 - Goiás – População por Mesorregiões – 1980	125
Tabela 39 - Goiás – Estabelecimentos agropecuários por microrregião – 1980	125

Tabela 40 - Goiás – Máquinas e insumos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários – 1980.....	126
Tabela 41 - Goiás - Energia, Investimentos e Financiamento nos estabelecimentos agropecuários – 1980.....	127
Tabela 42 - Goiás - Produção Animal e Vegetal – 1980	128
Tabela 43 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria – 1980	128
Tabela 44 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio – 1980	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrada de Ferro Goiás: período de inauguração dos trechos e estações 1909-1978.....	46
Quadro 2 - Relação dos municípios do estado de Goiás segundo as zonas fisiográficas – 1950.....	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PIB Per Capita dos municípios goianos - 2020.....	42
Figura 2 - Balança Comercial dos municípios goianos - 2020.....	43
Figura 3 - Evolução da malha ferroviária goiana (1909-2000).....	50
Figura 4 - Brasil – evolução da população urbana: 1940-1980	56
Figura 5 - Goiás – Evolução da população urbana: 1940-1980	57
Figura 6 - Goiás: áreas-programa do POLOCENTRO - 1975	58
Figura 7 - Área e população segundo os municípios goianos – 1940.....	86
Figura 8 - Goiaz, empresas e estabelecimentos industriais segundo os municípios – 1940	90
Figura 9 - Goiás: número de municípios e população segundo as zonas fisiográficas, 1950	93
Figura 10 - Goiás – municípios e população segundo as zonas fisiográficas - 1960	102
Figura 11 - Goiás - Quantitativo de Municípios por Microrregiões Homogêneas – 1970	115
Figura 12 - Goiás – Municípios por Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas – 1980	124
Figura 13 - População dos municípios nas áreas próximas da Estrada de Ferro Goiás - 1920	131
Figura 14 - Evolução da rede rodoviária federal em Goiás (1953-1983).....	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IMB	Instituto Mauro Borges
MB	Mauro Borges
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento Econômico
PERGEB	Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDECO	Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO GEOGRAFICAMENTE DESIGUAL	20
1.1 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO EM LÉON TROTSKY	22
1.2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM NEIL SMITH	26
1.3 O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL EM DAVID HARVEY	33
1.4 INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	36
2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DE UM TERRITÓRIO DESIGUAL	44
2.1 A INTEGRAÇÃO GOIANA AO CAPITALISMO NACIONAL	44
2.2 AS CAPITAIS PLANEJADAS E A URBANIZAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO	55
2.2.1 A construção de Goiânia	60
2.2.2 A construção de Brasília	64
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A CAPITALIZAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO	68
2.3.1 Governo Mauro Borges - 1961 a 1964	68
2.3.2 Governo Otávio Lage de Siqueira - 1966 a 1971	71
2.3.3 Governo Leonino di Ramos Caiado - 1971 a 1975	74
2.3.4 Governo Irapuan Costa Júnior - 1975 a 1979	75
2.3.5 Governo Ary Valadão - 1979 a 1983	78
2.3.6 Governo Iris Rezende Machado - 1983 a 1986	81
2.3.7 Governo Henrique Santillo - 1987 a 1991	83
3 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS DE 1940 A 1980	85
3.1 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1940	85
3.2 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1950	91
3.3 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1960	101
3.4 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1970	114
3.5 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1980	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos marcantes da formação socioespacial goiana é sua diversidade geográfica. Essa diversidade, manifesta-se tanto na diferença de natureza, materializada nos distintos aspectos culturais e ambientais observáveis no território, e também na desigualdade, que, conforme destacado por Haesbaert (1999), é promovida pela des(ordem) econômica.

A desigualdade territorial em Goiás pode ser reconhecida a partir da espacialização dos distintos níveis de urbanização, da concentração diferencial dos “meios técnicos científicos informacionais”, nas distintas possibilidades de acesso a bens e serviços públicos e privados, na capitalização diferenciada do território promovida pela atuação estatal, na estrutura da rede urbana, ainda fortemente concentrada em pouco centros urbanos, dentre outros indicadores econômicos e sociais que podem ser usados como parâmetro interpretativo.

Em síntese, há, no território goiano, além de uma diversidade de natureza, uma forte diferença de grau. Há vasta literatura que comprovam as afirmações anteriores, dentre elas, destacamos os trabalhos de Arrais (2006, 2007, 2011), Salgado (2010, 2017), Castilho (2014), além dos diversos materiais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A tabela 01 dá conta de um retrato atual da desigualdade regional em Goiás considerando o atual recorte em regiões intermediárias proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 1 - Aspectos regionais de Goiás, Brasil

Região Intermediária	Número de municípios	População¹	PIB* (2020)	Participação da Indústria no PIB* (2020)
Goiânia	80	3.641.673	122.237.663	25.055.990
Itumbiara	22	433.045	16.711.643	3.590.612
Rio Verde	29	661.731	34.123.102	8.264.776
São Luiz do Montes Belos	35	309.851	11.389.622	2.530.354
Porangatu-Uruaçu	46	522.112	14.753.953	3.867.202
Luziânia-Águas Lindas	34	1.379.924	25.762.163	4.427.401

¹ - Prévia da população calculada até 25 de dezembro de 2022 (IBGE).

*Valor multiplicado por R\$1.000

Fontes: IBGE (2022), IMB (2020).

Mesmo considerando distintos recortes regionais, a desigualdade socioeconômica é fenômeno histórico marcante no território goiano, conforme comprova Salgado (2010) ao analisar as regiões de planejamento do estado de Goiás entre as décadas de 1940 a 1980, e Arrais (2006), ao traçar um panorama geral sobre a geografia de Goiás.

A partir do reconhecimento da atual desigualdade territorial do estado de Goiás, entendemos ser um importante exercício de pesquisa e reflexão, compreender os diferentes processos que produziram o atual padrão territorial goiano. Reconhecemos, não se tratar de uma abordagem nova, mas buscamos apresentar nossa contribuição com o debate, aprimorar, e ao mesmo tempo, melhorar nossa base teórica e metodológica sobre a Geografia de Goiás, o que muito contribui para nossa formação continuada e aperfeiçoamento enquanto profissional da educação básica.

O interesse pela temática surge a partir das leituras de Smith (1988), Haesbaert (1999), Harvey (2006) e Santos e Silveira (2002). Os dois primeiros autores discutem a desigualdade territorial como resultado do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e os terceiros, a partir de um panorama geral da formação socioespacial brasileira, demonstram como o meio técnico-científico-informacional se materializou de forma distinta no território brasileiro, produzindo novas e velhas desigualdades territoriais. Sendo o estado de Goiás um recorte espacial de um país de capitalismo periférico, ele é a base empírica ideal para compreendermos de forma mais aprofundada as reflexões propostas nos autores citados.

Entendemos que, analisar os processos de produção desse território, em um recorte temporal específico, podemos obter uma visão mais completa e detalhada das questões abordadas pelos referidos estudiosos, além de compreendermos melhor nossa atual estrutura territorial.

O primeiro desafio da pesquisa foi delimitar um recorte temporal para nortear o estudo e ser compatível com o período de realização do curso de mestrado. Conforme aprendemos em Santos e Silveira (2002), o que interessa discutir é o território usado, sinônimo de espaço geográfico, “essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (p.20), entretanto, como ensina os autores, uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos

históricos. Ainda conforme os autores “cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações e, certamente, as feições regionais” (p.20).

Considerando os ensinamentos de Santos e Silveira (2002) e dos grandes marcos temporais identificados na historiografia goiana, como relevantes para entender o território goiano, a grosso modo, período colonial, século XIX, reintegração nacional e fragmentação do território (Palacin, 1976, Bertran 1978, Gomes et al, 2008), de início, entendemos que a desigualdade atual se vincula fortemente com os processos históricos de reintegração do estado de Goiás ao capitalismo nacional, ocorridas a partir das primeiras décadas do século XX. Tal compressão surgiu a partir das leituras de Estevam (2004) e Arrais (2011) e, nos levou a selecionar como recorte temporal as décadas de 1940 a 1980. O recorte temporal também se justificou pela possibilidade de acesso a dados secundários importantes para nossa leitura.

Em face do exposto, o objetivo geral da pesquisa que fundamentou essa dissertação foi investigar os processos que promoveram o desenvolvimento desigual do território goiano entre as décadas de 1940 a 1980. Além do objetivo proposto, buscamos apresentar um quadro regional do território goiano entre 1940 a 1980 a fim de comprovar empiricamente como essa desigualdade se manifestou.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi fundamentada na revisão bibliográfica, bem como na revisão documental. E por último, na coleta e sistematização de dados secundários e sua seguinte espacialização em um conjunto de mapas. Os dados secundários são provenientes, principalmente, dos censos demográficos comerciais, agropecuários e de serviços do IBGE (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980) disponibilizados na biblioteca digital do IBGE.

Iniciamos a apresentação dos resultados com uma revisão teórica acerca do conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Apoiados nas contribuições de Trotsky (2017), Smith (1988) e Harvey (2006).

No segundo capítulo, por meio de uma revisão documental, analisamos as principais ações estatais responsáveis pela produção do território goiano entre os anos de 1940 e 1980 através da análise dos Planos de Governo Estaduais e das ações da SUDECO, do POLOCENTO e do PERGEB.

No terceiro capítulo, é apresentado um panorama regional do estado de Goiás no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1980. São destacadas, a partir dos quadros regionais, como se deu a produção desigual do território goiano por meio da análise de variáveis como distribuição demográfica, urbanização, dados econômicos, sistemas produtivos, comércio, serviços e renda. Além disso, são abordadas as desigualdades na distribuição das infraestruturas de transporte, incluindo redes ferroviárias, rodoviárias e de energia.

1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO GEOGRAFICAMENTE DESIGUAL

Partindo do reconhecimento da natureza desigual do território goiano, apresentado na introdução desse trabalho e, buscando adicionar uma contribuição às pesquisas sobre os processos que produziram e reforçam essa desigualdade, o esforço inicial, para ler o objeto de estudo – o território goiano - foi dedicar atenção a algumas interpretações sobre o desenvolvimento desigual, sob a égide do modo de produção capitalista. Buscou-se, dessa forma, conhecer o aporte teórico dedicado ao tema, entendendo que, conforme destaca Sposito (2020, p. 19), “a teoria é constituída por um conjunto de conhecimentos que servem para ler e interpretar a realidade.” Nosso exercício teórico se concentrou em três grandes contribuições para a interpretação da natureza desigual do desenvolvimento capitalista, as oferecidas por Trotsky (2017), Smith (1988) e Harvey (2006). A escolha dessas três obras justifica-se por serem essas importantes matrizes interpretativas do desenvolvimento geograficamente desigual em espaços de capitalismo periférico, como é o caso brasileiro e, conseqüentemente, goiano.

Ao estudar as três clássicas contribuições, buscou-se contextualizar o período de elaboração da obra, o reconhecimento das matrizes filosóficas dos autores, as bases empíricas que fundamentam as teorias, e, por fim, as principais conclusões de cada autor. Além da leitura das obras citadas, buscou-se também contribuições que realizaram esforços de compreender as teorias que são objeto de estudo desse capítulo.

Além das três obras clássicas, também temos as contribuições de Löwy (1995), Mandel (1979), Coggiola (2004) e Novack (2012) acerca do desenvolvimento desigual.

Para Löwy (1995) a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de explicar modificações e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. Löwy (1995) ressalta que os diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”. Em outras palavras, para uma região se desenvolver, outra tem que pagar o preço para servir.

Acerca do desenvolvimento geograficamente desigual e combinado, Trotsky (2017, p. 14) salienta:

A desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se mais aguda e complexamente no destino dos países atrasados. Sob o açoitado da necessidade externa, sua cultura atrasada é obrigada a dar saltos. Da lei universal da desigualdade deriva, assim, outra lei que, à falta de melhor nome, podemos chamar de lei do desenvolvimento combinado – entendendo com isso a aproximação dos diferentes estágios da viagem, uma combinação dos passos diferentes, um amálgama do arcaico com as formas mais contemporâneas (Trotsky, 2017, p. 13-14 apud Mandel 1979, p. 14).

Ao se referir que a desigualdade é revelada de maneira mais aguda e acentuada nos países atrasados, Trotsky (2017), faz menção ao caso russo quando esse país se insere no sistema capitalista através dos investimentos vindos da Indústria Europeia.

Trotsky (2017) explicitou, antes do mais, que a lei do desenvolvimento desigual e combinado é (embora possa parecer redundante) a junção de suas duas leis intimamente relacionadas: a do desenvolvimento desigual e a do desenvolvimento combinado, sendo que esta última deriva da primeira e depende dela: é necessário que haja um desenvolvimento desigual, ou a coexistência de elementos de diversas etapas da história, para que possa haver a combinação, ou fusão, desses elementos díspares. No entanto, na medida em que o desenvolvimento desigual e o desenvolvimento combinado não agem separada e independentemente, mas interagem, influenciando-se reciprocamente – a desigualdade precede a combinação, porém, age sobre os fatores da desigualdade, influenciando o seu posterior desenvolvimento (Goggiola, 2004).

De acordo com Novack (2012) a lei do desenvolvimento desigual e combinado apresenta dois aspectos característicos. A primeira característica diz respeito às peculiaridades nacionais. A segunda se refere a “lei da interpenetração dos opostos.

A respeito das peculiaridades nacionais Novack (2012, p. 2) diz que:

cada nação tem seus próprios traços característicos. Mas essas peculiaridades surgem como consequência da modificação das leis gerais em função das condições materiais e históricas específicas.

Com isso, Novack (2012) apresenta que essas peculiaridades nacionais são fruto de um processo histórico definido e que, portanto, novas condições históricas podem alterá-las, eliminá-las e transformá-las em seus opostos.

No que concerne à “lei da interpenetração dos opostos” pontuado por Novack (2012, p. 3) como segunda característica do desenvolvimento desigual, salienta o seguinte:

... a primeira fase do processo evolutivo – a desigualdade – é o pré-requisito indispensável para a segunda fase: a combinação de características que pertencem a diferentes etapas da vida social nas distintas formações sociais, desviando-se dos padrões deduzidos abstratamente ou tipos “normais” (Novak, 2012, p. 3).

Temos aqui, nessa segunda característica, que o desenvolvimento desigual e combinado é marcado, notadamente, por uma mescla de elementos atrasados com os fatores mais modernos (Novak, 2012).

1.1 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO EM LÉON TROTSKY

Lev Davidovich Trotsky (1879-1940) cujo nome verdadeiro era Leiba Bronstein, nasceu em Ianovka, então Império Russo, atual Ucrânia, no dia 7 de novembro de 1879. Se tornou um grande escritor e colaborador em vários jornais de grande circulação em vários países. Marxista e grande intelectual, antecipou, antes da Revolução de 1905, a sua única e agora especialmente célebre teoria da Revolução Permanente. Tornou-se um grande revolucionário e líder social-democrata na Revolução de 1917. Foi eleito presidente do Primeiro Soviete de Deputados Operários de Petesburgo onde conseguiu introduzir o Partido Bolchevique no Sexto Congresso, em julho de 1917. Também participou da membresia do Comitê-Central do Partido Comunista Russo a partir de 1917. Criou o Exército Vermelho, bem como conduziu a guerra contra as forças contrarrevolucionárias sustentada por todas as grandes potências do mundo à época. Se tornou uma figura com muita popularidade entre o proletariado de Petesburgo, quando da sua prisão (Trotski, 2017, p. 14-21).

Interpretar as diferenças e desigualdades no processo de desenvolvimento de diferentes formações socioespaciais é um esforço empreendido por pensadores, filósofos e estudiosos, desde a Antiguidade, até a Idade Moderna. É possível que a origem destas concepções seja remota, tendo os primeiros indícios de que existiria um desenvolvimento desigual partido de abordagens de Tucídides, no período

clássico grego ao identificar as diferenças entre sua civilização e os chamados “povos bárbaros” (Coggiola, 2004).

Porém, nesse exercício de pesquisa, reconheceu-se em Trotsky (2017), a primeira contribuição, sistematizada e explícita, de explicação de um fenômeno intrínseco ao processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas¹, o desenvolvimento desigual. Trotsky (2017) vai denominar suas conclusões de Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, conforme apresentado pelo autor:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trotsky, 2017 p. 34).

Como destaca Novack (2012), a lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. “Tem um caráter dual, ou, melhor dizendo, é uma fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico.”

Conforme podemos concluir da leitura de Boscarol *et al.* (2009) a teoria do desenvolvimento desigual e combinado desenvolvida por Leon Trotsky (2017) está relacionada à forma de produção capitalista, pois, na medida em que os territórios vão se modernizando/desenvolvendo, ocorre - na esfera econômica - a acumulação

¹ De acordo com Bobbio *et al.* (1998) Capitalismo designa uma forma particular, historicamente específica, de agir econômico, ou um modo de produção em sentido estrito, ou subsistema econômico deduzidas do processo histórico da industrialização e da modernização político-social. O Capitalismo apresenta características que o distinguem dos outros modos históricos de produção. São eles: a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro.

de capital e, por conseguinte, uma produção dominante exerce a hegemonia sobre as outras. Sua teoria relaciona-se com os fundamentos do marxismo.

Para Trotsky (2017), quando uma produção dominante – nesse caso, da elite - exerce hegemonia sobre as demais, tem-se a geração da desigualdade, advinda com esse desenvolvimento. Nessa lógica, dentro do capitalismo, o desenvolvimento promoverá suas desigualdades e, portanto, seus “desenvolvimentos desiguais”.

De acordo com Lowy (1995), a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de explicar as transformações pertencentes a modos de produção diferentes e de ramos distintos de produção, bem como compreender o tipo de dominação que o capital exerce nas formações sociais e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições socioeconômicas dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo.

Conforme afirma Lowy (1995), Trotsky foi quem concedeu grande profundidade à teoria do desenvolvimento desigual e combinado a fim de entender as mudanças e contradições realizadas no âmbito do sistema capitalista. O autor aborda o desenvolvimento capitalista sob o ângulo da inserção da economia russa nesse sistema. Na Rússia, o capital de origem estrangeira – vindo, sobretudo da Europa – foi causa e ao mesmo tempo fraqueza da burguesia nativa russa. No espaço russo, encontram-se todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante da política mundial. Estes diferentes estágios não estão simplesmente um do lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”. Nesse amalgama, se entrecruzam condições locais – atrasadas- e condições gerais -avançadas (Löwy, 1995).

Ainda, de acordo com Boscariol et al (2009), o capitalismo russo não se desenvolve a partir da manufatura e indústria artesanal, tal como ocorrera com os países precursores da Revolução Industrial, ou seja, se desenvolveu a partir do próprio julgo exercido pelo centro hegemônico sobre a Rússia. A indústria russa se modernizou pelos investimentos do capital inglês e francês queimando etapas, que por conta disso, figurou como exemplo de pujança e produtividade sem precedentes. Parte do que havia de mais moderno no setor produtivo europeu encontrava-se no território russo.

Sobre a pujança da indústria russa e seu desenvolvimento, Leon Trotsky (2017, p. 38) afirma:

(...) é precisamente no domínio da economia que a lei da evolução combinada se manifesta com maior força. Enquanto na agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto a técnica e sua estrutura capitalista, encontravam-se no mesmo nível que nos países avançados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava (Trotsky, 2017, p. 38).

Embora as nações sejam governadas pelo mesmo processo universal – o capitalismo - verifica-se uma combinação de contrapontos relacionados ao desenvolvimento combinado, de aspectos contraditórios, de elementos mais avançados e outros, nem tanto, pelos quais é possível estabelecer uma desigualdade no ritmo de desenvolvimento russo apresentados anteriormente.

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trotsky, 2017, p. 33).

Aqui tem-se, de acordo com a visão de Trotsky (2017), nas sociedades ditas “atrasadas”, a manifestação das formas e dos elementos que possibilitam o desenvolvimento histórico desigual através de saltos súbitos, promotor da desigualdade de ritmos. A partir dessa desigualdade de ritmos transcorre-se o desenvolvimento combinado, sob o qual o autor exemplifica o caso russo (agricultura atrasada/retrógrada quase ao nível do século XVII, contrastando com uma indústria avançada, típica de países capitalistas desenvolvidos.

Conclui-se que Trotsky (2017) foi quem promoveu as primeiras provocações e realizou a primeira contribuição acerca do desenvolvimento desigual. Ele parte do princípio de que o desenvolvimento desigual é intrínseco ao desenvolvimento do sistema capitalista através da inserção da Rússia ao processo de modernização. Rússia, ao passar pelo processo de modernização, gerou diferentes estágios de desenvolvimento quando da dominação do capital sobre as formações sociais, ou

seja, a acumulação desigual pela elite russa foi geradora de saltos súbitos promotores da desigualdade.

De semelhante modo, ocorreu com o território brasileiro, e, respectivamente, goiano, na medida em que os mesmos foram passando pelo processo de modernização típico da periferia do sistema capitalista. Destaca-se que a modernização, ocorrida entre 1930 e 1985, foi marcada por uma intensa atuação do Estado por meio de políticas territoriais em Goiás.

Ressalta-se que a modernização goiana foi alicerçada à formação territorial do Brasil através de alianças entre a elite nacional e o capital externo, geradora das desigualdades. Essa aliança condicionou e adaptou o país a diversificadas situações e conjunturas, as quais, alinharam a produção do território goiano. Condição que promoveu o desenvolvimento geograficamente desigual em Goiás: o Sul goiano com maior dinamização socioeconômica em detrimento do Norte, dada a priorização das políticas territoriais direcionadas pelo avanço capitalista e mediada pelo Estado na orientação do capital no interior do Brasil.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM NEIL SMITH

Neil Smith (1988) foi um grande geógrafo escocês contemporâneo, professor da Universidade de Nova York e vencedor de vários prêmios. Ganhou notoriedade ao estudar o processo de gentrificação nos EUA na década de 1970. Em sua principal obra, “Desenvolvimento Desigual” de 1988, ele apresenta uma investigação intelectual acerca do desenvolvimento desigual. Esta obra está estruturada em quatro capítulos. No primeiro e segundo capítulos ele discute a concepção de natureza que domina o pensamento ocidental, bem como esboça os rudimentos de uma concepção alternativa da relação com a natureza. No terceiro capítulo, Smith (1988), faz uma abordagem sobre o conceito de Espaço e a relação entre natureza e espaço, especialmente no impulso do capital para a produção espacial. Nos capítulos quarto e quinto, o autor realiza uma investigação teórica que destaca os processos de igualização e diferenciação e sua conexão com a acumulação e circulação de capital, culminando com a apresentação da Teoria do Desenvolvimento Desigual.

Para Smith (1988), a teoria do desenvolvimento geográfico e desigual é um ensaio para descobrir os processos pelos quais sustentam as desigualdades geográficas do modo de produção capitalista.

Na visão de Boscarol, Cocco e Amorim (2009), Smith se utilizou do método histórico-dialético para a elaboração da concepção de desenvolvimento desigual, derivado de Lênin e Trotsky, estruturando seu pensamento na forma de processos em pares dialéticos em uma abordagem multiescalar da realidade. Ele iniciou seus estudos voltados para o desenvolvimento desigual e combinado após pesquisas sobre o processo de gentrificação nos Estados Unidos. Segundo o autor, o processo de gentrificação era apenas um produto de forças mais universais da sociedade, operando em diferentes escalas (Boscarol, Cocco, Amorim, 2009).

O autor tenta compreender o desenvolvimento desigual através de suas inquietações acerca da cidade e do urbanismo no atual estágio do sistema capitalista pelo processo de acumulação.

Outro enfoque destacado por Smith (1988) oriundo do pensamento kantiano compreende uma investigação teórica e filosófica sobre o conceito de natureza o qual sempre foi vista de uma forma dual, ou seja, uma natureza exterior e outra interior. “A natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam.” (Smith, 1988, p. 29).

Logo, a natureza exterior diz respeito a tudo aquilo que não compreendia o mundo humano, ou seja, a natureza “selvagem”, ou “pura”. Já a natureza interior tem como representatividade a natureza humana e subjetiva. De acordo com o autor, essas abordagens contribuíram para justificar os diferentes modos de exploração do homem pela natureza, desde a exploração bruta de madeira até a construção de casas no campo e de veraneio. Outro enfoque dado por Smith relacionado a natureza é a produção do espaço geográfico, pois o espaço geográfico é fruto das relações sociais (Boscarol, Cocco, Amorim, 2009).

Smith (1988) parte do princípio de que o desenvolvimento desigual é fruto do processo de produção do espaço dentro do capitalismo, ou seja, o espaço é tido como mercadoria. Como mercadoria, a apropriação do espaço é desigual, pois reflete as desigualdades, ou seja, a lógica contraditória da mercadoria significou uma abstração fundamental diante da natureza. Chalo (2018, p. 68), acerca da relação sujeito/objeto, considera que:

É preciso deixar claro que a separação entre sujeito e objeto se transforma, na relação entre sociedade e natureza, num dualismo que ora a sociedade é sujeito que domina a natureza e ora é objeto (é movida pelas forças naturais internas). Ou seja, ora a sociedade é separada da natureza, ora é integrada (Chalo, 2018, p. 68).

Nos seus estudos sobre o desenvolvimento desigual, Smith (1988) tem como base a realidade americana na formulação de sua teoria, a partir de uma natureza humana selvagem que necessita ser conquistada, apropriada, civilizada. Com a abordagem de uma natureza selvagem, ele vem justificar o processo de expansão territorial dentro do capitalismo através da colonização e, sobretudo, de expansão territorial para o Oeste dos Estados Unidos.

Outro ponto elementar a respeito da natureza a ser considerado pelo autor é a produção do espaço geográfico. De acordo com Smith, a produção do espaço geográfico é, senão, uma apropriação da natureza, que se estabelece através das relações sociais dentro do capitalismo. Sendo assim, Smith (1988, p. 151) salienta:

Não é, como sugere Ernest Mandel, o “sistema do mundo capitalista” que está em função da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes, é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo (Smith, 1988, p. 151).

Conforme destaca Smith (1988) o capitalismo reveste-se das diferenças geográficas e as apropria como ponto primordial para seu desenvolvimento, portanto, assentando-se em uma base natural, juntamente com a divisão territorial do trabalho. Com base nessa lógica, a sociedade se apropria dos elementos naturais, que não se distribuem de forma igualitária pelo território, resultando em uma apropriação desigual. Assim, a natureza não é a única condição para o desenvolvimento; o trabalho humano exercido sobre o meio natural é fundamental para a produção material.

Segundo afirma Ribeiro Junior (2014, p. 41): “A natureza é, indubitavelmente, uma condição objetiva de desenvolvimento humano, *mas o desenvolvimento humano não é redutível à natureza.*”

Smith (1988) remete uma atenção especial ao espaço geográfico, pois este é encarado por ele como mercadoria baseando-se no valor de uso e no valor de troca como também aborda a produção do espaço absoluto em espaço relativo. “Os espaços absolutos são a matéria-prima para a produção do espaço relativo. Além disso, vistas historicamente desta maneira, as determinações sociais da relatividade do espaço geográfico tornam-se aparentes.” (Smith, 1988, p. 129-130). Essa

relatividade do espaço geográfico é atribuída ao processo atual de acumulação de capital.

Acerca das relações sociais de produção espacial, Smith (1988, p. 139), afirma que:

A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, "mas no espaço como um todo"; "o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza". As relações espaciais são geradas "logicamente", mas tornam-se "dialecizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço "dialecizado" e de conflito... que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições (Smith, 1988, p. 139).

Conforme o raciocínio de Smith (1988), a produção do espaço se dá através das relações sociais no espaço como um todo e, marcado, notoriamente, por relações dialéticas através das atividades humanas. O autor inclusive, cita o enfoque de produção de espaço de Henri Lefebvre, tendo-o como o mais coerente e criativo na abordagem da produção do espaço. "Para Lefebvre, o espaço é o lugar no qual os episódios finais do drama capitalista estão sendo apresentados." (Smith, 1988, p. 140).

Nota-se que as distinções da produção desigual do espaço estão relacionadas às atividades humanas sobre esse espaço, influenciadas pela lógica do capital, portanto, acompanhou a modo de produção capitalista que é dialético, desigual, segregacional. Essa contradição, que surge no âmago do modo de produção capitalista, inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual. Com o avançar do imperialismo, aumenta-se a diferenciação entre nações atrasadas e as nações adiantas (Smith, 1988).

É importante, nesta pesquisa, deixar evidente o conceito de "desenvolvimento desigual" de acordo com a visão de Neil Smith. Para Smith (1988, p. 150):

O desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma "lei universal da história humana" ou, de forma mais abstrata ainda, é 'a essência da contradição". O consenso sobre o desenvolvimento desigual é, assim, obtido a um certo custo; os enunciados potencialmente penetrantes da teoria desaparecem quando o desenvolvimento desigual é visto como uma metafísica universal, sendo seu significado reduzido a um mínimo denominador comum. Esta abordagem filosófica não somente nega oportunidades teóricas, mas, o que é muito mais importante, é historicamente errônea.

Tendo o desenvolvimento desigual como uma lei universal, um universal filosófico, que tem embutido de ideologia burguesa de universalizar as formas e as relações sociais tipicamente capitalistas em relações permanentemente naturais. Não é o sistema capitalista que está em função da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado, mas é o desenvolvimento desigual que está em função da universalidade hodierna do capitalismo (Smith, 1988).

Smith aborda também as bases naturais da diferenciação espacial e níveis de desenvolvimento, ao qual é fundamentada na divisão do trabalho na sociedade. Essa divisão está calcada na troca de mercadorias. Sobre esse assunto, Smith (1988, p. 152) afirma que:

Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes quantidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar, embora não em outro.

É claro que as condições qualitativas da natureza impõem certos limites para que o processo de produção ocorra em determinadas áreas e outras não; sendo assim, o algodão não pode ser cultivado no ártico, como também não se pode extrair carvão em estruturas geológicas que não o contém. Essa é a base natural para a divisão do trabalho que depende da produção do excedente. Mas é imprescindível levar em conta que numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental, tornando-se a base para uma diferença social sistemática do processo de trabalho (Smith, 1988).

Atualmente, essa visão da diferenciação espacial calcada numa concepção natural está em processo de superação. A esse respeito, Smith (1988, p. 158) afirma:

A divisão territorial do trabalho libertou-se cada vez mais de suas raízes na natureza, e na medida em que ela sobrevive é apenas mantida por uma nova base material. Certamente, o capitalismo herdou uma divisão territorial do trabalho radicada nas diferenciações naturais e essa divisão territorial se mantém em proporção maior ou menor, mas ela subsiste como um fato — relíquia para os ditames de uma nova sociedade, com um novo conjunto de forças que tendem para a diferenciação das condições e dos níveis de desenvolvimento

Dentro do sistema capitalista de produção, Smith coloca-nos que é impossível uma igualização. De acordo com Smith (1988, p. 192) "...o equilíbrio espacial, no sentido burguês (igualização), é impossível sob as relações sociais do capitalismo, por razões profundamente estruturais".

Quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial, seja na igualização nas taxas de lucro nos diferentes lugares, rompem-se a base daquele equilíbrio através da mudança tecnológica, pois o espaço é um momento ativo na circulação e na acumulação globais do capital. Nos é proposto que, para entendimento do desenvolvimento desigual do capitalismo é necessário considerar a origem e a combinação das seguintes escalas geográficas: urbana regional, nacional e internacional (Smith, 1988).

Acerca das escalas espaciais, Smith (1988, p. 196) salienta que:

Eu creio que seja possível utilizar a dialética da diferenciação e igualização para obter as reais escalas espaciais, produzidas pelo capital, e mostrar que o resultado do desenvolvimento desigual é simultaneamente mais complexo e mais simples que um mosaico. Não há muita dúvida acerca da impossibilidade de um fixo espacial para as contradições internas do capital, mas na tentativa inútil de realizar este fixo espacial, o capital atinge um grau de fixidez espacial organizado em escalas de atividade social identificavelmente separadas.

Para Smith (1988, p. 196): “Três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o capitalismo: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global”. Essas escalas são transformadas sob a égide do capital como meio para organizar e integrar diferentes processos envolvidos na circulação e acumulação de capital. Esses espaços são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo tornando-se o fundamento para a circulação e expansão globais. Cria-se um espaço-economia integrado e organizado nessas escalas (Smith, 1988).

A Escala Urbana: nesta escala, o capitalismo herda uma divisão entre cidade e campo resultado de um sistema organizado do mercado de trocas ou até mesmo das funções religiosas ou de defesa. Na medida em que as cidades vão se desenvolvendo no sistema capitalista ocorre uma diferenciação entre o local de trabalho e local de residência, ou entre o espaço da produção e da reprodução. Essa diferenciação entre espaços de (re)produção conduzem à concentração de atividades e usos específicos do solo (indústrias, transportes, residências, recreação, varejo, comercial, financeiro, entre outros) gerando diferentes rendas, como também uma espécie de eixo binário – baixas rendas nos solos periféricos e altas rendas nas regiões centrais (Smith, 1988).

Na Escala Urbana há também a intervenção do Estado enquanto agente regulador no intuito de mudar o mercado imobiliário. Conforme Smith (1988, p. 200): “A ordem do mercado imobiliário é modificada em nome de uma ordem coletiva para

o capital, mas o resultado efetivo poderia bem ser a desordem”. Essa “desordem” apontada por Smith refere-se ao capital especulativo evidenciado no mercado imobiliário urbano de forma que é sistematicamente impedido de integrar e coordenar o desenvolvimento urbano.

Acerca da Escala Nacional, Smith (1988, p. 205) assegura:

A extensão geográfica da nação-Estado é restringida fundamentalmente pela necessidade de controlar um mercado suficientemente amplo (para o trabalho e para as mercadorias) a fim de fomentar a acumulação. No alto nível da escala, uma nação-Estado que seja grande demais encontra dificuldades em manter controle político sobre todo o seu território.

A delimitação dessa escala, a escala nacional, é determinada por um conjunto de jurisdições territoriais colocadas na paisagem de forma que, quando o capital nacional é ameaçado na economia mundial, o Estado o defende utilizando-se de embargos, tributos à tanques de guerra. É nesta escala que o desenvolvimento regional e a diferenciação são importantes, pois a diferenciação do espaço nacional de acordo com a divisão territorial do trabalho é sensível ao ritmo da expansão e da crise (Smith, 1988).

A Escala Global: o capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial tornando-se um receptáculo diferenciado para a atividade humana e, conseqüentemente, condição para o desenvolvimento do capitalismo. Esse “mercado mundial” baseou-se na produção e na universalidade do trabalho assalariado. Essa tendência à universalidade é uma tentativa de reduzir a força de trabalho mundial à condição de uma mercadoria (Smith, 1988).

Para Smith (1988, p. 202): “Apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituir-lo, a definição da escala global é quinta-essencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo”. Acerca da escala global e dos processos de igualização e diferenciação, Smith (1988, p. 202) escreveu:

Se a igualização do espaço global resulta da tendência universal da relação assalariada de trabalho, então o eixo da diferenciação geográfica nessa escala é a determinação diferencial do valor da força de trabalho, e o padrão geográfico dos salários assim efetuados. As raízes históricas desse processo estão na acumulação primitiva, mas não há nenhuma transferência automática das disparidades herdadas em níveis e condições de desenvolvimento para o presente padrão de diferenciação. Antes, há uma contradição no seio do processo de acumulação, cujo desenvolvimento determinou a diferenciação do espaço global. Já fizemos referência na discussão do fixo espacial. O capital não tem escolha se se expandir nas sociedades pré-capitalistas, mas pode ao menos escolher como o fará.

Como resultado, a diferenciação geográfica do globo, de acordo com o valor da força de trabalho, tem sua réplica numa série de características espaciais mais fixas, tais como uma acentuada divisão internacional do trabalho e uma diferenciação sistemática entre a composição orgânica do capital em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Sendo assim, quanto mais a força de trabalho é mercadorizada no mercado mundial, mais o valor da força de trabalho se torna um instrumento de ruptura para integração espacial (Smith, 1988).

1.3 O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL EM DAVID HARVEY

David Harvey é um grande geógrafo britânico da atualidade. Ele persegue o objetivo de construir uma teoria da relação sociedade-espço embasada nos preceitos da teoria social de Marx. É representante da corrente que aborda as assimetrias espaciais fortemente influenciadas pela acumulação capitalista. Suas obras foram referências básicas em diversos campos do saber (Harvey, 2006). Nesta dissertação, os apontamentos sobre a Teoria do Desenvolvimento Geográfico e Desigual foram baseados, sobretudo, em sua obra "*A produção capitalista do espaço*".

Uma das grandes preocupações de Harvey (2006), no que tange aos estudos sobre o desenvolvimento desigual se apoia ao conceito de espaço associado ao modo de acumulação capitalista utilizado de maneira inadequada tanto na ciência geográfica como nas demais. A respeito da preocupação de Harvey (2006, p. 142) sobre o espaço, pode-se afirmar:

Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica.

Nos estudos de globalização da produção e desenvolvimento desigual, Harvey (2006), além de representante da corrente sobre os mecanismos de formação das assimetrias espaciais, apoia-se fortemente a críticas sobre as teorias sociais dominantes, pois, para ele, elas têm-se revelado limitadas, haja vista que, as teorias sociais temporais desconsideram o espaço enquanto as teorias sociais espacializadas desconsideram o tempo (Harvey, 2006)

A Teoria do Desenvolvimento Desigual de David Harvey (2006) nos apresenta que, o sistema capitalista de produção, bem como sua acumulação, é capaz de alterar os espaços e suas espacialidades, provocando as crises, desigualdades e, por conseguinte, os conflitos territoriais nas diferentes esferas geográficas – local, regional, global. Harvey (2006, p. 45) enfatiza algo sobre as crises no processo de produção capitalista:

Como, nas economias capitalistas desenvolvidas, a oferta da força de trabalho, a oferta dos meios de produção e da infraestrutura, e a estrutura de demanda são todas “produzidas” no modo capitalista de produção, Marx concluiu que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação.

De acordo com Harvey (2006) seu projeto é resultado da conjunção de diferentes modos de pensar os desenvolvimentos desiguais, que são trazidos para uma área dinâmica de interação e transformados em uma teoria unificada, a qual cria novas condições de possibilidade analítica do desenvolvimento espacial.

Nos estudos sobre a teoria unificada de Harvey, no desenvolvimento da dinâmica regional, é levado em consideração os elementos – tempo e espaço – como dinâmicos, ou seja, fornecendo uma visão mais sistêmica, abrangente e realista sobre o desenvolvimento geograficamente desigual ocorrido nos territórios. Acerca das considerações sobre espaço e tempo, Harvey (1992, p. 189), em sua obra *Condição Pós-Moderna*, enfatiza:

Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Os índios das planícies ou os nueres africanos objetivam qualidades de tempo e de espaço tão distintas entre si quanto distantes das arraigadas num modo capitalista de produção. A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço.

Ante o exposto, Harvey (2006) leva em consideração que o tempo é dinâmico, pois as transformações sociais e, sobretudo as tecnológicas, alteram profundamente o sentido do tempo, na medida em que novas práticas sociais/materiais são incorporadas, ocasionando uma – aceleração ou desaceleração – das ações humanas sobre o território.

O espaço é altamente influenciado e alterado pelas transformações sociais ao longo do tempo. Também é no espaço que os grupos de indivíduos se organizam e exercem – maior ou menor poder - surgindo novas representações e as desigualdades socioespaciais. Harvey concebe o tempo e o espaço como elementos dinâmicos pois as práticas sociais são construídas a partir de mudanças de ambos.

Harvey (1992) propõe uma análise espaço-tempo integrada para explicar as causas dos desenvolvimentos desiguais. Também utiliza a expressão “compressão do tempo-espaço” a fim de mostrar como o tempo/espaço está sendo representado na análise espaço-temporal das relações sociais no modo de produção capitalista, ou seja, tem provocado uma aceleração dos processos produtivos, dos meios de transportes e telecomunicações a tal ponto que permitiu um certo “encurtamento” das distâncias. David Harvey (1992, p. 219), sobre a compressão tempo-espaço, assinalou que:

À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal (Harvey, 1992, p. 219).

Ainda de acordo com Santiago e Carvalho (S/D), as teorias tradicionais realçavam, nos seus estudos, ou a temporalidade ou a espacialidade e, portanto, nunca os dois juntos, ou seja, consideravam apenas um elemento como dinâmico (espaço ou tempo) e o outro como elemento fixo. Na visão de Harvey (2006) percebe-se, portanto, uma certa “insuficiência” das teorias tradicionais em explicar as causas dos desenvolvimentos regionais desiguais territorializados.

A abordagem de Harvey (2006) sobre o Desenvolvimento Geográfico Desigual é sustentada por uma teoria unificada do desenvolvimento geográfico, onde é proposto uma interpretação teórica unificada objetivando integrar diferentes modos de pensar o Desenvolvimento Regional apontando a necessidade de integrar o conceito de espacialidade, desconsiderado pela maioria das teorias sociais.

David Harvey, ao elucidar o desenvolvimento geograficamente desigual, propõe diferentes abordagens, as quais se verificam:

...1) Interpretação historicista/difusionista que trata a desigualdade como produto de uma difusão diferenciada do processo de modernização e progresso associado ao capitalismo; 2) Construtivistas focam no

“desenvolvimento do subdesenvolvimento”, isto é, a diferenciação é fruto das práticas de exploração capitalista, apoiadas no maior poder militar e política das nações centrais; 3) Ambientalistas fundamentam o desenvolvimento desigual nas condições do ambiente, mais favoráveis ao desenvolvimento em alguns locais do que em outros; 4) Interpretação geopolítica considera o desenvolvimento desigual como consequência de enfrentamentos, de consequências imprevisíveis, entre atores territorialmente organizados, operando em diversas escalas (Silva, Oliveira, Nonato Junior, 2019, p. 160).

As quatro abordagens de Harvey acerca do desenvolvimento desigual ressaltam a ligação dessa teoria com o processo de acumulação capitalista sobre o espaço, sobretudo, mediante o domínio do capital sobre o trabalho. “A acumulação do capital não só produz o espaço, mas também leva a diferentes formas de espacialidade.” (Silva, Oliveira, Nonato Junior, 2019, p.161). Essas diferentes formas de espacialidades levam ao processo de desenvolvimento desigual, seja por meio da luta de classes, seja através da acumulação por espoliação e, portanto, reflete como os diversos grupos sociais incorporam o processo de acumulação capitalista em seu cotidiano (Harvey, 2006).

De acordo com Silva, Oliveira e Nonato Junior (2019, p.161), destaca-se em relação ao desenvolvimento desigual que a diversidade significativa nos estilos de vida diários e a maneira como o processo de acumulação capitalista se integra nesse contexto devem ser ressaltados em qualquer teoria que aborde o desenvolvimento geográfico desigual.

1.4 INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Há uma estreita relação entre a formação territorial de Goiás e a modernização do território brasileiro. A modernização territorial do Brasil influencia diretamente o desenvolvimento geograficamente desigual de Goiás. Esta modernização é analisada, principalmente, no período das décadas de 1930 a 1980, quando o Estado Federal atuou intensamente por meio de políticas territoriais em Goiás (Borges, 2007, 2016).

Analisar Goiás nesse período, especialmente antes de 1987, requer considerar o território anterior à criação do estado do Tocantins. O desenvolvimento geograficamente desigual de Goiás advém do processo de formação do território

goiano, a qual, foi alicerçada nas políticas de desenvolvimento territorial do Brasil, proveniente da política de modernização do território. Essa desigualdade no desenvolvimento não é natural, como salienta Arrais (2011, p.8):

E não se trata de uma desigualdade natural, demarcada por diferenciações de vegetação, relevo, hidrografia, povoamento etc, e sim de uma de uma desigualdade produzida histórica e espacialmente. Uma desigualdade que demanda uma ação territorial de sua parte para combater, por meio do planejamento, as chamadas desigualdades regionais. Na história política e econômica brasileira, tanto a desigualdade regional apareceu como naturalizada quanto o planejamento, nas suas diferentes escalas, veio carregado de positividade.

As políticas estatais ocorreram de acordo com interesses e aliança entre a elite nacional e o capital externo. Essa aliança condicionou e adaptou o país a diversificadas situações e conjunturas, as quais, mediadas pelo Estado, orientou o capital pelo interior do Brasil, como podemos conferir em Santos e Silveira (2002) quando analisam a formação brasileira por meio de três grandes periodizações. Parte-se da premissa de que o Estado é o ente viabilizador, ator - pela via das políticas territoriais - dos projetos econômicos capitalistas.

O Estado moderniza o território através das ações sobre o espaço, impondo seus interesses e estabelecendo suas diretrizes, portanto, o Estado cria e recria o território, através das relações de poder. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. (...) Todos nós elaboramos diversas relações de poder.” (Raffestin, 1993, p. 152).

Conforme concluído por Borges (2007), o desenvolvimento territorial de Goiás evidencia que as áreas de maior rentabilidade de capital são favorecidas pelas políticas implementadas pelo Estado. Nesse sentido, ao atuar sobre o território goiano, o Estado tem cumprido - e continua cumprindo até hoje - a agenda de acumulação capitalista no Brasil. De acordo com essa perspectiva, as políticas territoriais que se desenrolaram - e continuam a se desenrolar - em Goiás acompanham os interesses externos de exploração dos recursos territoriais do Brasil e sua conexão com interesses estrangeiros. Além disso, essa ligação orientou a atuação do Estado por meio das políticas territoriais tanto no Brasil como em Goiás.

Sabe-se da complexidade da discussão do conceito de Estado no contexto da ciência geográfica, no entanto, optou-se por fazer uma discussão sobre o Estado a partir da perspectiva de Poulantzas (1980, p. 45), defendendo que esta permite o

entendimento do papel do Estado na formação do território brasileiro, assim como do território goiano.

Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros (Poulantzas, 1980, p. 45).

A afirmação de Poulantzas (1980) permite compreender que o Estado na sua condição de poder é o veículo direcionador de projetos econômicos no território. Nessa perspectiva, o Estado, como campo, é entendido como o ente viabilizador das estratégias de expansão capitalista pelo território brasileiro e goiano. Portanto, de suprir os interesses da elite nacional e do capital externo.

Ao fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial de Goiás está se referindo às transformações causadas pela ação propulsora do capital no Centro-Oeste brasileiro. “Na verdade, por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro” (Arrais, 2007, p.2).

Tais transformações ocorridas no espaço goiano foram marcadas pela lógica das contradições econômicas e sociais dentro do capitalismo gerando o desenvolvimento geograficamente desigual dessa porção a fim de atender aos interesses hegemônicos, como entendemos a partir das leituras de Arrais, (2006 e 2007). Sobre essas transformações e o desenvolvimento desigual, Harvey afirma que:

Funções de produção constantemente mudam e o espaço geográfico do capitalismo se torna instável. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo, portanto, a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores (Harvey, 2006, p. 83).

Seguindo a perspectiva de Harvey (2006) entende-se que as “Estruturas regionais têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o desenvolvimento geográfico desigual dentro do capitalismo.” (Harvey, 2006b, p. 104).

Esta interferência é condição e componente do projeto de modernização territorial do Brasil, que teve início na década de 1930. Esse projeto foi pautado primeiramente na expansão urbano-industrial do capital internacional e, no segundo

momento, na política de reestruturação produtiva do capital. Acompanhando Castilho (2014), afirma-se que tal condição, leva ao entendimento que a ideia de modernização esteve atrelada à garantia da lógica hegemônica capitalista, portanto, da exploração e acumulação nas relações sociais de produção. Entende-se ainda que a modernização, pela via dos processos técnicos-produtivos e político-ideológicos, impôs uma realidade capaz de viabilizar essa garantia.

Segundo Borges (2016), a partir da leitura do trabalho de Chaul (2010), a década de 1930 representou uma mudança significativa para Goiás. Anteriormente, a região era caracterizada por uma estrutura econômica e cultural rural, dominada por oligarquias regionais lideradas por grandes fazendeiros. Esses fazendeiros, detendo o poder econômico, também exerciam a liderança política, controlando Goiás durante a Primeira República. No entanto, essa estrutura começou a ser questionada e criticada pelos idealistas da modernidade, apoiados pelo governo nacional. O debate político e econômico em Goiás se concentrou nas dicotomias entre o velho e o novo, o atraso e o progresso, o moderno e o tradicional. As forças progressistas acabaram prevalecendo, assumindo o comando do estado e orientando-o para um projeto modernizador.

Segundo Borges (2016), a construção de Goiânia foi um grande ícone desse processo, constituindo-se como o símbolo da modernidade no interior do Brasil. Chaveiro (2001, p. 38) observa que: “Goiânia passou a existir, plasmada no conflito entre o tradicional e o moderno, para dar vazão à criação de uma imagem de nação e elevar Goiás ao eixo econômico mais desenvolvido do país”.

Ainda de acordo com Borges (2016), a modernização e a construção de Goiânia simbolizaram a superação de um Brasil rural que não atendia aos interesses capitalistas. A política da Marcha para o Oeste, promovida pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foi fundamental para esse processo, reestruturando economicamente Goiás e inserindo-o na dinâmica da modernidade.

Com a ascensão do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), a política nacional focou na consolidação da democracia e nos interesses do capital externo, especialmente dos Estados Unidos, o que reduziu a ênfase na Marcha para o Oeste. Quando Vargas retornou à presidência (1951-1954), encontrou um Brasil com um setor industrial em crescimento e importantes centros urbanos consolidados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Ele retomou a interiorização do desenvolvimento econômico com o Plano Nacional de Reaparelhamento

Econômico, conhecido como Plano Láfer, que visava investir em indústrias de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura (Borges, 2016).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Plano de Metas promoveu a expansão da indústria automobilística e pesada, além da construção de Brasília, que integrou territorialmente o país através de um sistema rodoviário. Rodovias como a BR-020, BR-040, BR-050, BR-060 e BR-153 garantiram que a integração nacional passasse por Goiás, transformando sua dinâmica socioeconômica e cultural (Borges, 2016).

A partir de 1961, o Brasil enfrentou uma crise que culminou no Golpe de 1964. A renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart geraram conflitos entre nacionalistas e conservadores, resultando na intervenção militar. A modernização de Goiás entre 1930 e 1985 evidenciou o desenvolvimento do capital no Centro-Oeste brasileiro, promovendo mudanças significativas na configuração territorial do estado, como demonstrado em Borges (2016) e ilustrados pelos mapas que acompanham essa dissertação.

Os dados também indicam uma redução da população rural e um crescimento da população urbana, tendência que se consolidou na década de 1980 e chegou aos dias atuais com 90, 29% da população residente no setor urbano, segundo dados do IBGE (2010). Essa realidade assegura que a política de urbanização foi eficaz no Centro-Oeste brasileiro, com a característica predominante de esvaziamento do campo pela modernização, já que o crescimento da indústria em Goiás foi incipiente nesse período, como pode ser visto na tabela 02, portanto não se constituiu como um grande atrativo populacional.

Tabela 2 - Goiás – Evolução dos setores da economia

Setores ¹	1940		1950		1960		1970		1980	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs	%	abs.	%
Agropecuário	215.372	78,6	297.216	82,2	436.382	74,8	523.783	60,4	501.216	39,4
Indústria	24.266	8,8	21.823	6	30.673	5,2	77.107	8,8	211.558	16,5
Serviços	35.177	12,8	42.851	11,8	124.421	21,3	249.441	29,8	562.093	44,1
Total	273.666	100	361.890	100	531.165	100	866.685	100	1.274.867	100

¹ - inclui atividades extrativistas

Fonte: Salgado (2017)

A característica econômica do crescimento urbano em Goiás pode ser percebida pelo setor de serviços. Com a criação de Goiânia e o crescimento econômico de Anápolis, iniciou-se um processo de transformação da divisão regional

do trabalho que saiu da atividade primária diretamente para a terciária, sem passar pela secundária. Dito de outro modo, Goiás passa pela industrialização na condição periférica, ou seja, como consumidor para se inserir na sociedade industrial que se consolidava no Brasil no mesmo período. Se, no Sudeste brasileiro, a indústria alavancava o setor terciário no processo de urbanização da região; no Centro do país, o setor terciário chegou orientado pela indústria do Sudeste sem a exigência da sua instalação no território goiano e, esse setor, se tornou um forte elemento urbanizador da região, antes ainda da chegada da agroindústria em Goiás.

A sinuosidade da linha que delimita a evolução do setor agropecuário demonstrou a realidade da atividade no período. Embora já consolidada como principal atividade do estado, as intempéries da natureza, a dificuldade de atingir o mercado consumidor devido à precariedade do transporte garantiu a esse setor uma oscilação no crescimento. No entanto, foi o representante maior da economia goiana no período de 1930 até final da década de 1960, quando foi suplantado pelo setor terciário, era a economia urbana se consolidando como força maior em Goiás no pós-1970.

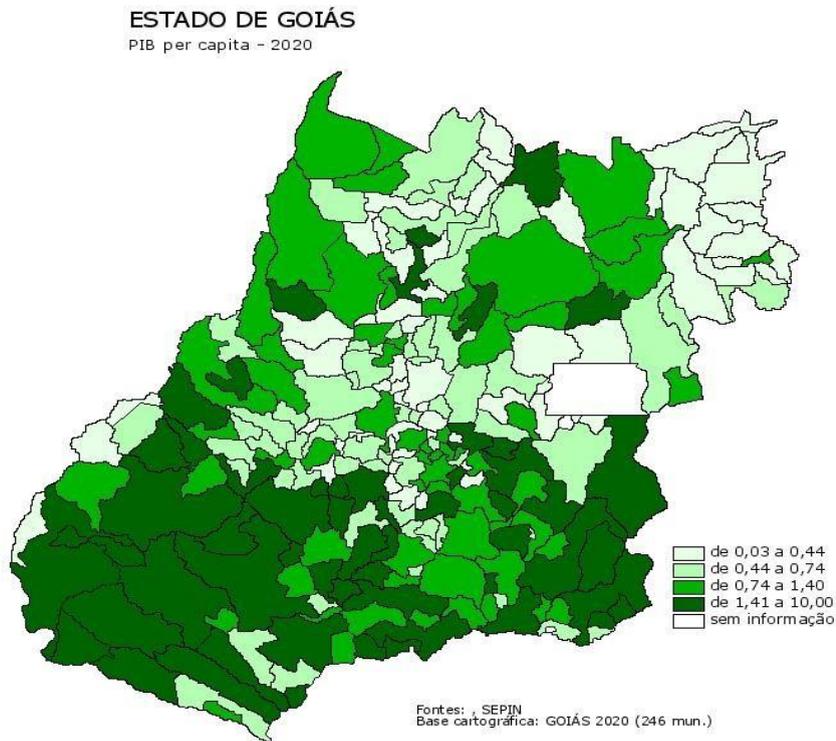
Diante do apresentado, pode-se afirmar que da metade da década de 1950 até o fim da década de 1960, as políticas governamentais, tanto do governo federal como do governo estadual, estiveram direcionadas à implantação de infraestrutura necessária para iniciar as transformações do espaço goiano para a implantação dos projetos de expansão agrícola e pecuária direcionados ao mercado internacional. O fim da década de 1960 foi o momento em que o governo goiano pensou nas estratégias de ações para implementar um amplo projeto de modernização da economia goiana, aumentando a capacidade de produção agrícola e pecuária e trazendo para o território goiano as indústrias de beneficiamento desses produtos, as chamadas agroindústrias.

Em decorrência das políticas territoriais estatais provenientes da modernização do território brasileiro terem se efetivado, sobretudo, na porção Sul de Goiás, essa mesma região passou a contar com uma maior rede técnica em detrimento da região Norte do estado.

Nas figuras abaixo (Figuras 01 e 02), é evidente a atual disparidade na distribuição territorial de variáveis econômicas e sociais em Goiás. Destaca-se uma preeminência da capital goianiense, exercendo uma influência marcante, enquanto os municípios do Sul goiano ostentam uma centralidade econômica significativa.

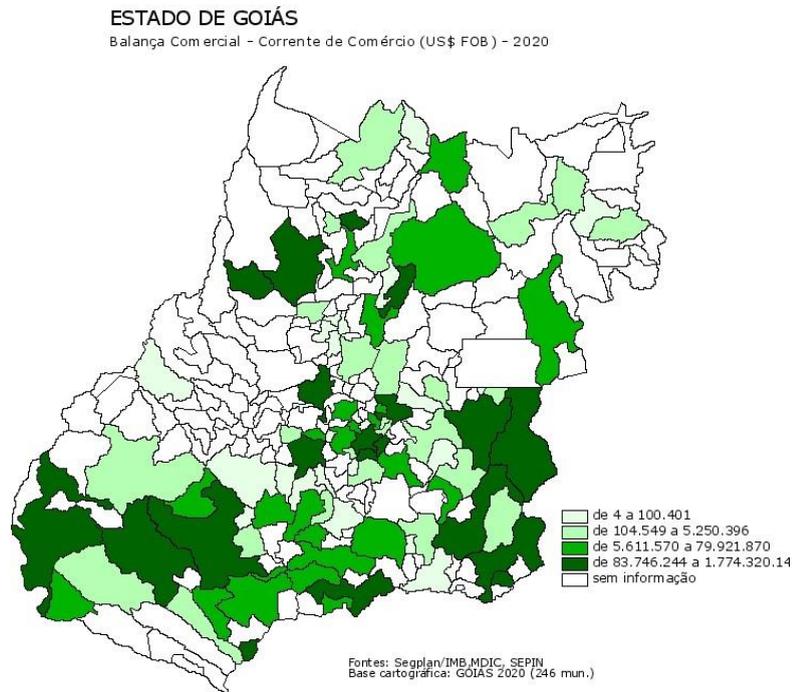
Essa configuração é resultante das políticas territoriais implementadas durante o período de modernização do território brasileiro, aliadas à proximidade com as regiões de maior dinamismo no Brasil, nomeadamente as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Comprovaremos essa afirmação nas próximas seções.

Figura 1 - PIB Per Capita dos municípios goianos – 2020



Fonte: Goiás (2020).

Figura 2 - Balança Comercial dos municípios goianos - 2020



Fonte: Goiás (2020)

2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DE UM TERRITÓRIO DESIGUAL

A produção do território goiano-tocantinense inicia-se nas primeiras décadas do século XVIII a partir das descobertas auríferas que motivaram a ocupação da região denominada Minas dos Goyazes (Palacin, 1976). O ciclo minerador, que a grosso modo, estendeu-se até o final do século XVIII, criou um perfil de ocupação marcado por núcleos urbanos isolados e com pouca infraestrutura. Desde o período colonial, é possível reconhecer diferenças marcantes entre as regiões sul e norte da capitânia que motivaram inclusive movimentos separatistas desde aquele período conforme encontramos em Parente (2007).

Com o enfraquecimento das atividades auríferas a então província de Goiás entra em um novo período de sua formação socioespacial e econômica, marcado pela ruralização da economia conforme podemos estudar em Chaul (2010). No século XIX, a base da economia goiana era a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. O modelo de organização econômica goiana estava centrado na fazenda onde também se processavam alguns gêneros básicos como a mandioca em farinha, o leite em queijo e a banha de porco em sabão (Arrais, 2011). Nessa nova etapa a província, e logo após, estado de Goiás, encontra obstáculos de integração com a economia nacional, os obstáculos estavam ligados principalmente às dificuldades de integração de transporte e das estratégias políticas de grupos conservadores da região, Chaul (2010), Bertran (1978). As dificuldades de integração à economia nacional começam a ser superadas no início de século XX dando início a uma nova fase de produção do território goiano. O objetivo desse capítulo será discutir, por meio da revisão bibliográfica e documental, essa nova fase.

2.1 A INTEGRAÇÃO GOIANA AO CAPITALISMO NACIONAL

Em fins do século XIX o território goiano-tocantinense enfrentava algumas dificuldades no campo político-econômico como pela localização. De acordo com Bertran (1978) o território goiano havia sofrido intenso processo de fragmentação espacial pela criação de municípios. Em 1872 eram 26 cobrindo o território de maneira irregular, pois a porção Centro-leste do estado compreendia 20 dos 26 municípios enquanto a porção Oeste, os seis restantes.

Bertran (1978, p. 79) discorre acerca do processo de fragmentação e ocupação de regiões de Goiás:

Ligados a movimentos imigratórios originados em Minas Gerais, ressaltam-se sobretudo as regiões compreendidas pelos pontos extremos de Mineiros, Caiapônia, Paraúna, Palmeiras e Orizona, fechando-se sobre o vale do Paranaíba, onde um importante contingente migratório começa a fluir desde princípios do século XIX, constituindo uma economia pecuária em rápida expansão. Já o ciclo baiano na vertente oriental obstruído geograficamente ante às desoladas solidões do Planalto Central, não ultrapassando Taquatinga, São Domingos, Posse, Sítio D'Abadia e Luziânia e retrocedendo como massa migratória ao Vale do São Francisco.

Essa fragmentação ocorrida durante todo o século XIX prosseguiu segundo o binômio fazenda-patrimônio, principalmente no Sul do estado, devido sua irradiação como prova a penetração da região de Rio Verde, bem como a fragmentação de municípios arcaicos dando acesso ao Sul: Silvânia, Piracanjuba, Santa Cruz, Morrinhos, Ipamerí, Catalão e Luziânia, todos em uma área provavelmente inferior à metade do município do Porto Nacional pela mesma época (Bertran, 1978).

No início do século XX, o estado de Goiás inicia o crescente movimento de integração de sua economia a economia nacional. Essa "integração" refere-se a um novo momento de uso desse território promovida pela nova fase do modo de produção capitalista brasileiro. O início do século XX é marcado pela intensificação da urbanização e industrialização de parte do sudeste brasileiro, especialmente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa fase de desenvolvimento nacional leva à necessidade de acionar outros espaços nacionais, a fim de obter matérias primas e mercados consumidores sendo, o estado de Goiás, um desses espaços. Portanto, sua nova integração às áreas centrais do Brasil ocorre de maneira subordinada aos processos de industrialização/urbanização do Sudeste brasileiro.

Conforme destacado por Castilho (2014), nas primeiras décadas do século XX, os trilhos desempenharam um papel crucial no contexto socioeconômico do país facilitando a integração de regiões previamente "isoladas" ao sistema de mercado de regiões litorâneas em conexão com o Sudeste brasileiro, onde o principal produto de exportação daquele período, o café, era produzido. Isso significa que o sistema de mercado, que já vigorava em São Paulo, adentrou o território goiano especialmente por meio da ferrovia, estabelecendo fortes vínculos entre aquele estado e Goiás.

Castilho (2014), ao traçar o panorama da rede ferroviária no Brasil, diz que a primeira ferrovia brasileira foi construída na década de 1850, no Rio de Janeiro, chegando em Goiás somente na década de 1911 seguindo o padrão de interligação das linhas já construídas. Isso implica que o sistema de mercado, já estabelecido em São Paulo, penetrou no território goiano especialmente através da expansão da ferrovia, criando laços sólidos entre São Paulo e Goiás.

Bertran (1978, p. 79) salienta:

Quando em princípios do século XX a estrada de ferro atingiu áreas do Sudeste do Estado, já tinha função superlativa quanto às suas virtudes regionalizantes: a região já estava estruturada desde fins do século XIX – dentro do binômio fazenda-patrimônio e pelo influxo das primitivas estradas. Catalão foi longos anos o primeiro município do Estado, bolsa coletora aberta ao Sudeste do país.

Em 1911, a ferrovia chega ao território goiano. A primeira estação da Estrada de Ferro Goiás foi inaugurada no município de Anhanguera, no Sul Goiano. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (1958), essa estação partiu da cidade mineira de Araguari, no ano de 1908, interligando municípios que hoje correspondem a Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Vila Boa.

Em 1913 foram inauguradas as estações de Cumari, Veríssimo, Goiandira, Engenheiro Raul Gonçalves e Ipameri. Em 1914 foram inauguradas estações em Inajá, Urutaí e Roncador. O quadro 01 apresenta o ano de inauguração das estações da Estrada de Ferro Goyaz entre os anos de 1909 a 1978.

Quadro 1 - Estrada de Ferro Goiás: período de inauguração dos trechos e estações 1909 -1978

Trecho e período	Estações e Conexões	Inauguração	Município atual
Linha-Tronco Araguari-Roncador (1909-1914)	Araguari (<i>Conexão com Estrada de Ferro Mogiana e Porto de Santos</i>)	1896	Araguari-MG
	Amanhece	1911	Araguari-MG
	Ararapira	1924	Araguari-MG
	Quilômetro 38	1946	Araguari-MG
	Horto Florestal	1944	Araguari-MG
	Engenheiro Bethout	1911	Araguari-MG
	Anhanguera	1911	Anhanguera-GO
	Soldado Mendanha	1945	Cumari-GO
	Cumari	1911	Cumari-GO
	Veríssimo	1913	Cumari-GO
	Soldado Ferrugem	1951	Goiandira-GO
	Goiandira (<i>Conexão com ramal de Ouvidor e, de 1942 a 1970, com a linha-tronco da RMG que ligava Goiandira à Angra dos Reis</i>)	1913	Goiandira-GO
Coronel Pirineus	1945	Goiandira-GO	

Trecho e período	Estações e Conexões	Inauguração	Município atual
	Soldado José Francisco	1950	Ipameri-GO
	Eng. Raul Gonçalves	1913	Ipameri-GO
	Ipameri	1913	Ipameri-GO
	Inajá	1914	Ipameri-GO
	Urutaí	1914	Urutaí-GO
	Roncador	1914	Urutaí-GO
Ramal de Ouvidor Goiandira-Ouvidor (1913-1922)	Catalão	1913	Catalão-GO
	Ouvidor (<i>Conexão com RMV de 1942 a 1970</i>)	1922	Ouvidor-GO
Linha-Tronco Pires do Rio-L. bulhões (1922-1931)	Pires do Rio	1922	Pires do Rio-GO
	Soldado Esteves	1953	Pires do Rio-GO
	Engenheiro Balduino	1922	Orizona-GO
	Egerineu Teixeira	1923	Orizona-GO
	Quilômetro 265	1953	Vianópolis-GO
	Caraíba	1923	Vianópolis-GO
	Ponte Funda	1924	Vianópolis-GO
	Vianópolis (antiga Tavares)	1924	Vianópolis-GO
Silvânia (antiga Caturama)	1930	Silvânia-GO	
Ramal de Anápolis L. de Bulhões - Anápolis (1931-1935)	Leopoldo de Bulhões (<i>Conexão com ramal de Anápolis</i>)	1931	Leopoldo de Bulhões-GO
	Engenheiro Valente	1935	Anápolis-GO
	General Curado	1935	Anápolis-GO
	Engenheiro Castilho	1951	Anápolis-GO
Anápolis	1935	Anápolis-GO	
Linha-Tronco L. Bulhões - Goiânia (1950-1964)	Jarina (<i>Saída para Anápolis</i>)	1950	L. de Bulhões-GO
	Mestre Nogueira	1950	L. de Bulhões-GO
	Senador Paranhos	1950	Bonfinópolis-GO
	Bonfinópolis	1950	Bonfinópolis-GO
	Honestino Guimarães	1950	Bela Vista de Goiás
	Senador Canedo	1950	Senador Canedo-GO
	Engenheiro Nunes Galvão	1950	Senador Canedo-GO
	Santa Marta	1950	Goiânia-GO
	Goiânia	1952	Goiânia-GO
	Campinas	1964	Goiânia-GO

Fonte: Castilho (2014)

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro ao território goiano no início do século XX representou um marco significativo para a economia regional. Essa infraestrutura desempenhou um papel crucial no processo de integração econômica e social da região, trazendo diversos impactos como o surgimento de novas cidades e povoados às margens da ferrovia, aumento na produção agropecuária e escoamento de matérias-primas para suprir, sobretudo, o mercado paulista, além de maior interligação e dinamização com a região Sudeste.

A chegada dos trilhos pela região Sul do território goiano representou uma infraestrutura responsável por promover um incremento de encurtamento de distâncias e aumento das trocas comerciais com a região Sudeste do país. Dessa forma, a região Sul de Goiás passa a apresentar um desenvolvimento econômico-populacional expressivo se comparado com a região Norte que evidenciava certo atraso regional. Castilho (2014, p. 72) afirma:

... e, por onde a ferrovia passava, sua influência era evidente. Basta observar que a valorização fundiária, o aumento da população e o surgimento de várias cidades e povoados estiveram ligados a essa ferrovia e grande parte da produção agropecuária de Goiás também passava por seus trilhos.

Conforme é possível conferir no quadro 01, a chegada dos trilhos à cidade de Anápolis ocorreu durante a década de 1930, coincidindo com o período de transferência da capital estadual da cidade de Goiás para a recém-construída Goiânia em 1937.

Acerca do arranjo regional do território goiano no primeiro quartel do século XX Arrais (2011, p. 32) discorre:

Em 1920 havia 49 municípios dispersos em um imenso território que compreendia uma linha longitudinal de aproximadamente 1.400 quilômetros, estendendo-se do rio Paranaíba até o encontro dos rios Araguaia e Tocantins, no Bico do Papagaio (...). A parte setentrional era menos povoada, com meios de locomoção precários e estrutura agrária mais concentrada; diferia, pois, da parte meridional, cujas cidades ensaiavam certo dinamismo econômico, como Anápolis, Bonfim, Morrinhos e Catalão.

Esse processo de integração regional goiano, sobretudo com o Sudeste brasileiro, intensificado no primeiro quartel do século XX se deve ao fato da chegada de infraestrutura – estradas e ferrovias – que permitiram ampliação das trocas comerciais, principalmente com São Paulo. Castilho (2014) pontua que a ferrovia passou a ser o meio mais eficiente de ligação entre os portos da costa brasileira e as economias regionais do interior, a exemplo de Goiás. Vale ressaltar que Goiás era um grande fornecedor de gêneros agropecuários tais como arroz e gado para o Sudeste. Sobre a integração goiana, Arrais (2011, p.38) salienta:

Muito embora Goiás tivesse, no início do século XX, relações comerciais com Pará, Maranhão, Piauí e Bahia – que incluíam produtos como gado vacum, cereais, açúcar, borracha, marmelada e fumo -, a maior parte das trocas mercantis ocorria com São Paulo e Minas Gerais, fato que se dinamizou com a ferrovia, pois a precariedade nas vias de transporte constituía um gargalo que encarecia as mercadorias, especialmente, na parte setentrional do território goiano.

Tendo em vista uma menor articulação da parte setentrional do território goiano-tocantinense com o Sudeste – fator que encarecia o preço das mercadorias – a maioria parte dos produtos exportados por Goiás à época eram oriundos da parte meridional do território, sobretudo dos municípios de Catalão, Morrinhos, Corumbaíba, Bela Vista e Goiás.

Segundo Arrais (2011, p. 22): “... quando a ferrovia chega a Anápolis, em 1935, a cidade se consolidou como polo comercial munido de uma arcaica indústria de transformação.” Paralelo ao novo dinamismo de Anápolis surge Goiânia, concebida para ser a nova capital do estado, contribuindo para uma reorganização da urbanização e mercantilização. Ao longo dos anos, Goiás foi aumentando a produtividade agropecuária e a comercialização como mostra a tabela 03.

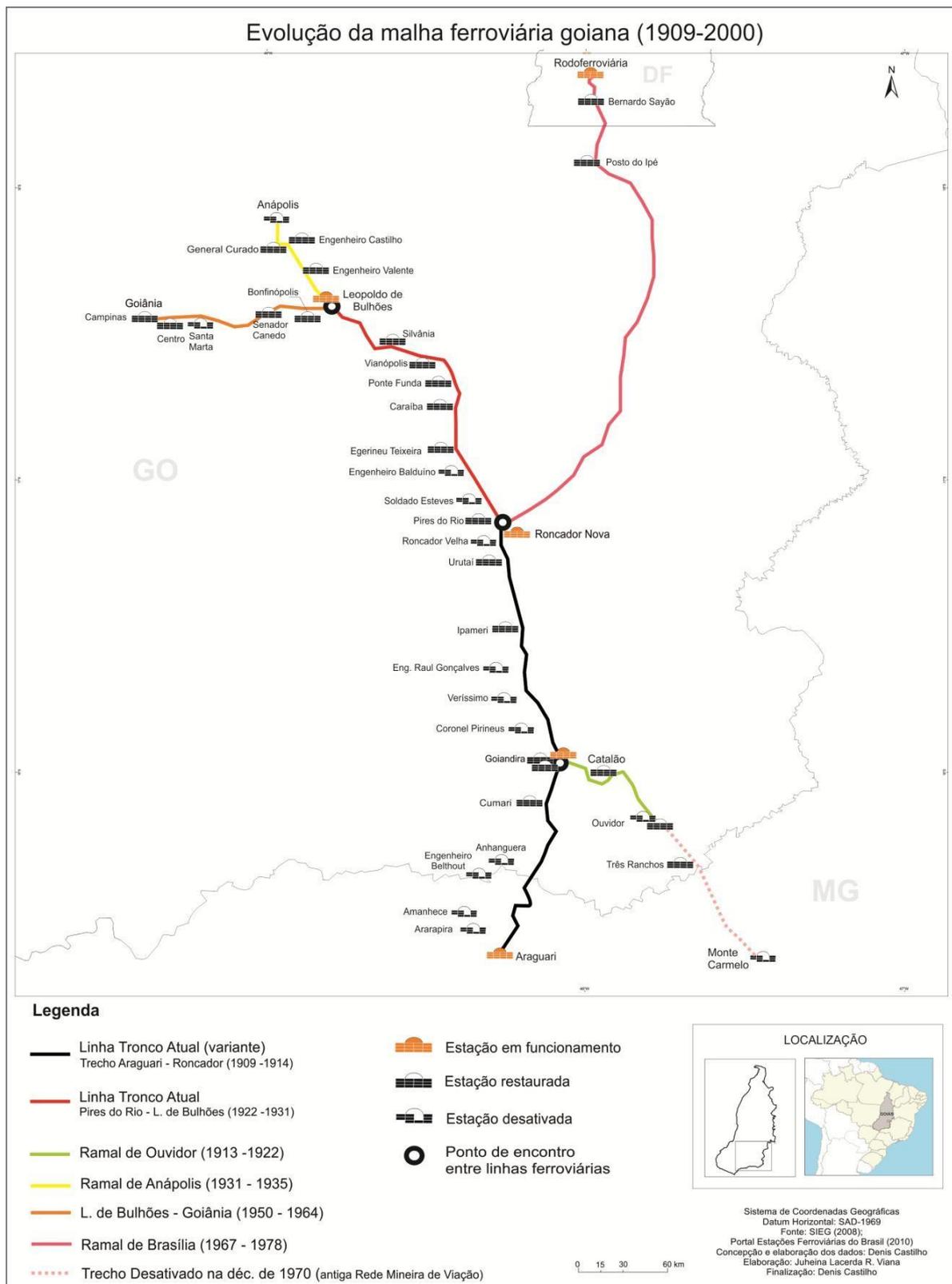
Tabela 3 - Goiás – Evolução da produção agrícola por produtos (em toneladas)

Produto	1920	1940	1950
Arroz	37.428	61.361	256.069
Milho	133.823	155.452	235.479
Café	3.344	5.588	13.453
Feijão	10.947	12.370	39.283

Fonte: IBGE (1920), (1940), (1950)

À medida que a ferrovia avançava para o centro de Goiás, aumentavam as articulações mercantis com as próprias cidades que margeavam a ferrovia e também com Minas Gerais e São Paulo. Dessa forma, a ferrovia contribuiu para a fundação de municípios como Pires do Rio (1930) e Leopoldo de Bulhões (1948) como também propiciou a modernização de equipamentos de consumo urbano nas cidades que receberam estações ferroviárias (Arrais, 2011). A figura 03 mostra a evolução da malha ferroviária goiana.

Figura 3 - Evolução da malha ferroviária goiana (1909-2000)



Fonte: Castilho (2014)

À medida em que o processo de industrialização/modernização ocorria no Brasil e em Goiás, nas décadas de 1950/60, o governo atuava fortemente na política dos distritos agroindustriais, a exemplo da inauguração do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em 1976. Um dos fatores primordiais que levaram à implantação do

DAIA em Anápolis pode-se citar a logística e os modais de transporte aproveitando-se da ferrovia e os entroncamentos, como a BR-414, a BR-153, a BR-060, a GO-330 e a GO-220 (Arrais, 2011).

Como apontado em Cunha (2009, p. 79): “A atuação política do Estado explica a projeção do setor industrial de Anápolis que é resultado de incentivos fiscais e de obras de infraestrutura.” Na época, o comércio, principal atividade econômica de Anápolis, passava por um momento de estagnação. Sendo assim, o Estado passou a priorizar o setor secundário para alavancar a produção industrial. A implantação do DAIA veio de encontro com a modernização agrícola pela qual o Estado estava passando e, dessa forma, contribuindo para a diversificação das atividades econômicas da cidade de Anápolis, reforçando a importância da localização geográfica estratégica entre os dois centros mais populosos e dinâmicos do estado (Cunha, 2009).

No que diz respeito à importância do DAIA e seus reflexos, Cunha (2009, p. 81) afirma:

Este distrito, desde sua criação começou a assumir o posto de principal atividade econômica do município, e este, como veremos, será o responsável por estimular o desenvolvimento dessa região, isto porque, vai ser um dos principais responsáveis pela atração de importantes mecanismos de serviços e de suporte à atividade industrial, que no nosso entendimento são: Porto Seco, a Plataforma Logística Multimodal, setor atacadista moderno e a sede da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Como denota Cunha (2009), as mudanças pelas quais o estado de Goiás estava passando - construção de Goiânia e a edificação de Brasília - bem como a substituição do sistema de transporte ferroviário para o rodoviário contribuíram para a representatividade da cidade de Anápolis e, posteriormente, a implantação do DAIA.

Nota-se que a produção do território goiano não ocorreu/ocorre separada da produção das redes de circulação e comunicação, portanto, acompanhou a espacialização dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário aos quais estão concentrados, predominantemente, na porção meridional do estado, região limítrofe com a Sudeste do Brasil. Apesar da diferenciação das redes de circulação e comunicação no território goiano-tocantinense, Arrais (2011, p.61) esclarece

Basta observar o número de oficinas mecânicas pesadas, revendedores de peças e serviços de borracharia, de empresas especializadas em transporte de grãos, produtos manufaturados e cargas condicionadas a frio, ou até mesmo de caminhoneiros autônomos em busca de fretes às margens da BR-060, no município de Rio Verde, para identificar a relevância do modal rodoviário. No Noroeste e Norte do estado, verifica-se uma menor densidade de rodovias federais. As rodovias estaduais, a exemplo da GO-163, chamada de Estrada do Boi, são importantes artérias para a circulação da produção regional. São precárias as vias desse tipo na região, o que

constitui um entrave para a circulação da produção agropecuária. O município de Bonópolis é um dos poucos do território goiano sem acesso por vias pavimentadas. O eixo mais importante no Norte Goiano é a BR-153, que articula uma rede primária de cidades, como Porangatu, Uruaçu e Niquelândia. A circulação regional é dificultada pelas péssimas condições de trafegabilidade entre o Norte e o Nordeste Goiano, assim como entre o Noroeste Goiano e o Nordeste Mato-Grossense.

Segundo Neto (2001), o traçado das primeiras vias ou artérias do território goiano-tocantinense começaram a se delinear no século XVI, período em que o território goiano-tocantinense era conhecido como “este continente”.

Inicialmente, no século XVI, a porta de entrada para o território goiano-tocantinense era pelo rio tietê. No século XVII, inaugura-se o caminho por terra em direção a Goiás vindo de São Paulo. Com esse novo caminho por terra, intensificou-se o número de bandeiras, inclusive de grupos anônimos, vindas de São Paulo na busca pelo ouro. No século XVIII, após as descobertas do ouro em Minas, intensifica-se a ocupação, exploração e povoamento dos sertões de Goiás - Tocantins (Neto, 2001). Nesse aspecto, Neto (2001, p. 54) reforça:

As tênues, mas constantemente avivadas, marcas dos primeiros caminhos em direção ao território goiano-tocantinense não mais se apagariam. Foram elas que mais tarde serviram de arcabouço e referência para as grandes rodovias de integração nacional e regional que cortam atualmente os estados de Goiás e do Tocantins...

Se antigamente era o ouro e as multifuncionalidades das fazendas da hinterlândia quem determinavam a abertura dos caminhos para o desbravamento, atualmente, as estradas obedecem a uma verdadeira lógica que viabiliza o papel socioeconômico de apropriação do espaço e sua produção. Além do mais, as redes de circulação e interligação atuais – as estradas – seguem, também, orientação do processo de urbanização acelerado e do esvaziamento do campo em decorrência da modernização agrícola (Neto, 2001).

E foi assim que aconteceu: as estradas que hoje fazem parte do território goiano cumprindo funções de conexão, interligação, transporte de pessoas, mercadorias, que promovem integração goiana e nacional, foram as primeiras “pinceladas”, as primeiras aberturas realizadas por seus desbravadores ainda no século XVI.

Segundo Neto (2001) as grandes rodovias atuais como a BR-153, a BR-060 e a BR-364 nada mais são que os antigos traçados com pequenas modificações dos antigos caminhos imperiais que ligavam Vila Boa a São Paulo via Barretos e Ribeirão Preto, e a Cuiabá, pelo Sudoeste de Goiás, via Alto Araguaia e Rondonópolis. A BR-070, ligando Brasília a Cuiabá, via Pirenópolis, Goiás, Jussara, Barra do Garças é o mesmo caminho do século XVIII.

Ainda, na visão de Neto (2001, p. 61):

Nos dias atuais, a “Belém-Brasília” (parte mais importante da BR-153 em território goiano-tocantinense) e a “Estrada do Boi” (GO-164), que liga a cidade de Goiás à BR-153 à altura de Alvorada do Tocantins, através do vale do médio Araguaia, já contam outra história: a das transformações mais recentes do espaço ocorridas em nosso Estado, sobretudo a partir dos anos 1940. Com toda evidência, elas foram, ao lado da Estrada de Ferro Goiás, os caminhos que maiores impactos produziram na vida socioeconômica e política dos Estados de Goiás e do Tocantins. Por exemplo: a “Belém-Brasília” tirou do isolamento em que se encontrava até praticamente os anos 1950 toda a Mesopotâmia goiana – a extensa região situada entre os rios Tocantins e Araguaia -, incorporando-a definitivamente à economia de mercado.

Denota-se que os primeiros traçados iniciados em território goiano-tocantinense pelos bandeirantes, correspondem, atualmente, a uma grande maioria das estradas que hoje perpassam e interligam o território goiano. A grande maioria desses caminhos de ontem que se tornaram estradas de hoje estão localizados, predominantemente, na porção meridional do território goiano. A porção setentrional, que na época incluía hoje o Tocantins, pouco foi delineado pelos caminhos coloniais.

O Estado desempenhou/desempenha um papel importante no processo de integração e desenvolvimento nacional como também regional. Ele moderniza o território através das ações sobre o espaço, impondo seus interesses e estabelecendo suas diretrizes, portanto, o Estado cria e recria o território através das relações de poder.

Como aponta (Arrais 2011), o Estado desempenhou um papel na capitalização diferencial do território no momento em que promoveu a dotação de infraestruturas de transportes, comunicação e energia como também no financiamento da produção de plantas industriais, programas de transferência de renda e previdência tanto rural quanto urbana. “O Estado esteve presente na implantação dessa infraestrutura, assumindo obras incompletas ou redes implantadas por companhias que foram à falência.” (Castilho, 2014).

A interferência do Estado é condição e componente do projeto de modernização territorial do Brasil, que teve início na década de 1930. Esse projeto foi pautado, primeiramente, na expansão urbano-industrial do capital internacional e, no segundo momento, na política de reestruturação produtiva do capital. Castilho (2014) afirma que tal condição, leva ao entendimento que a ideia de modernização esteve atrelada à garantia da lógica hegemônica capitalista, portanto, da exploração e acumulação nas relações sociais de produção.

A política da “Marcha para o Oeste”, encabeçada pelo então presidente Getúlio Vargas na década de 1930 com o objetivo de povoar o interior do país com o seu suporte modernizante, foi essencial para promover a integração do território

goiano-tocantinense com a região Sudeste do país e, por conseguinte, gerar as desigualdades regionais.

Segundo Klever (2020, p. 49), “O Estado Novo, através de Getúlio Vargas, iniciou a Marcha para Oeste, pretendendo uma reversão da população rural ao interior do país.” Vários empreendimentos de interiorização foram desempenhados por governos, a exemplo dos governos de Pernambuco, da Paraíba, da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. A intenção do governo era promover o povoamento equilibrado das regiões evitando-se o desequilíbrio populacional, bem como o grande povoamento do litoral (Klever, 2020).

Para o povoamento da Hinterlândia brasileira, o governo lançou mão da lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 que autorizava a criação das colônias agrícolas nacionais. De acordo com Klever (2020, p. 56):

Estas colônias receberiam todo amparo técnico, social, econômico, ou seja, todas condições para fixar este povoamento no nosso interior. Ainda em 1941, inaugurou-se a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no alto Tocantins, propondo-se a oferecer todas as condições técnicas e de higiene, além da abertura de uma estrada de rodagem que interligaria a colônia a Anápolis.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG fez parte das políticas expansionistas do governo de Getúlio Vargas sendo, posteriormente, emancipada e denominada de Ceres. Os projetos de Vargas muito influenciaram a configuração territorial da região central de Goiás denominada, naquele período, de Mato Grosso Goiano. Em poucos anos a área da colônia recebeu muitos migrantes e passou por um processo de re(funcionalização) tornando-se um importante núcleo ligado à saúde (Castilho 2009).

De acordo com Borges e Gomes (2021, p.6):

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) promoveu uma reestruturação econômica do Brasil guiado pelo setor urbano-industrial. Reestruturação que atravessou Goiás, inserindo-o na dinâmica da modernização sob os preceitos da modernidade.

As intervenções políticas do Estado modernizador no território goiano no período de 1930 a 1985, evidenciam sua articulação no desenvolvimento do capital no Centro-Oeste brasileiro, que se deu pela via da modernização do campo, por sua vez, atrelada ao projeto de industrialização e urbanização do Brasil, conforme se verifica no registro de Palacin (1976, p. 32-33):

O problema das comunicações internas no Estado apresentava-se tanto ou mais grave, e, com espreito à localização da capital, igualmente ambíguo. Com 6.000 Km de “sofríveis estradas de rodagem” dentro de seus 747.000 Km, localizadas todas no sul, sudoeste e centro, imensas zonas do Estado ficavam fora do alcance de qualquer meio de comunicação; o resto mal comunicado (Palacin, 1976, p. 32-33).

Tais políticas promoveram mudanças substanciais na configuração do território goiano-tocantinense, sobretudo, na região Sul de Goiás, onde essa mesma região passou a contar com uma maior rede técnica em detrimento da região Norte.

2.2 AS CAPITAIS PLANEJADAS E A URBANIZAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO GOIANO

Segundo Santos e Silveira (2021, p. 271): “nos países de maior extensão territorial e que também são países com grandes disparidades regionais e de renda, o processo de criação de fluidez é seletivo e não igualitário.” Diante da constatação dos autores, o Brasil é o 5º país mais extenso do Mundo possuindo grandes disparidades regionais relacionadas aos processos de fluidez oriundos da disposição desigual das redes.

Desse modo, o Brasil sendo um país de industrialização tardia ou retardatária, passou por um processo de urbanização rápida a acelerada a partir de meados do século XX, assim como a grande maioria dos países subdesenvolvidos. Em seu livro, *A Urbanização Desigual*, Milton Santos (2021, p. 17) salienta:

Somos tentados a estabelecer a mesma correlação entre industrialização e urbanização, tanto para os países subdesenvolvidos como para os desenvolvidos. Levando-se em conta que a revolução urbana nos países subdesenvolvidos é concomitante à sua modernização atual, vários autores consideram que as mesmas causas constituem a origem dos mesmos fenômenos, seja qual for a época ou o país (Santos, 2021, p.17).

Embora Milton Santos (2011) destaque as mesmas causas para o fenômeno da urbanização tanto em países desenvolvidos como em países subdesenvolvidos, distingue-se certas especificidades para o caso brasileiro tais como: urbanização rápida e acelerada. Santos (2011, p. 114) assim relata a urbanização no Mundo subdesenvolvido:

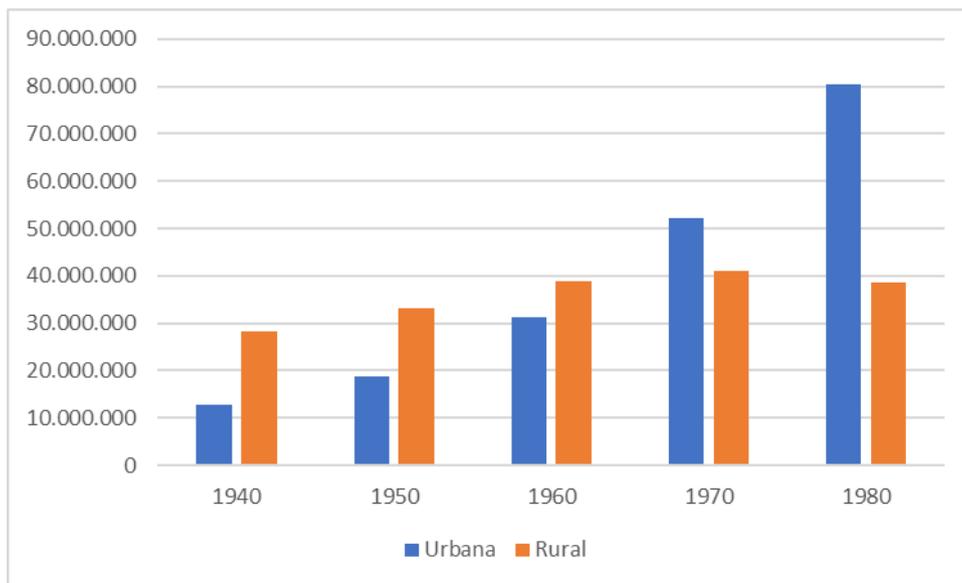
A urbanização se faz de maneira mais rápida, nascem pequenas cidades, redes tradicionais se desmantelam e novas regiões se elaboram. Esse dinamismo urbano é uma das características dos países subdesenvolvidos, na da havendo em comum a relativa estabilidade dos países industrializados.

Como mostra a figura 04, o Brasil se urbaniza na passagem da década de 1960/1970 tendo dois processos como pilares: industrialização e modernização agrícola. A industrialização, pela qual o Brasil iniciou a passos lentos a partir da crise de 1929 e vem se intensificar na década de 1950 com a internacionalização do capital internacional, provocou um grande fluxo migratório em direção às cidades

brasileiras. A modernização da agricultura, também iniciada a partir de meados do século XX, foi responsável por um intenso êxodo rural na medida em que expulsou – e continua a expulsando - inúmeros camponeses que lidam diretamente com terra.

Os dois processos – industrialização e modernização agrícola - ocorridos concomitantemente, foram grandes responsáveis pela urbanização brasileira. Conforme figura 04, na década de 1940 a taxa de urbanização brasileira era de 31,24% enquanto em 1980 a urbanização brasileira era de 67,59%.

Figura 4 - Brasil – evolução da população urbana: 1940-1980

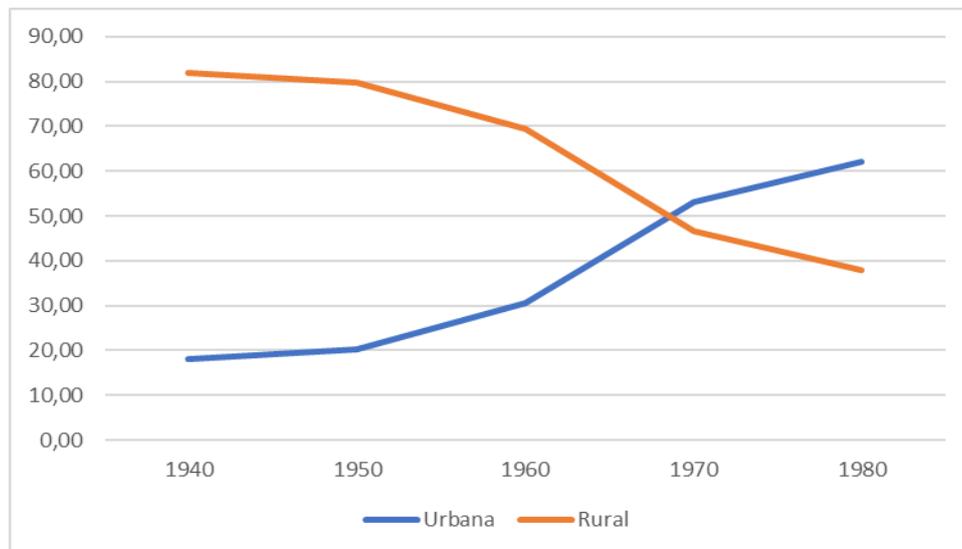


Fonte: IBGE (1940), (1950), (1960), (1970), (1980).

Em Goiás a urbanização, assim como a brasileira, ocorre de maneira acelerada e concentrada. Considerando urbanização apenas como o número de pessoas vivendo em cidades, podemos verificar na figura 05 que em menos de quatro décadas houve a inversão do lugar de moradia da população goiana.

Goiás se urbaniza a partir da década de 1970 influenciado, notadamente, pela expansão da fronteira agrícola ao qual se processava nessa época. Essa urbanização, assim como a brasileira, foi marcada pelo intenso fluxo migratório e se processou de maneira desigual pelo território goiano. Logicamente, essa urbanização esteve mais concentrada na porção meridional do território goiano onde se faziam presentes, de maneira mais expressiva, estradas, ferrovias, centros regionais e as duas capitais planejadas – Goiânia e Brasília.

Figura 5 - Goiás – Evolução da população urbana: 1940-1980



Fonte: (IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980).

O novo urbano, nesse caso, marcado pela construção de Goiânia, inaugurada nos anos 1930 - chega antes da modernização do rural, da modernização dos transportes, da modernização do consumo e de modo mais geral, da modernização do país. Junta-se a esse fenômeno a construção de Brasília, inaugurada na década de 1960 (Santos e Silveira, 2021).

A ocupação/modernização do território goiano-tocantinense contou com a participação de um órgão importante, a SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - criada através da lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967 tendo como principal objetivo a ocupação produtiva baseada na agricultura mecanizada nas áreas de cerrado (Brasil, 1967). Em 1960, a região Centro-Oeste representava mais de 22% da área do território nacional, mas continha apenas 4% da população brasileira. Esse “vazio demográfico” necessitava ser ocupado. A partir daí, intensificam-se políticas de povoamento das áreas de cerrado pautadas nas atividades agromineradoras no intuito de absorver excedentes populacionais provenientes de regiões estagnadas economicamente como o semiárido nordestino (Cavalcanti e Barreira, 2011).

Visando dar suporte a SUDECO, foi criado, através do Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) objetivando incorporar atividades do setor primário apenas entre os anos de 1975 a 1979 (BRASIL, 1975). Segundo Cavalcanti e Barreira (2011), o POLOCENTRO surge como solução para os dilemas brasileiros ao mesmo tempo que a região foi

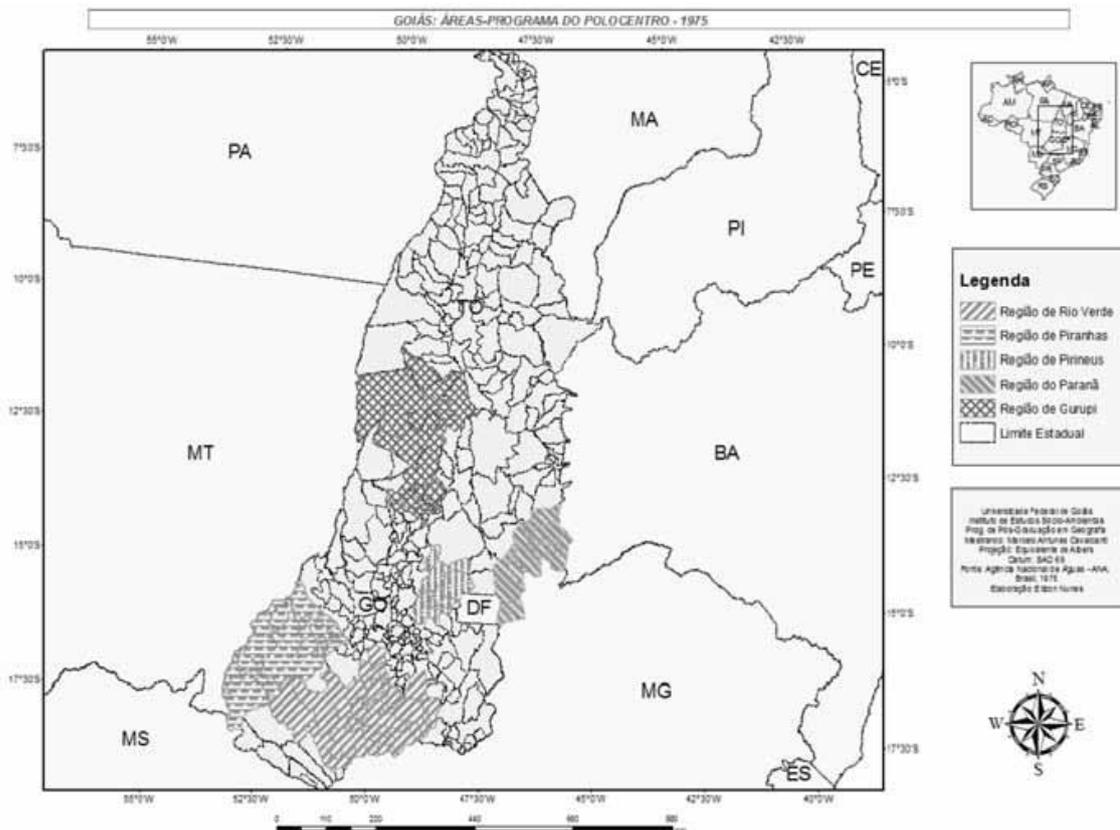
vendida como promessa de bonanças. A despeito desse programa, os autores afirmam:

A região Centro-Oeste [...] cumprirá um importante papel, quanto à solução dos grandes problemas nacionais: crescimento da renda e do emprego, redução das disparidades regionais, contenção da inflação, equilíbrio da balança de pagamentos, desenvolvimento do setor energético e absorção de migrações internas no país (Brasil, 1984, p. 35, *apud* Cavalcanti e Barreira, 2011, p. 183).

Todavia, os investimentos do POLOCENTRO não foram aplicados de maneira igualitária no território goiano. Foram direcionados em áreas-programa de tal forma que essas áreas pudessem servir de polos de desenvolvimento e assim, irradiar para regiões vizinhas uma agricultura desenvolvida.

Em Goiás, foram selecionadas cinco áreas-programa: Gurupi (ao longo da BR-153, entre as localidades de Gurupi e Porangatu); Paranã (ao longo da BR-020, entre o rio Parnaíba e a cidade de Posse); Pirineus (ao longo da BR-080, entre a divisa do Distrito Federal com Goiás e do rio das Almas); Piranhas (ao longo da BR-158, entre Piranhas e Aragarças) e Rio Verde (localizada entre os rios Verde Grande e Claro e o eixo da BR-060) conforme pode ser verificado na figura 06 (Brasil, 1975).

Figura 6 - Goiás: áreas-programa do POLOCENTRO - 1975



Fonte: Cavalcanti e Barreira (2011)

Como afirmam Cavalcanti e Barreira (2011), em Goiás, os proprietários com até 100 hectares captaram apenas 0,5% dos recursos do Programa, enquanto os latifundiários com área superior a 1000 hectares absorveram 62% de todo o montante de recursos destinados ao crédito agrícola, conforme verificado na tabela 04.

Tabela 4 - Crédito rural aprovado pelo POLOCENTRO em Goiás entre 1975-1982

Propriedades (ha)	Nº Projetos	Proporção (%)	Valor (Cr\$)	Proporção (%)
0 - 100	54	1,5	2.105.966,40	0,5
100 - 200	129	10,0	10.243.105,60	3,0
200 - 500	324	25,2	40.344.343,20	11,0
500 - 1000	326	25,3	72.623.230,50	20,5
1000 - 2000	258	20,0	90.307.966,00	26,0
2000 ou mais	195	15,2	138.162.976,00	39,0
TOTAL	1.286	100,0	353.787.588,00	100,0

Fonte: Cavalcanti e Barreira (2011)

Os investimentos ficaram concentrados em algumas regiões, sendo a área-programa de Rio Verde concentrando quase a metade (46,8%) do capital destinado aos financiamentos agrícolas. Para receber os recursos o público teria que atender as condições impostas pelos agentes financiadores, além da participação de grupos políticos regionais influenciando o poder efetivo do estado na adoção dessas políticas (Cavalcanti e Barreira, 2011).

Tabela 5 - Incorporação de área ao processo produtivo por regiões-programa no estado de Goiás (1970-1980)

Subáreas	Área cultivada (ha)			Crescimento acumulado (%)		
	1970	1975	1980	1970/1975	1975/1980	1970/1980
Rio Verde	1.637.112	2.099.020	2.994.169	28,21	42,65	82,89
Gurupi	287.261	887.204	1.247.615	208,85	40,62	334,31
Piranhas	248.694	777.798	477.153	121,75	57,93	393,92
Paraná	170.254	321.721	334.423	88,97	48,31	180,26
Pirineus	87.632	284.862	6.281.411	225,07	17,29	281,28
POLOCENTRO	2.430.953	4.370.605	6.281.411	79,79	43,72	158,39
Goiás	6.022.832	10.141.918	14.845.019	68,39	46,37	146,48

Fonte: Cavalcanti e Barreira (2011)

A região de Rio Verde foi a que mais recebeu recursos do POLOCENTRO, haja vista que, eles foram direcionados quase que exclusivamente aos grandes

proprietários rurais além da possibilidade de influência de grupos políticos regionais, conforme constata Cavalcanti e Barreira (2011).

Cavalcanti e Barreira (2011) fazem algumas observações acerca do POLOCENTRO: o programa logrou êxito transformando o Planalto Central em um dos maiores celeiros mundiais; ao invés de fixar população no campo o programa provocou rápido e intenso êxodo rural; o programa incentivou a rápida devastação das áreas de cerrado; os investimentos do programa estiveram concentrados espacialmente no território goiano promovendo aumento das disparidades regionais; por fim e não menos importante: o programa foi seletivo priorizando os grandes latifundiários integrados ao mercado.

Além da SUDECO e do POLOCENTRO, a construção de duas capitais planejadas (Goiânia e Brasília) contribuiu para o desenvolvimento geograficamente desigual no território goiano-tocantinense na medida em que concentraram população, investimentos, créditos, bancos e toda uma infraestrutura de redes (estradas, rodovias, ferrovias).

2.2.1 A construção de Goiânia

Goiânia foi erguida na década de 1930 e oficialmente criada através do decreto nº 327 de 02 de agosto de 1935 (Palacin, 1976). Na concepção de Godinho (2015, p. 14) “A nova capital foi criada para ser o oposto da Cidade de Goiás. Devia respirar modernidade, conforto, saúde. Mas não foi isso que aconteceu. Pelo menos não no começo.” Quando Godinho (2015) aponta que “não foi isso que aconteceu” deve-se ao fato de que, na época da construção de Goiânia, o estado de Goiás encontrava-se numa situação financeira nada agradável, além dos desafios convencionais de se criar uma cidade do zero e com uma oposição que lutou bastante para que a construção e, a posterior transferência não ocorresse.

Dentro do contexto da criação da nova capital de Goiás, Sandes e Arrais (2014, p. 400) partilham:

O desdobramento do tempo indicaria a emergência de um processo de modernização que em Goiás ganhou fôlego com a nova capital. Goiânia, a “filha mais moça do estado”, era concebida em ventre externo, distante das tradições formadoras do mundo goiano. Em seu nascedouro, Goiânia foi pensada com ares de modernidade, com o claro intuito de marcar a diferença com a antiga capital e com a identidade da região. A filha mais moça do Estado, com o brilho de sua adolescência, rejeitou a autoridade dos mais velhos e requisitou para si o espaço capital.

Um fato curioso apontado por Godinho (2015) foi que, em um primeiro momento, a construção da nova capital ocorreu sem planejamento, ou seja, o estado não havia se preparado para tal projeto; vivia-se sob a égide de um governo revolucionário e ditatorial. Getúlio Vargas, ao assumir o governo provisório na década de 1930, nomeia o então médico Pedro Ludovico Teixeira como interventor estado de Goiás. Pedro Ludovico fazia oposição à família “Caiado”, grupo que até então liderava em Goiás. Além do mais, Palacin (1976, p. 22), reverbera que “Goiás, a velha capital, passou a significar na mente dos revolucionários a inércia, o atraso secular confrontando com o ímpeto criador da revolução.”

Como relata Godinho (2015) quando do retorno de alguns intelectuais para Goiás, dentre eles o advogado Paulo Fleury, que retornou no ano de 1932, ele, Paulo, assustou com a situação da velha capital: atrasada, cercada por morros, parada no tempo e no espaço. Situação diferente da que encontrara em Minas Gerais. Influenciado por Fleury, Pedro Ludovico Teixeira ficou ressentido de governar um local onde não havia abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo e leis que versavam sobre construção (Godinho, 2015). “... o problema das vias de comunicação era para todos não um problema, mas o problema dos problemas” (Palacin, 1976, p. 31). Todavia, Pedro Ludovico Teixeira sonhava com um local com parques, jardins, espaçamento entre as casas, ademais da topografia que impedia o alargamento das casas (Godinho, 2015).

Além dos fatores acima mencionados para a transferência da capital, Godinho (2015, p. 42) ainda incorpora:

Não há como negar que Pedro tinha outros motivos além desses. Um dos mais fortes era político. Aquela capital era semelhante à família Caiado, que agora, sem poder, fazia oposição diária ao grupo do novo interventor. Essa ideia que Ludovico nunca admitiu abertamente e várias vezes afirmou que sua razão nunca havia sido “revanchista”.

Palacin (1976) em seu livro, *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*, apresenta-nos duas circunstâncias conjunturais que tornavam a possibilidade da transferência da capital cada vez mais próxima:

1º - Outros estados que por razões parecidas tinham realizado a mudança da capital com pleno êxito: Sergipe, em 1855; Minas Gerais em 1897.

2º - Prostração cada vez mais acentuada da Cidade de Goiás, pois enquanto a população do estado duplicava nas três primeiras décadas do século a população de Goiás diminuía nuns vinte por cento.

Vários locais foram apontados para a construção da nova capital, no entanto, o local escolhido foi Campinas, cujo prefeito à época era Licardino de Olivera Ney. Projetada pelo arquiteto-urbanista Atilio Correia Lima que se inspirou na escola

francesa do início século XX, em 1932 iniciam-se as articulações para a construção daquela que seria a nova capital (Godinho, 2015).

Conforme afirma Godinho (2015), Pedro Ludovico tinha a pretensão de construir seis prédios para o funcionamento do estado e sessenta casas para o funcionalismo público. Vale ressaltar que Pedro Ludovico havia prometido, em anos anteriores, construir cento e cinquenta casas, mas devido as circunstâncias financeiras em que os cofres estaduais se encontravam, teve que diminuir essa quantidade.

Entre os nomes sugeridos para a nova capital, Sandes e Arrais (2014, p. 400) elucidam:

Entre os muitos nomes sugeridos, Petrônia e Buenolândia merecem destaque pela clara referência aos dois tipos de bandeirantes que marcaram a história da região: o tradicional, Bartolomeu Bueno da Silva, e o moderno, Pedro Ludovico Teixeira. Buenolândia carregava a marca de um tempo que deveria ser esquecido, enquanto Petrônia poderia gravar na carreira política do governador a pecha de personalista. Fugindo a tal risco, o governador preferiu adotar o nome Goiânia.

Conforme Palacin (1976), embora a situação do estado fosse descrita pelos opositores antimudancistas como calamitosa à época, o decreto nº 3.359 de 18 de maio de 1933 em seu artigo 1º autoriza a construção da nova capital na região às margens do córrego Botafogo compreendida pelas fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no município de Campinas. Dessa forma, a primeira pedra fundamental da construção da nova capital foi inaugurada em 24/10/1933. Evidentemente que, para dar continuidade à construção, além de empréstimo com a esfera federal realizou-se também a venda de lotes numa espécie de modesta contribuição às despesas.

Finalmente, no dia 23 de março do ano de 1937, conforme demonstra Palacin (1976), através do decreto nº 1.816 publicado no Correio Oficial - o que corresponde atualmente ao Diário Oficial – ocorreu a mudança definitiva da capital do estado para Goiânia. Cabe lembrar que, nessa data, já haviam sido construídos todos os edifícios necessários ao regular funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado.

A partir da transferência, Goiânia foi se desenvolvendo paulatinamente. Palacin (1976, p. 93) aduz:

A construção de Goiânia foi uma aposta ao desenvolvimento, um crédito aberto ao futuro. E não se pode dizer que seus construtores fossem tímidos nas ambições e nas esperanças para o futuro da cidade e do Estado.

A transferência da capital, mesmo tendo enfrentado inúmeras oposições, foi um projeto audacioso pelo qual trouxe crescimento e desenvolvimento. Nas palavras de Palacin (1976, p. 94-95):

... o plano elaborado pelo arquiteto Atilio Correia de Lima distinguia um centro administrativo, um centro comercial e as zonas residenciais – A e B, urbana e suburbana – e industrial, tudo para um máximo de 50.000 habitantes. Quem poderia pensar então que, em quarenta anos, este máximo estaria já multiplicado por dez ?

Ainda de acordo com Palacin (1976, p. 102):

A construção de Goiânia, ao mesmo tempo, teve a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão – ou “possibilidade” – geográfica no mapa. A abertura de estradas – como aconteceria mais tarde e em mais alto grau com Brasília – possibilitou as comunicações internas e com o resto do país. Assim se favorecia, desde o começo, a imigração. Isto se dava de acordo com a campanha de “marcha para o oeste” lançada então, pelo governo federal.

Segundo Arrais (2011, p. 22) “...próximo a Anápolis, surge Goiânia, o que repercute na urbanização e a valorização fundiária, processos que alteram o perfil social e econômico na faixa oeste do Mato Grosso de Goiás.” O fato é que Goiânia foi se tornando, ao longo do século XX, uma cidade com grande aglomeração urbana concentrando infraestrutura, pessoas, emprego, redes técnicas, indústrias, dentre outros. “A crescente valorização das terras goianas atraiu investidores de outros centros a ponto de o crescimento econômico do município ser bastante evidenciado pelo seu primeiro prefeito” (Estevam, 1997, p. 83):

A construção da nova capital, deste modo, ao ensejar correntes imigratórias, foi responsável pelo lançamento de germes de transformação nas estruturas sócio-econômicas do centro-sul do estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas tornando-se cativante opção para assentamento dos imigrantes rurais que passaram a se movimentar pelo campo brasileiro. A propaganda oficial nos anos trinta - ressaltando a nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás - colaborou para que imigrantes de outros estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e adentrassem as florestas virgens da zona “Mato Grosso de Goiás” (Estevam, 1997, p.84).

Verifica-se que Goiânia foi se tornando um polo de atração no Planalto Central brasileiro. Muitos trabalhadores vieram de várias partes do país, sobretudo São Paulo e Minas, haja vista que, Goiás, naquela época, não possuía pessoal qualificado no ramo da edificação. Atrelado a isso, tem-se as propagandas realizadas pelo governo no intuito de promover a ocupação das terras “virgens” no Mato Grosso de Goiás.

Esse intenso fluxo migratório corroborou para que houvesse um vertiginoso aumento no preço das terras que circundavam a nova capital à época, seguindo a lei da oferta e da procura. “Antes do projeto da nova capital o preço não alcançava sequer Cr\$100,00 o alqueire; com o andamento das obras, o alqueire chegou a ser negociado ao preço de Cr\$ 15.000 nas cercanias.

Conforme salienta Salgado (2023), como precursora de uma nova fase da urbanização de Goiás, Goiânia continuou, após a fragmentação do território goiano, atraindo pessoas, capitais e investimentos. A capital goianiense, classificada como metrópole regional, exerce, atualmente, influência em todo o estado e até mesmo fora dele, permanecendo, de acordo com a autora, como o principal núcleo urbano de Goiás.

A rede comandada pela capital goiana era composta, em 2007, por duas capitais regionais, Palmas e Araguaína, seis centros sub-regionais, 45 centros de zona e um total de 363 municípios polarizados. A população tributária era de 6.408.542 habitantes, 30,2% deles concentrados em Goiânia (IBGE, 2008).

Obviamente que a polarização exercida por Goiânia, conforme demonstra a citação acima, excede os limites estaduais. Por isso um contingente de 363 municípios polarizados pela capital. Conforme pesquisa do IBGE 2018 apud Salgado (2023) "...Goiânia mantêm-se como Metrópole e continua a possuir uma extensa área de influência, abrangendo 11,3% do território nacional".

Em consonância com o último censo do IBGE (IBGE 2022), Goiânia, atualmente, conta com uma população de 1.414.483 pessoas. Em segunda colocada aparece Aparecida de Goiânia, com 500.760 habitantes. Na sequência encontra-se Anápolis, com 393.417, Rio Verde, com 214.607, Águas Lindas de Goiás, com 208.892, Valparaíso de Goiás, com 196.967, Luziânia, com 196.416, Senador Canedo, com 153.522 e Trindade, com 149.167 habitantes. Juntas, essas oito cidades concentram 52,40% da população de todo o estado. Logicamente, com exceção das cidades de Anápolis e Rio Verde, a concentração demográfica expressiva deve-se a metropolização de Goiânia e Brasília.

2.2.2 A construção de Brasília

A cidade de Brasília foi oficialmente inaugurada em 21 de abril de 1960, conforme mencionado por Paviani (2007). No entanto, há registros históricos que remontam ao período do Brasil Império, evidenciando a ideia de transferência da capital para o interior do território, articulada pelos inconfidentes mineiros (Paviani, 2007).

A Constituição de 1891 (Brasil, 1891) em seu artigo 3º, afirmava o seguinte: "Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400

quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.”

Em 1892, segundo Paviani (2007), foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil pelo presidente Floriano Peixoto, responsável pelos primeiros estudos sobre o futuro do território do Distrito Federal - DF. Essa comissão foi denominada de missão Cruls, cujos objetivos eram “escolher a melhor localização para a futura capital dentro da área previamente demarcada, e definir o traçado de uma estrada de ferro ligando Cuiabá e Catalão, no estado de Goiás” (VERGARA, 2006, p. 910).

Segundo (Vergara, 2006, p. 912):

Para delimitar a zona da futura capital, Cruls optou por adotar o método de determinação das fronteiras dos estados empregado pelos Estados Unidos da América, produzindo assim um quadrilátero, localizado em torno dos 15 aos 16º de latitude Sul e por volta de 47º a 49º de longitude Oeste, em detrimento do método irregular tomando como referência os sistemas orográficos e hidrográfico o que seria mais demorado e custoso.

A guinada para a transferência da nova capital federal ganha peso na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”, programa federal que objetiva povoar o Planalto Central com a retomada do projeto de transferência. A ideia da transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior perpetua na pauta dos políticos em anos subsequentes ao governo Vargas. No governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra é enviada uma solicitação ao Congresso Nacional oficializando medidas mais concretas.

A Lei 1.803 de 5 de janeiro de 1953 autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital Federal. Foi escolhido o “sítio castanho” estabelecendo-se com o estado de Goiás a delimitação do quadrilátero do DF. No governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira foi determinada a construção da nova capital federal (Paviani, 2007).

Paviani (2007, p. 5-6) salienta sobre o intenso fluxo migratório em direção ao canteiro de obras:

Geograficamente, é relevante a intensa imigração de operários para trabalhar nas obras, ao longo de 1957 até 1960, o IBGE recenseou a população presente, que aumentava no mesmo ritmo da aceleração das obras. A construção dos edifícios, em 1957, contava com uma população presente de 12.700 pessoas.

Diante das afirmações de Paviani (2007) a construção da nova capital federal contribuiu, sobremaneira, para a intensificação do fluxo migratório, sobretudo de nordestinos, em direção ao Planalto Central Brasileiro. Quando nos referimos aos nordestinos significa que a Região Nordeste do país, após o processo de

industrialização/modernização ocorrido no Brasil, tornou-se uma grande fornecedora de mão de obra barata, sobretudo para o Centro-Sul (Paviani, 2007).

O novo canteiro de obras promoveu um crescimento demográfico no Distrito Federal. Acerca dessa rápida urbanização, Paviani (2007, p. 6-7) afirma:

Um ano antes da inauguração, havia 64.314 habitantes e, em 21 de abril de 1960, ao ser inaugurado o Plano Piloto, o DF contava com 141.742 habitantes. Pode-se afirmar que, o acréscimo populacional por correntes migratórias importantes ocorreu em razão da demanda por operários na construção civil, da transferência da Capital e da paulatina mudança do Congresso Nacional, dos Tribunais e ministérios.

Paviani (2007, p.7) elucida que “o povoamento é realizado para além dos limites do Plano Piloto, configurando, já nos primórdios, a segregação socioespacial.” Os imigrantes que chegaram para trabalharem no canteiro de obras da Nova Capital Federal alojaram-se em pavilhões, acampamentos e dando origem inúmeras favelas, ou seja, a instalação e transferência da nova capital com estados limítrofes de Goiás/Minas promoveu intensa urbanização nessa área como também o surgimento de bolsões de pobreza.

Para lidar com a falta de infraestrutura produtiva e evitar o crescimento desordenado na região do entorno do Distrito Federal, o governo do DF criou Programa da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) em 1967 e, posteriormente, em 1975, transferiu-o para a administração do governo federal, cuja gestão ficou a cargo da SUDECO. O intuito do programa era diminuir a pressão por emprego, moradia e serviços sobre a nova sede do governo central fazendo com que as cidades do seu entorno tivessem condições de barrar o fluxo migratório diminuindo a dependência sobre a nova capital (Cavalcanti e Barreira, 2011).

Acerca do PERGEB, Cavalcanti e Barreira (2011, p. 188) destacam:

A atuação do Programa parece ter ajudado a preservar o caráter terciário de Brasília, pois sem a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis – uma das maiores realizações do PERGEB, em conjunto com o governo do estado de Goiás – e os incentivos à industrialização e ao desenvolvimento das atividades produtivas fora da região metropolitana, provavelmente Brasília teria funcionado como polo atrativo à implantação de indústrias, devido ao seu forte mercado consumidor.

É relevante ressaltar que o POLOCENTRO e o PERGEB foram dois programas diferentes. Cavalcanti e Barreira (2011, p. 188) os distinguem:

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados tinha como propósito desenvolver a agropecuária mecanizada, enquanto a Geoeconômica incentivava a agricultura familiar voltada ao abastecimento de Brasília, como a produção de hortifrutigranjeiros, com intensa absorção de mão de obra. Isso gerou alguns conflitos, sobretudo quando se tratava de áreas com sobreposição de ações.

De certa forma os dois programas, o POLOCENTRO e o PERGEB, contribuíram para fazer de Brasília e seu entorno uma região de grande aglomeração urbana a partir da década de 1970 como denota Paviani (2007, p. 8):

O Censo do IBGE de 1970 encontrou 516.896 habitantes; e, 1980, superou a casa do milhão de habitantes: 1.138.835. No Censo de 1991, a população urbana dera de 1.515.889 e, em 2000 Brasília havia ultrapassado a casa dos dois milhões, tendo o censo registrado 2.051.146 habitantes, distribuídos em 19 Regiões Administrativas.

É clarividente que Brasília e as cidades do entorno do DF tiveram um crescimento vertiginoso a partir de sua construção dando origem, na década de 1990, a municípios como Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Vila Boa como pode ser constatado no quadro 02. Segundo Paviani (2007) “Brasília seria uma metrópole terciário-quaternária, incompleta por não apresentar produção industrial de importância econômica em âmbito nacional.”

Tabela 6 – Municípios da Microrregião do Entorno de Brasília

Município	Lei de criação nº	Data do D.O. ¹	População ²
Abadiânia	832	20/10/1953	15.498
Água Fria de Goiás	10.399	30/12/1987	5.54.
Águas Lindas de Goiás	12.792	27/12/1995	208.892
Alexânia	2.115	14/11/1958	28.690
Cabeceiras	2.102	14/11/1958	7.342
Cidade Ocidental	11.403	16/01/1991	84.581
Cocalzinho de Goiás	11.262	03/06/1990	24.018
Corumbá de Goiás	529	23/06/1875	9.801
Cristalina	533	18/07/1916	58.940
Formosa	1	01/08/1843	112.542
Luziânia	9.167	14/05/1982	196.416
Mimoso de Goiás	10.405	30/12/1987	2.572
Novo Gama	12.680	19/07/1995	97.976
Padre Bernardo	4.797	07/11/1963	34.314
Pirenópolis	18	27/02/1890	26.598
Planaltina	52	19/03/1891	108.846
Santo Antônio do Descoberto	9.167	14/05/1982	68.654
Valparaíso	12.667	18/07/1995	196.967
Vila Boa	11.707	29/04/1992	3.686

¹Documento Oficial

² Prévía da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico até 25 de dezembro de 2022.

Fonte: TCM/GO, (IBGE, 2022)

Brasília, hoje, possui uma população de 2.817.381 habitantes (IBGE, 2022). Todavia, contabilizam cerca de mais de 3 milhões se considerarmos os núcleos contíguos, ou seja, as cidades do entorno, que hoje totalizam 19 municípios compondo a Microrregião do Entorno de Brasília (tabela 06).

Acerca da Microrregião do Entorno de Brasília², Oliveira Júnior *et al.* (2013, p. 4) destacam:

A Microrregião concentra em torno de 90% da população, dos empregos formais, do total de alunos matriculados nas redes de ensino federal, estadual, municipal e particular da Mesorregião Leste Goiano, na qual está localizada.

Atualmente, conforme pode ser constatado na tabela 06, a Microrregião do Entorno de Brasília concentra 18,22% da população do estado de Goiás que, de acordo com último Censo, era de 7.056.495 habitantes (IBGE, 2022). Conforme apresentado por Oliveira Júnior *et al.* (2013) a Microrregião do Entorno de Brasília concentra parcela significativa da população do estado de Goiás, como também a oferta de empregos formais, sobretudo do setor terciário-quaternário defendido por Paviani (2007). Esses dados demonstram explicitamente como o desenvolvimento geográfico do território goiano ocorreu de maneira desigual e concentrada.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A CAPITALIZAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO

No território goiano, além da ação do governo federal, na produção diferencial do território via projetos de integração e construção das capitais planejadas, também podemos destacar as ações dos diferentes governos estaduais na capitalização diferenciada do território. A prática de planejamento público no nível estadual está presente em Goiás de forma sistematizada desde a década de 1960, conforme podemos consultar em Salgado (2010). Nos itens a seguir apresentamos uma síntese das principais políticas territoriais propostas em Goiás entre as décadas de 1960 a 1980.

2.3.1 Governo Mauro Borges - 1961 a 1964

Denominado de Plano de Desenvolvimento Econômico, popularmente conhecido como Plano MB, foi elaborado durante o mandato do ex-governador

² Em 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desenvolve uma divisão regional que respeitasse os limites das unidades federativas, essa regionalização é conhecida por divisão regional em mesorregiões e microrregiões geográficas. As Microrregiões Geográficas foram instituídas pela Resolução da Presidência do IBGE nº. 11, de 5 de junho de 1990, publicada no Boletim de Serviço da Instituição nº. 1.774, portanto Brasília localiza-se na mesorregião do leste goiano e tem sua microrregião chamada microrregião do entorno de Brasília (IBGE, 1990).

Mauro Borges, filho do antigo interventor³ Pedro Ludovico Teixeira. O Plano MB foi o primeiro da série de planos⁴ elaborado pelo Estado de Goiás representando, de acordo com o Instituto Mauro Borges – IMB (2023), marco no planejamento estadual devido à sua qualidade e completude de informações sociais, econômicas, geográficas, de infraestrutura, de recursos naturais, entre outras.

O plano MB, concebido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas, instituição contratada para a sua elaboração, surgiu no contexto da Guerra Fria, portanto, num momento em que o planejamento estatal ganhava força para criação e estruturação do Estado de Bem-Estar Social⁵.

Mauro Borges Teixeira toma posse em 31/01/1961, mas tem seu mandato cassado em 26/11/1964 em decorrência do Golpe de Estado Civil-Militar daquele ano. Em seu lugar assume Carlos de Meira Mattos, interventor federal nomeado.

Cabe aqui ressaltar que, segundo Arrais (2023), entre as décadas de 1950/1960 as demandas do estado estavam concentradas entre Goiânia, Anápolis e Brasília notadamente, numa diversificação econômica – o setor secundário começa a se concentrar nas regiões de Goiânia e Brasília – embora com uma industrialização ainda insipiente.

O Plano MB partiu de um planejamento orgânico, sistêmico, e dividiu-se em 3 etapas:

1ª – Ação imediata, visando o prosseguimento das obras em andamento e que deverão ser prosseguidas; 2ª – execução de um programa de investimentos, no período 1961/1965, sob uma nova concepção de política administrativa, qual seja a de entrosamento entre os problemas econômicos, sociais e administrativos; 3ª – promoção de estudos de profundidade dos problemas econômicos e sociais do Estado, equacionando-os e definindo soluções, deixando as administrações subsequentes perfeitamente habilitadas para resolvê-los (Goiás, 1961, p. 18).

O PDE diagnosticou um crescimento desequilibrado do território goiano, especialmente no que se refere ao produto interno e a renda interna. Todavia, a

³ A Revolução de 1930 foi percebida como uma verdadeira expressão de democracia, de liberdade e de justiça, que possibilitariam o fim da opressão oligárquica em Goiás. No plano estadual, em Goiás, esta tarefa foi delegada por Getúlio Vargas ao interventor Pedro Ludovico Teixeira. O ideal de renovação se fazia presente e as esperanças foram depositadas no processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil. Em Goiás, a revolução foi sentida como uma autêntica libertação. Esse era o contexto no qual a Junta Governativa do Estado de Goiás buscava legitimar a Revolução e não faltaram medidas para garanti-la. A ideia de transferir a capital já foi lançada em 1930: “o próprio chefe das tropas revolucionária entradas em Goiás, Dr. Pinheiro Chagas, quem, no comício de exaltação da revolução vitoriosa, lançasse a ideia da necessidade da mudança da capital, associando-a agora ao processo revolucionário (Silva e Melo, 2013).

⁴ A coletânea dos Planos de Governo Estaduais pode ser encontrada no site do Instituto Mauro Borges-IMB : https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=213

⁵ De acordo com Bobbio *et al.* (1998) Estado do bem-estar (*Welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante "tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político.

constatação dessa desigualdade não implicou em estratégias para a diminuição da mesma.

O Plano MB, com foco no desenvolvimento econômico como fenômeno regional, detectou acentuadas disparidades regionais no estado. De acordo com Goiás (1961, p. 19):

Área escassa e esparsamente povoada, de produção agropastoril, com indústria de transformação que ainda merece o qualificativo de embrionária, sai subitamente do semi-isolamento em que vivia com relação ao resto do País, como resultado da construção da nova capital federal no planalto goiano. É uma nova corrente de migração interna que se estabelece. De início, são os próprios construtores da nova cidade, numa segunda fase os seus habitantes. Nos dois casos, porém, se cria nova demanda que as regiões imediatamente próximas não tem condições para atender e que só pode ser satisfeita pelos bens e serviços originários da região centro-sul do país.

Por isso, o plano objetiva tendência na integração das áreas menos desenvolvidas numa economia mais avançada.

O próprio plano diagnostica o estado como uma área esparsamente povoada, de economia agropastoril e ainda não industrializada, saindo do isolamento nacional em que vivia devido a construção da nova capital federal. Ainda previa, com a construção de Brasília, o agravamento de desequilíbrios na economia goiana, daí a importância do planejamento regional estatal para impedir a ação desequilibrante de Brasília.

Na época, constatou-se que o solo goiano era quase que completamente inexplorado e desconhecido verificando-se a presença de cristais de rocha, minério de níquel, mica, cromo, rutila e, através do processo da garimpagem, o diamante. Os solos goianos eram caracterizados como de extensas planícies e chapadões com vastos campos e cerrados cobertos com pastagens destacando a região do “Mato Grosso de Goiás” como melhor região agropastoril (Goiás, 1961).

No que tange a infraestrutura energética o plano detectou escassez no principal ponto de estrangulamento da expansão econômica de Goiás, pois a oferta era condicionada ao potencial hidráulico. O plano previa um aumento da potência instalada de energia para os próximos anos.

A respeito dos transportes, verificava-se a presença da Estrada de Ferro Goiás que, apesar da precariedade, era responsável por transportar cerca de 80% da produção dos grãos goianos. Não havia dados sobre hidrovias goianas à época.

Os técnicos que elaboraram o Plano MB detectaram que a economia goiana obteve significativa taxa de expansão quando comparado com os últimos anos, ou seja, em termos reais, o produto interno cresceu segundo a uma taxa de 10,5% ao

ano, porém, praticamente mantendo as relações estruturais (agricultura, indústria e serviços).

A região de Goiânia, conforme Goiás (1961), foi identificada como um polo de germinação para crescimento econômico do Estado, oscilando entre 35% e 40% na formação do produto interno bruto estadual, notando-se a emergência de um novo polo, o da região do Mato Grosso de Goiás, como consequência da expansão de atividades agropastoris deslocando-se investimentos nesse setor. Cabe aqui ressaltar que em 1950 a renda per capita da região de Goiânia era de Cr\$3.400,00 anuais, ou seja, 1,5 vezes a renda *per capita* do estado e 4 vezes a renda *per capita* da área mais pobre, a região Norte. Os investimentos públicos em capital social convergiram para a zona de Goiânia a fim de solidificar sua infraestrutura, embora ainda incipiente.

2.3.2 Governo Otávio Lage de Siqueira - 1966 a 1971

Otávio Lage de Siqueira, natural de Buriti Alegre, engenheiro, graduado pela escola politécnica da Universidade de São Paulo, ex-prefeito de Goianésia, assume o governo do estado de Goiás, em 31 de janeiro de 1966, após se eleger governador pela antiga União Democrática Nacional - UDN. Permaneceu no poder até 15 de março de 1971 sendo substituído pelo interventor federal Emílio Rodrigues Ribas Junior (Goiás, 1966).

De acordo com o Instituto Mauro Borges – IMB (2023), o plano de governo de Otávio Lage, intitulado Empreendedorismo e Dinamismo e elaborada pela equipe de Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado, priorizou a área da educação e infraestrutura com os seguintes destaques: finalização da segunda etapa da usina de Cachoeira Dourada – localizada no curso médio do Rio Parnaíba entre Goiás/Minas; construção de linhas de transmissão de energia; construção de estradas/rodovias para interligar várias cidades goianas, sobretudo no eixo central-sul do estado.

De acordo com Goiás (1966, p. 17), o plano de Otávio Lage estabelecia três objetivos “1 - Realizar investimentos públicos maciços na infraestrutura econômica e social; 2 - Acelerar o ritmo da industrialização; e 3 - Aperfeiçoar a máquina administrativa estadual e racionalizar os serviços públicos”

Embora Goiás estivesse vivendo um momento estimulador para seu desenvolvimento – início da construção de Brasília, introdução do Planejamento como instrumento de gestão da administração pública promovido por seu antecessor

Mauro Borges, solos férteis e com grande quantidade de minérios – a economia goiana ainda era precária e baseada, majoritariamente, no setor primário. A tabela 06 apresenta a composição do PIB goiano na década de 1960.

Tabela 7 - Composição do PIB do Estado de Goiás - 1960

Setor da Economia	Participação no PIB
Agropecuária	67%
Indústria	12,50%
Serviços	20,50%

Fonte: Goiás (1966)

Na década de 1960 Goiás contava com uma população de 1.950.000 habitantes com cerca de 52% de população economicamente ativa crescendo a um ritmo exponencial de 4,55 por cento ao ano, índice bastante elevado devido, sobretudo, a construção de Goiânia e Brasília, no entanto, o estado carecia de infraestrutura. Dos 179 municípios, apenas 47 eram servidos com energia elétrica; dos 7.000 km de estradas goianas (federais e estaduais) apenas 810 foram pavimentadas (Goiás, 1966).

Em seu Plano de Governador, Otávio Lage de Siqueira, deixou claro o intuito de incentivar a rápida industrialização e modernização da agricultura. Segundo Goiás (1966, p.7):

A ação do governo no setor agropecuário visa: 1 – Ampliar o número de técnicos agrícolas e a formação de pessoal capacitado para as lides da terra; 2 – Criar fábricas de adubos ou conseguir fertilizantes em maiores quantidades e a preços mais baixos, distribuí-los pelas áreas agrícolas e incrementar seu uso; 3 – Aperfeiçoar a estrutura de mercado de sorte a obter melhor remuneração pelos produtos, diminuindo o número de intermediários e atravessadores; 4 – Estabelecimentos de rede de armazéns e silos em locais cuidadosamente escolhidos para servirem à coleta de mercadorias a serem transportadas e à sua distribuição e comercialização.

No setor industrial, de acordo com Goiás (1966, p. 7), a ação será desenvolvida em três sentidos: “1 – Início da implantação de uma Cidade Industrial; 2 – Formação de mão de obra industrial de nível técnico; 3 – Incremento de mineração, através de pesquisa, para conhecimento do potencial das ocorrências.”

Com ampliação da usina de Cachoeira Dourada e aumento da produção de energia, a CELG passou a vender energia, principalmente para o mercado de Brasília, oferecer energia para os grupos industriais que começavam a se instalar em Goiás, a exemplo do polo de mineração de Catalão, de Niquelândia e na Cidade

Industrial de Goiânia, concebida pelo Plano de Governo, além da democratização da energia para mais de 180 municípios ao final do seu governo.

Cabe destacar a ligação da capital Goiânia com a BR-153 executada com a pavimentação até Jaraguá e a integração do nordeste goiano com Brasília foi implantada com a rodovia ligando Formosa a São João da Aliança e Posse (Goiás, 1966).

Otávio Lage apostava que, com a oferta de infraestrutura e diminuição do frete dos insumos, Goiás pudesse alavancar a indústria e obter crescimento de 7% no PIB. No entanto, economia goiana era tão pequena que não tinha capacidade de criar poupança para disponibilizar novos investimentos. Em função disso, Otávio decidiu ampliar o crédito comercial e industrial do Banco do Estado de Goiás – BEG para financiar o setor industrial além de não deixar de lado o setor agrícola disponibilizando créditos para compra de tratores, armazéns e implementos agrícola.

Goiás (1966, p. 14) afirma que “é mister encarar o futuro com otimismo pra construirmos no Planalto outro São Paulo e apoiado neste desenvolvimento enfrentar o grande problema brasileiro que é a conquista da Amazônia.” Em seu Plano de Governo, Otávio Lage enfatiza a participação pública e salienta “Em um plano de Governo, para ser bom, precisa ser coerente, exequível e ajustável” (Goiás, 1966, p.15).

O plano detectou um decréscimo da renda per capita em Goiás e atribuiu esse decréscimo à explosão demográfica em decorrência da construção de Brasília na década de 1960. Também demonstrou que ela é muito concentrada no estado onde 20% da população detém cerca de 80% da renda.

No plano Empreendedorismo e Dinamismo também constava o fluxo de transportes apresentando em veículos por dia. Dessa forma, o trecho Goiânia-Anápolis apresentava a maior média, com 1.836 veículos por dia enquanto o trecho Araguaína-Estreito apresentava a menor média, com 136 veículos/dia, o que demonstra uma desigualdade entre as regiões do estado à época. O plano também aponta os investimentos em energia por região sendo a região do Mato Grosso de Goiás a que mais recebeu investimentos na década de 1960.

No que concerne às telecomunicações, o plano apresentava que, dos 221 municípios goianos, apenas 43 possuíam serviço telefônico local sendo, Goiânia, a cidade mais bem servida com esse recurso. No interior as condições eram precárias devido a falta de técnicos.

Quanto à indústria, o plano apresenta concentração no eixo Goiânia – Anápolis devido a presença da ferrovia e existência de matérias-primas. O plano

salienta que nas imediações da BR-153 sentido sul teve o aparecimento de pequenas indústrias.

2.3.3 Governo Leonino di Ramos Caiado - 1971 a 1975

Representando o terceiro plano governamental elaborado no estado de Goiás, o Plano de Leonino di Ramos Caiado, foi elaborado num momento em que a população ainda era predominantemente rural, mas que ensaiava uma transição para a urbana, conforme tabela 07.

Tabela 8 - População urbana em Goiás - 1960 e 1970

Ano	Urbana*	Rural*
1960	30,66	69,34
1970	53,27	46,73

*População em %.

Fonte: IBGE (1960), (1970)

De acordo com Goiás (1971), nesse período, a agricultura goiana ainda refletia um modelo tradicional onde a produção da soja começava a ser introduzida. Na pecuária, a bovinocultura se tornou a principal atividade econômica uma vez que, o estado, se tornou grande fornecedor para o mercado brasileiro.

No que diz respeito aos setores da economia, no plano de Leonino Caiado identificou grande expressividade dos recursos minerais como é o caso do níquel, amianto, ferro, calcário, fosfato e mica. Também identificou que o setor secundário tinha pequena participação na renda. No setor energético, foi verificado certa escassez devido a elevada demanda de Brasília.

O plano de Leonino Caiado era composto por quatro volumes: 1. Introdução; 2. Agropecuário; 3. Infraestrutura, Indústria e Comércio; 4. Setores Sociais e Orçamento Plurianual de Investimento. Segundo Porto (2023), um dos grandes méritos do Plano Leonino Caiado foi, sem dúvida, o de incorporar o processo de planejamento à administração pública, requisito tido como essencial para a eficácia e eficiência da ação governamental.

Uma grande preocupação constatada no plano era o turismo. O governo previa um aumento devido às ligações rodoviárias, fluxo turístico atraído pela construção da Capital Federal, bem como a presença de recursos hidrotermais.

O Plano de Governo de Leonino tinha como objetivo geral a governabilidade em parceria com o governo federal a fim de aumentar a participação do setor

secundário, porém, fortalecendo o setor primário; investimentos em saúde e educação, com foco na profissionalização e valorização do magistério.

Em seu Plano de Governo, constava que a administração reger-se-ia por cinco princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

2.3.4 Governo Irapuan Costa Júnior - 1975 a 1979

Irapuan Costa Júnior, primeiro governador nascido na cidade de Goiânia, assume o governo de Goiás em 15 de março de 1975 por meio de eleições indiretas na Assembleia Legislativa de Goiás. Graduou-se em engenharia civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi nomeado prefeito de Anápolis em 1970 na época do período ditatorial, além de ter presidido a Centrais Elétricas de Goiás – CELG (Goiás, 1975).

O período em que Irapuan Costa Júnior governou Goiás, segundo (GOIÁS, 1975) coincide com o momento do Primeiro Choque do Petróleo provocando certa escassez de recursos naturais num vasto território que era Goiás – ainda com o atual Tocantins, que era pouco povoado e carecia de infraestrutura de transportes e telecomunicações. A exemplo desses recursos naturais de Goiás, pode-se citar: níquel, amianto crisotila, titânio, calcário, fosfato, nióbio, terras raras, vermiculita e gipsita.

No que concerne aos recursos naturais de Goiás (1975, p. 5) se afirma que:

Os recursos naturais do Estado são pouco conhecidos ou não o são em toda a sua dimensão e potencialidade, apesar do considerável progresso verificado em relação a 5 anos atrás. Esse grau de conhecimento deve-se, principalmente, ao baixo nível de utilização tecnológica, aliado a pouca disponibilidade de recursos financeiros capazes de realizar, a níveis adequados, os pré-investimentos necessários a localização e avaliação econômica das reservas existentes, possibilitando sua posterior utilização.

O Plano de Governo da gestão de Irapuan, que foi concebido por uma equipe de especialistas goianos, teve que se adequar a mudanças ocorridas no estado à época: Goiás estava passando pelo processo de modernização da agricultura onde era palco da fronteira agrícola do país; exigências do setor público quanto à pesquisa agropecuária; ampliação das áreas de pastagens; o rebanho bovino goiano era um dos mais expressivos do país; demanda por uma industrialização que agregasse valor e melhorasse a renda interna goiana.

Em seu plano de governo, intitulado “Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuan Costa Junior”, houve, além dos aspectos acima mencionados, a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA como a ampliação da energia gerada na usina de Cachoeira Dourada.

O Plano de Irapuan era ousado, robusto e propunha metas ambiciosas. Uma dessas metas era aumentar em 75% o produto do setor primário, bem como triplicar o do setor secundário. Para atingir essas metas o plano previa aumento na infraestrutura (transportes e energia) e contava com o apoio do Governo Federal.

De acordo com Goiás (1975, p. 5): “apesar de contar com grandes e diversificadas reservas minerais, Goiás ainda não apresenta uma indústria de mineração desenvolvida.” Os depósitos de minérios explorados comercialmente a época eram as jazidas de amianto crisotila de Canabrava e as de manganês de São João D’Aliança e Itaberaí, cujas produções eram destinadas aos centros consumidores do triângulo Rio – São Paulo – Minas Gerais sem qualquer transformação industrial (Goiás, 1975).

Acerca dos investimentos em projetos mineralógicos constantes no Plano de Gestão de Irapuan Costa Junior, Goiás (1975, p. 6) destaca:

Os grandes projetos de mineração previstos para o aproveitamento das jazidas de níquel de Niquelândia e Barro Alto e das jazidas de fosfato, nióbio, titânio, vermiculita e terras raras de Catalão, aliados à ampliação da usina de beneficiamento de Canabrava, poderão alterar substancialmente esse panorama, tornando Goiás um dos principais produtores de bens minerais do país.

Embora o Plano de Irapuan apresentasse otimismo no que tange à implantação de novos projetos mineralógicos do estado, verificou-se problemas ambientais como a erosão e o desmatamento das áreas de cerrado. Sobre esse processo, Goiás (1975, p.7) afirma:

Estima-se que a erosão tem levado anualmente para as terras baixas e para os rios cerca de 25.000 hectares de terra fértil, considerando-se um solo de 20cm de profundidade. Sendo de dois milhões de hectares a área cultivada em Goiás, verifica-se 1,25% desta área torna-se improdutiva ou de baixa rentabilidade a cada anos que passa.

O Plano de Irapuan, na década de 1970, assim definiu a empresa goiana “é fraco o dinamismo da empresa goiana, pouca a sua agressividade e diminuta a sua experiência. Em algumas regiões e cidades ela praticamente inexistente, a não ser no sentido jurídico” (Goiás, 1975, p. 12).

Ainda, sobre a incipiente indústria goiana na década de 1970, Goiás (1975, p. 12) pontua:

Há regiões no Estado, como é o caso do eixo Santa Helena – Itumbiara – Rio Verde e o Mato Grosso Goiano, onde essa situação, desde algum tempo, começa a ser modificada. A região norte, contudo, só muito recentemente apresenta exemplos esparsos de empresas organizadas em bases racionais, mesmo assim no campo da exploração pecuária e de uma incipiente indústria.

No quesito industrialização, o plano Diretrizes Gerais e Setoriais da ação do governo Irapuan Costa Junior identificou que havia um adensamento empresarial maior em torno das 10 principais cidades do estado, principalmente o eixo Goiânia-Brasília. Todavia, a empresa rural existia em maior quantidade devido o incipiente crescimento do secundário (Goiás, 1975).

Sobre o campo empresarial goiano no Plano do Governo de Irapuan, Goiás (1975, p.12) constata:

Analisando as cinquenta maiores empresas existentes em Goiás, constata-se uma grande participação do poder público na estrutura empresarial. Das sete maiores empresas existentes, seis estão sob controle do Governo Estadual, e das vinte e cinco maiores, dez são empresas estaduais.

Explicita-se que havia uma grande diferenciação quanto à atividade agrícola em Goiás. De acordo com Goiás (1975, p. 20) o plano reconhece uma divisão arbitrária do estado no paralelo 13:

Ao sul desse paralelo concentram-se municípios onde a atividade agrícola se processa com maior intensidade. É uma decorrência direta da integração de diversos fatores: governamentais, políticos, geográficos, ecológicos e sociais, que proporcional a esta zona uma situação fundiária mais estável, uma infra-estrutura de bom nível, um espírito empresarial mais desenvolvido, ativo, disponibilidade de mão-de-obra, assistência técnica e creditícia mais eficiente, localização mais próxima dos grandes mercados consumidores e maiores facilidades de comercialização. Esses aspectos favoráveis influíram no desenvolvimento da região, propiciando também melhor grau de modernização do setor agrícola.

Ainda de acordo com Goiás (1975, p. 20-21):

Já ao norte do paralelo 13 o personagem típico é, ainda, o cultivador do solo (posseiro). O fazendeiro é muito mais proprietário rural do que propriamente produtor e as poucos empresários agrícolas são mais produto de um processo incentivado através de mecanismos políticos-institucionais dirigidos pelo Governo, em consequência de um processo evolutivo.

A fim de sanar e amenizar tais desigualdades do setor agrícola, o plano previa crescimento subvencionado da expansão da fronteira agrícola como forma de aumentar a produção, bem como de incentivos financeiros na forma de Crédito Integrado conjuntamente elaborados pelos governos federal e estadual as áreas pré-selecionadas, além da assistência técnica permanente e integral.

No que concerne à indústria, o plano constata Goiânia como a cidade de maior expressão industrial em termos de valor da produção, seguida de Goianésia e Catalão. Verifica-se uma ascensão da atividade industrial de Uruaçu em decorrência

do aproveitamento do amianto. Também reconhece um problema ligado suporte industrial do Distrito Industrial.

Quanto a geração de receitas do estado, as regiões Sul e Leste contribuem com 63,9% do imposto sobre circulação de mercadorias - ICM arrecadado nos três setores econômicos. Juntos, os municípios de Goiânia e Anápolis arrecadam quase 34% de todo o ICM gerado na década de 1973.

Houve também, no plano de Irapuan Costa Júnior, uma preocupação sobre as condições sanitárias do estado, pois, à época, não contavam com padrão satisfatório devido à elevadas taxas de mortalidade provocadas por doenças transmissíveis e causas perinatais. A taxa de mortalidade infantil encontrava-se muito elevada atingindo 103/1000 (cento e três por mil habitantes) ou seja, a cada mil nascidos vivos, morriam 103.

O plano detectou que a maioria dos problemas sociais do estado provinham do interior. Eram problemas como: delinquência, promiscuidade, falta de habitação ou habitação imprópria, insalubre. Em virtude dessa e de tantas outras questões, o plano visava, dentro da política de desenvolvimento regional, criar polos de desenvolvimento a fim de desconcentrar os serviços básicos, principalmente saúde e educação.

Ao seu final, o plano descreve um total de 17 proposições (políticas e diretrizes de ação) nas mais diversas áreas e segmentos sociais, gráficos dos mais diversos segmentos e, de acordo com Goiás (1975, p. 139) conclui:

O programa de desenvolvimento do Governo – que abrange as ações escolhidas (nos setores de saúde, educação, transportes etc) para trazer mais progresso social e econômico a Goiás – norteará o programa administrativo. O sentido disso é a ocorrência entre os fins definidos e os meios a mobilizar.

2.3.5 Governo Ary Valadão - 1979 a 1983

Ary Ribeiro Valadão, último governador goiano eleito por via indireta, assume o poder em 15 de março de 1979 e permanece no poder até 15 de março de 1983. Ary teve uma ampla vida política: foi prefeito de Anicuns, cidade onde nasceu, mas também foi deputado estadual e federal (Goiás, 1979).

De acordo com Goiás (1979) no após a Segunda Guerra Mundial a América Latina foi grandemente influenciada pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para

tratar de estudos e implementação de ações para o desenvolvimento no qual norteou a elaboração de Planos de Desenvolvimento nos três níveis de governo.

Na década de 1970, Goiás foi influenciado por um programa, o Polamazônia, pelo qual trouxe benefícios para a metade norte do estado deslocando-se a fronteira Amazônica até o paralelo 13, tornando essa área parte da Amazônia Legal. Ainda, conforme Goiás (1979), no início da década de 1970, marcado pelo milagre econômico, Goiás apresentou crescimento de cerca de 10% do PIB.

O Plano de Ary Valadão detectou um diagnóstico favorável ao setor produtivo, porém, ressaltando a carência existente nos programas sociais, principalmente nas áreas da saúde, educação, habitação, saneamento, emprego. Manteve expectativas de crescimento no setor agropecuário enaltecendo a importância da pavimentação de novas rodovias para diminuir as desigualdades existentes entre o norte e o sul de Goiás.

O Plano de Governo de Ary Valadão, de acordo com Goiás (1979, p. 221), previa:

Para o sul e sudeste a ferrovia será a solução final, dela já existindo trechos construídos e em funcionamento, até Goiânia, Brasília e Anápolis. Trata-se, porém de estradas com características técnicas pouco satisfatórias nos trechos de Pires do Rio para Goiânia e Anápolis e só muito recentemente melhoradas entre Pires do Rio e Uberlândia. Sua extensão em território goiano é pequena e, com exceção do ramal de Brasília, há mais de 30 anos acha-se interrompida em Goiânia e Anápolis, de onde justamente atingirá as bordas da fértil região do Mato Grosso Goiano. Dali é imprescindível seu prolongamento, tanto para o norte, em busca do Vale do Tocantins (Rio das Almas), como para o oeste, em direção a Cuiabá.

Ainda, de acordo com Goiás (1979, p. 221):

Para o norte, levando Goiás aos portos de exportação (atuais e futuros) pode-se pensar nos transportes fluviais. Os obstáculos de natureza física à navegação são as corredeiras e rápidos. O programa de aproveitamento energético do Tocantins, já em curso, eliminará esses óbices, afogando as quedas e corredeiras com a água de ser reservatórios e criando eclusas nas barragens. A principal cachoeira, Itaboca, já não existirá em breve, quando for fechada a barragem de Tucuruí.

“Abre-se, assim, no futuro, amplo leque de possibilidades, com perspectivas para o desenvolvimento econômico de todo o Estado de Goiás” (Goiás, 1979, p. 221).

Perpetuou-se a expectativa no que tange a industrialização pensando nos benefícios que sua intensificação e diversificação traria ao estado. Tal expectativa coincidiu com o processo de desconcentração industrial que algumas regiões estavam sofrendo, sobretudo em São Paulo. Goiás apresentava certa maturidade de investimentos à época.

O plano de governo de Ary Valadão, segundo Goiás (1979), foi elaborado sob a coordenação do engenheiro Oton Nascimento e contou com a participação de diversos profissionais como engenheiros, arquitetos, economistas, técnico-administrativos, engenheiros agrônomos, professores, advogados, dentre outros. Composto por vinte e três capítulos traçando um panorama das diversas áreas, o plano de Ary Valadão evidencia que o sul de Goiás foi integrado mais cedo na comunidade nacional, desenvolvendo-se mais depressa. Sobre o Sul goiano, Goiás (1979, p. 5) aponta:

O Sul, mais próximo dos focos tradicionais da civilização brasileira e mais cedo integrado na comunidade nacional, desenvolveu-se mais depressa, primeiro ao longo do “caminho real” de Goiás passando por Catalão, Luziânia, Pirenópolis, Jaraguá e Vila Boa (Goiás). A base econômica desse povoamento foi primeiro a mineração do ouro que, atraindo populações, foi criando condições para a pecuária bovina no afã de obter alimentação segura e regular. Os ciclos do ouro e do boi foram contemporâneos e, acabando o primeiro, permaneceu o segundo até 1930, com mais de um século de política econômica verdadeiramente feudal em todas as suas características.

Ainda, acerca das transformações ocorridas no estado, Goiás (1979, p. 5) reforça:

Essa rápida transformação, a construção recente (década de 60) de Brasília e dos grandes eixos rodoviários, a ocupação das terras do meio norte e norte de Goiás, combinados com o processo histórico de povoamento do sul, geraram em Goiás regiões economicamente diversas e em diferentes estágios de desenvolvimento.

Reconheceu que, em decorrência dessas transformações recentes contravertidas em regiões economicamente diferentes, o enfoque do planejamento regional tem que ser diferente para cada área tanto nos seus objetivos gerais como na estratégia de ação e na organização e atuação dos órgãos que implementarão os planos (Goiás, 1979).

O plano visava o uso racional do solo, os cuidados com os fatores ecológicos, de prospecção de minérios e sua exploração ordenada, criar sistemas de educação e de proteção à saúde adequados ao desenvolvimento atual, modernizar os processos agropecuários, criar centros de informação, bem como fortalece o setor industrial. Além disso, pretendia aumentar em quantidade e qualidade a infraestrutura física, promover a vinda de capitais para a indústria além de fortalecer o setor bancário.

Houve, no plano, segundo Goiás (1979), uma grande preocupação em apoiar as populações pobres e marginalizadas, principalmente as do Leste e Norte do estado prevendo programas de realocação de população, transferência de cidade, construção de infraestrutura socioeconômica permitindo uma vida mais humana.

O plano de Ary Valadão tinha como objetivos gerais promover a modernização da agricultura e pecuária, fomentar o desenvolvimento industrial, apoiar o promover o crescimento urbano, manter a segurança e a paz, melhorar os meios de saúde, educação e lazer do povo, desenvolver programas de colonização e assentamentos de populações, ampliar programas de habitação com construção de casas, além de engajar o Estado no Programa de Produção de bens exportáveis.

2.3.6 Governo Iris Rezende Machado - 1983 a 1986

Natural de Cristianópolis, Iris Rezende Machado graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) galgando uma vasta carreira política: foi vereador pelo PTB em 1958, deputado estadual em 1962 pelo PSD, prefeito de Goiânia em 1965 quando foi cassado na época da ditadura após a edição do Ato Institucional nº5. Posteriormente, após recuperar seus direitos políticos em 1970, Iris Rezende vence as eleições para governador do estado em 1982 assumindo no dia 15 de março de 1983. Iris não chegou a completar seus 4 anos de mandato, pois deixou o cargo para assumir o Ministério da Agricultura no governo do presidente José Sarney (Goiás, 1983).

De acordo com Goiás (1983), o economista e político goiano Flavio Peixoto, além de ter coordenado o Plano de Governo, enfatiza que Iris Rezende Machado foi o primeiro governador eleito por via direta e que priorizou a participação popular nas diretrizes de seu governo. Isso ocorreu em razão do momento político marcado pelo processo de redemocratização.

O Plano de Governo de Iris Rezende dividia-se em dois: Plano Global de Trabalho e Plano Setorial de Trabalho. Seu plano apresentava uma preocupação maior de enfrentar os desafios do desenvolvimento abrindo caminhos para que os goianos pudessem experimentar o progresso social e equilibrado.

O plano tinha como objetivo melhorias das condições de bem-estar social promovendo aumento de renda real dos indivíduos, aumentos dos empregos, ampliação do consumo, elevação da qualidade do ensino público, dentre outros.

No que concerne ao fortalecimento do sistema produtivo, o governo se tornará indutor do aparelho produtivo, incentivo ao capital privado produtivo, incentivar feiras, programas técnicos às empresas, consolidação do DAIA, criação de um Fundo de Desenvolvimento Industrial, aumento da produção agropecuária, abertura de estradas, implantação de redes de energia elétrica, multiplicação de habitações, etc.

Quanto ao desenvolvimento espacial, o plano reconhecia a desigualdade existente entre o Sul e Norte do estado, conforme evidencia Goiás (1983, p. 21):

... Por razões históricas ou de localização, o processo de ocupação econômica e cultural do espaço goiano gerou uma ação convergente para a região sul do Estado, apresentando forte densidade econômica, e as demais refletindo ausência de dinamismo suficiente para permitir às suas populações a melhoria dos seus níveis de bem-estar.

Ainda, acerca do desenvolvimento socioespacial do estado, Goiás (1983, p. 5) salienta que “durante muito tempo assistiu-se a uma concentração de oferta de serviços públicos à população residente na Capital e em municípios de médio porte.”

Desse modo, visando um desenvolvimento espacial mais equilibrado o governo estimulará a estruturação e o fortalecimento do interior interligando polos de desenvolvimento econômico aos pequenos municípios e às comunidades rurais.

O Plano de Iris Rezende versava também dar prioridade à descentralização espacial de desenvolvimento executando projetos que beneficiem pequenas comunidades e claro, sem descuidar dos grandes centros. Para isso, uma novidade foi o “mutirão itinerante”, uma interiorização da ação governamental, marca registrada da figura de Iris (Goiás, 1983). Acerca do mutirão itinerante, Goiás (1983, p. 22) destaca:

Enfoque especial será dado aos Programas e Projetos que conduzam a estes objetivos, em especial o Mutirão Itinerante, que visa a interiorização da ação governamental às regiões, a partir das mais carentes, abrangendo, ao final, todo o Estado, com atendimento de no mínimo 12 (doze) municípios em cada Mutirão. O fortalecimento das vastas áreas do interior faz-se necessário e imperioso, não apenas como meio de promoção social das suas populações, independentes do seu poder de pressão ou de mobilização, mas também como um fator de dinamização de toda base produtiva do Estado.

O Plano de Governo de Iris Rezende previa, em seu capítulo IV, uma série de programas especiais, dentre eles: mutirão da terra, mutirão da moradia, mutirão do governo itinerante, entre outros.

Preocupado com a questão fundiária em Goiás no que concerne ao acesso à terra, bem como o desemprego estrutural nas áreas urbanas e o subemprego e baixos salários no meio rural, o Plano de Governo de Iris Rezende previu a criação do Mutirão da Terra. Sobre esse Mutirão, Goiás (1983, p. 197) assim o define:

Um programa que visa beneficiar famílias de trabalhadores sem terra e pequenos posseiros em todo o Estado. Para tal, o Governo está dotando de meios necessários o órgão que cuida de questões fundiárias em Goiás – IDAGO que, através de uma política global voltada para o problema, visa dar solução imediata e justa a essas questões.

Desse modo, a regularização fundiária no estado teria que ser intensificada contando com a integração de diversos órgãos, inclusive do poder judiciário, para

proporcionais um julgamento mais rápido a fim de beneficiar as famílias e impulsionar o desenvolvimento do Estado (Goiás, 1983).

Outro mutirão de grande destaque no Plano de Governo de Iris Rezende foi o mutirão da moradia. Esse programa, segundo Goiás (1983), visava atender a população de baixa renda do Estado em suas mais variadas reivindicações básicas (habitação, emprego, educação, saúde, etc.) contando com a participação das comunidades envolvidas e da administração pública, porém de forma organizada e democrática.

2.3.7 Governo Henrique Santillo - 1987 a 1991

Henrique Santillo, natural de Ribeirão Preto/SP, veio para Anápolis ainda jovem. Graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais e, após retornar para Anápolis, em 1964, inicia sua atuação da vida pública atuando em movimentos estudantis. Santillo ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro – MDB elegendo-se vereador em 1970, deputado estadual em 1974 e senador em 1978. É eleito governador do estado em 1986 assumindo em 15 de março de 1987 (Goiás, 1987).

Seu Plano de Governo, como consta em Goiás (1987), foi coordenado pelo economista Fernando Neto Safatle, pelo qual tornou-se Secretário de Planejamento em seu governo. Fernando ressalta que a elaboração do Plano de Governo contou com intensa participação popular. No total, foram realizados 13 encontros regionais com discussão em diversas áreas.

A elaboração do Plano de Governo de Henrique Santillo ficou a cargo da Fundação Pedroso Horta, instituto de estudos e pesquisas do MDB. A elaboração do plano contou com a participação de mais de 200 profissionais nas diferentes áreas do conhecimento ao qual estabeleceu uma gestão planejada, no aprofundamento do processo democrático e na correção das desigualdades sociais. Um dos vários desafios do plano era potencializar a produção buscando agregar cada vez mais valor a produção.

O Plano de Governo de Henrique Santillo estava alinhado por 5 diretrizes: 1ª - Priorizar a área social realizando programas integrados de educação, saúde, cultura e lazer com especial atenção à população carente; 2ª – Modernizar e diversificar a produção agropecuária, priorizando ações integradas de fortalecimento ao pequeno e médio produtor; 3ª – Avançar no processo de industrialização visando duas questões: transformar internamente as matérias-primas de origem mineral e

agropecuária e fortalecer o desenvolvimento de núcleos industriais no interior do estado; 4º Corrigir os desequilíbrios regionais de renda através de uma política de regionalização econômica e administrativa, tendo como pressuposto, três pontos básicos: a descentralização administrativa, a valorização do municipalismo e programas regionais especiais; 5ª – Modernização, transparência e democratização da administração pública e valorização do funcionalismo, objetivando aumentar o grau de eficiência do Estado como instrumento importante no processo de desenvolvimento econômico e social.

3 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS DE 1940 A 1980

É sabido que o território goiano, desde sua incorporação ao pacto colonial, foi diferencialmente integrado e utilizado, promovendo, dessa forma, um desenvolvimento geograficamente desigual. Para demonstrar esse desenvolvimento desigual do território goiano foi construído um quadro regional do estado de Goiás, entre as décadas de 1940 a 1980, evidenciando variáveis como a distribuição demográfica, a urbanização, dados econômicos, sistemas produtivos, comércio, serviços, renda e também a distribuição desigual das redes: ferroviária, rodoviária e de energia. Cabe aqui ressaltar que, em decorrência da utilização dos dados secundários, algumas variáveis podem não aparecer em alguns quadros devido a ausência dos mesmos para aquele período.

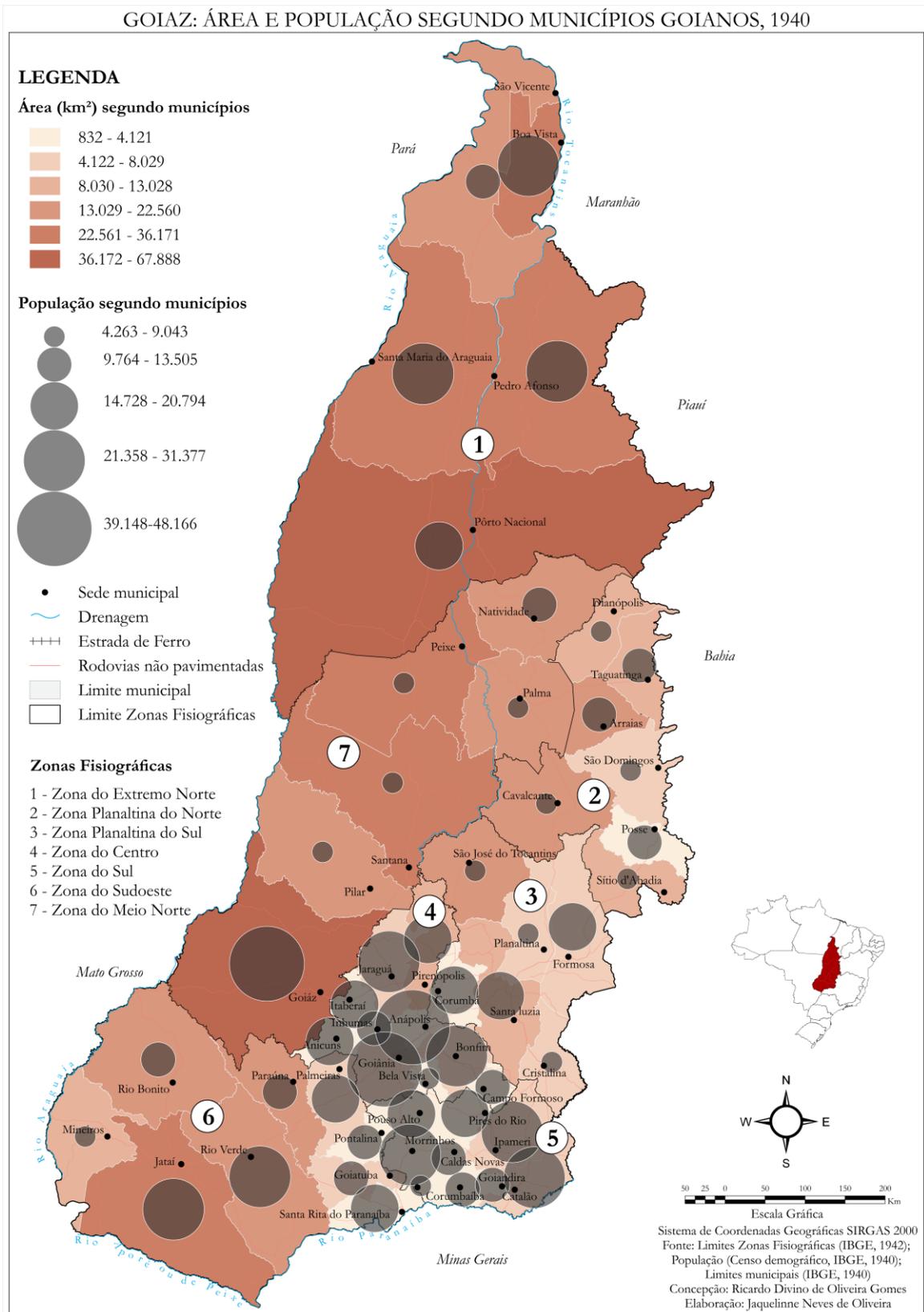
A representação do território goiano ao longo das décadas (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980) proporcionará uma visão abrangente das disparidades regionais ao longo do tempo. Essa abordagem permitirá demonstrar como os processos de intervenção discutidos no capítulo anterior conduzem à modernização desigual do território goiano.

De acordo com Gomes (2017, p. 93): “a palavra quadro significa não apenas uma estrutura de quatro lados, mas também tudo o que ali está contido. Assinala assim, uma delimitação entre aquilo que é interno e o que é externo, ou seja, reúne o que está dentro e separa do que está fora, possui uma utilização muito variada, denomina desde um objeto físico até um conjunto de ideia em uso metafórico”. Essa é a orientação teórica que orienta a apresentação dos nossos resultados.

3.1 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1940

O estado de Goiás, na década de 1940, ainda não havia sido desmembrado para a criação do estado do Tocantins. Também não contava com a nova capital federal, Brasília, no Planalto Central Brasileiro. Nessa década, o estado de Goiás contava com 52 municípios, totalizando uma área de 661.140 Km². O maior município era Goiaz, com 67.888 km², seguido de Porto Nacional com 63.684 km² conforme se verifica na figura 10 (IBGE, 1940).

Figura 7 - Área e população segundo os municípios goianos – 1940



Fonte: IBGE

Vale ressaltar que, de acordo com o recenseamento realizado pelo IBGE (1940) à época, não figuram resultados referentes aos Censos de Transportes e Comunicações, por apresentarem deficiências nos instrumentos de coleta de dados.

A população absoluta do estado era da ordem de 826.414 habitantes. Deste total, 418.707 (50,67%) eram do sexo masculino e 407.707 (49,33%) eram do sexo feminino. Considerando o Brasil, o estado de Goiás detinha 2,0% da população nacional (IBGE, 1940).

A densidade demográfica da população goiana era de 1,24 hab./km². Do total de habitantes, 68,34% encontravam-se na faixa etária entre 5 e 39 anos de idade. Do total de habitantes, os brancos representavam 72,10%, pretos e pardos 27,75%, amarelos 0,05% e não declarado, 0,10%. 99,69% da população do estado era constituída por brasileiros natos.

De acordo com o recenseamento geral do IBGE (1940), a principal atividade exercida pela maioria da população eram atividades domésticas e atividades escolares, seguido da agricultura, pecuária e silvicultura. Nessa época, “Goiáz”, como era escrito, apresentava pouca participação da população nas atividades industriais.

Tabela 9 - População do estado de Goiás ocupada nas atividades econômicas - 1940

Atividade principal	Total da população
Agricultura, pecuária, silvicultura	215 372
Indústrias extrativas	5 626
Indústrias de transformação	18 640
Comércio de mercadorias	6 535
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	162
Transportes e comunicações	2 977
Administração pública, justiça, ensino público	3 106
Defesa nacional, segurança pública	1 348
Profissionais liberais, culto, ensino particular, administração privada	1 372
Serviços, atividades sociais	10 290
Atividades domésticas, atividades escolares	235 931
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.	62 303

Fonte: IBGE (1940)

Na década em questão (1940), o estado de Goiás ainda era rural, ou seja, a maioria de sua população vivia no campo, portanto, com predomínio de atividades ligadas ao setor primário. Essa “ruralização” pode também ser percebida pela quantidade de população em domicílio rural e domicílio urbano, conforme demonstrado a tabela 09.

Tabela 10 - Goiás, população por sexo e situação de domicílio – 1940

Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural		Total
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
52931	58517	14749	15913	351027	333277	826 414
47,5%	52,5%	48,1%	51,9%	51,2%	48,8%	

Fonte: IBGE (1940)

Goias, em 1940, apresenta uma população predominantemente rural, cerca de 82,8% da população vivia no campo, enquanto 3,8%, no suburbano e, 13,4% na zona urbana. Denota-se o predomínio de população feminina nos quadros urbano e suburbano e predomínio de população masculina no quadro rural.

O estado de Goias contava com uma população absoluta de 826. 414 habitantes irregularmente distribuídas pelo território. Os municípios mais populosos eram Goiânia, Goias e Anápolis, com uma população, respectivamente de, 48.166, 44.250 e 39.148 habitantes (IBGE, 1940). Os municípios menos populosos eram, respectivamente, Peixe, Palma e Cristalina. A figura 10 apresenta-nos um panorama da população absoluta de acordo com os municípios goianos.

No que concerne aos estabelecimentos agropecuários de Goias em 1940, havia o predomínio de explorações em estabelecimentos de pequena escala e voltados, sobretudo, às áreas de pastagens. Quanto à pecuária, havia o predomínio de estabelecimentos em grande escala.

A maior parte dos proprietários desses estabelecimentos são provenientes do próprio estado (Goias) seguidos de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Maranhão.

Foram recenseados um total de 55.908 estabelecimentos agropecuários em 1940, conforme se observa na tabela 11.

Tabela 11 - Área e estabelecimentos agropecuários de Goias segundo as principais características – 1940

	Estabelecimentos recenseados	Área (ha)		
		TOTAL	LAVOURA	PASTAGENS
TOTAIS	55908	19603521	352667	13839557
MODALIDADE DE EXPLORAÇÃO				
AGRICULTURA	7276	610776	36965	327509
Em grande escala	28	8800	861	5851
Em pequena escala	7248	601976	36104	321658
AGROPECUÁRIA	40660	9653344	258398	6429082
Em grande escala	18	51426	6020	27338
Em pequena escala	40642	9601918	252378	6401744

PECUÁRIA	7436	9231217	56130	7012155
Em grande escala	4436	7793432	52474	5900817
Em pequena escala	3000	1437785	3656	1111338

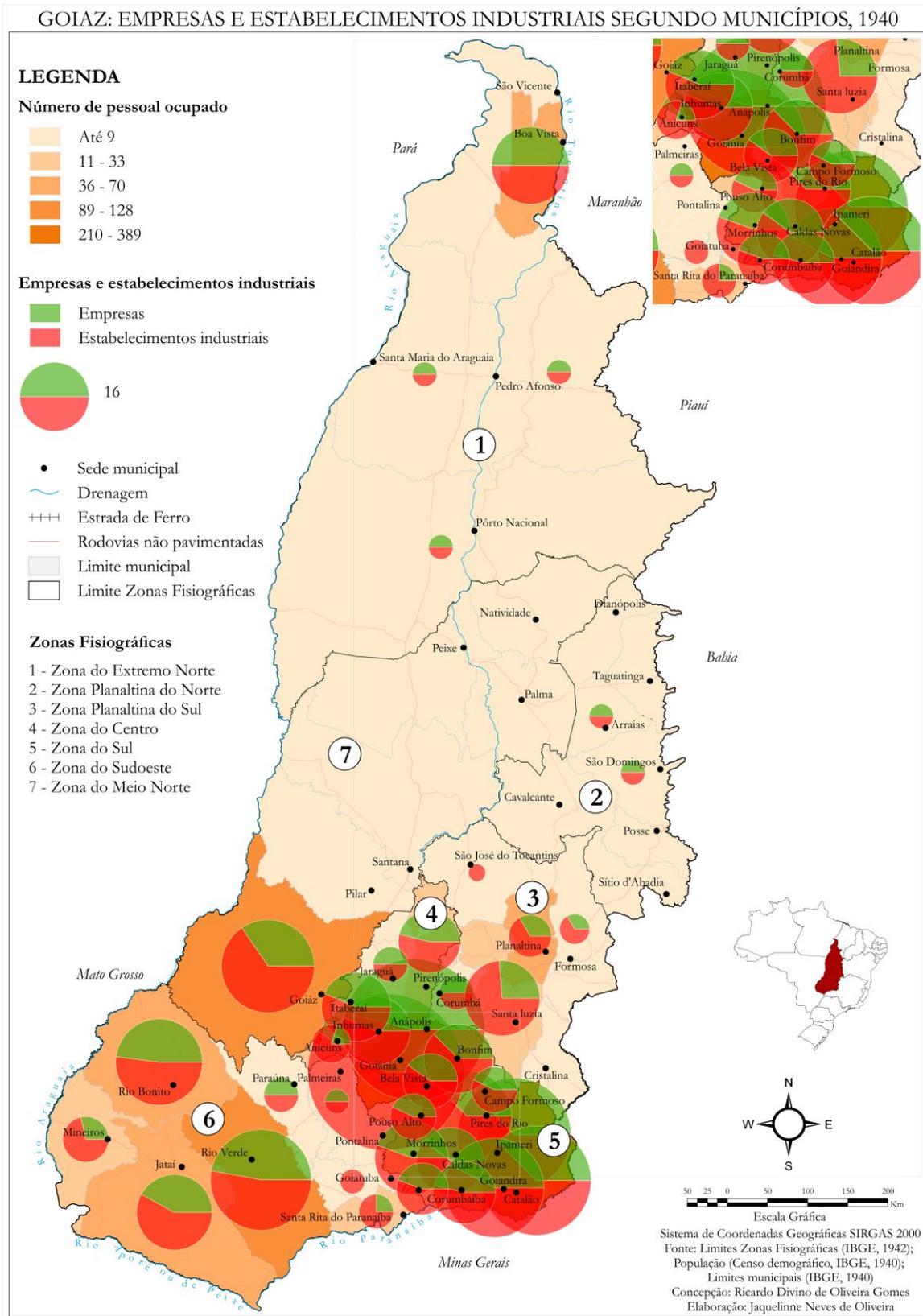
Fonte: IBGE (1940)

Na década de 1940 o estado de Goiás contava com 370 estabelecimentos industriais. Destes, 334 eram firmas individuais/sociedades de pessoas e, 36, sociedades de capital/mistas e outras, com uma empregabilidade total de 1.487 operários. A que gerava maior empregabilidade eram as firmas individuais/sociedades de pessoas (1.208 operários) seguido das sociedades de capital/mistas (279 operários).

Cabe aqui ressaltar que, no ano anterior (1939), havia 300 estabelecimentos industriais no estado, ou seja, houve um ganho de 70 estabelecimentos para o ano de 1940.

Quanto à espacialização desses estabelecimentos industriais no estado, denota-se que o município com maior número de estabelecimentos é Goiânia (48 estabelecimentos), seguido de Anápolis (36 estabelecimentos) e Ipameri (27 estabelecimentos). No que tange ao pessoal ocupado nesses estabelecimentos, os municípios com maior empregabilidade eram, respectivamente, Ipameri (389), Goiânia (298) e Catalão (237). A figura a seguir mostra certa discrepância na distribuição dos estabelecimentos X pessoal ocupado.

Figura 8 - Goiás, empresas e estabelecimentos industriais segundo os municípios – 1940



Fonte: IBGE

Em relação aos estabelecimentos que operam no comércio de mercadorias do estado de Goiás, em 1940, havia um total de 1.629 estabelecimentos comerciais divididos entre varejo e atacado. Os municípios com maior número de

estabelecimentos comerciais do estado se encontram em: Goiânia (183 estabelecimentos), Anápolis (115 estabelecimentos) e Goiás (72 estabelecimentos).

Entre os municípios que contavam com o menor número de estabelecimentos estavam São Domingos, Palma e Peixe, com número de estabelecimentos de 1, 3 e 4, respectivamente. No entanto, os municípios que apresentavam o maior número de pessoal ocupado nesses estabelecimentos eram, respectivamente, Goiânia (315 pessoas), Anápolis (196 pessoas) e Catalão (153 pessoas).

Na década de 1940 Goiás já contava com linhas férreas interligando trechos e pontos importantes. No entanto, essas estradas de ferro estavam concentradas no que hoje corresponde ao Sudeste Goiano, em cidades como Ipameri, Catalão, Ouvidor, Pires do Rio, Cumari, dentre outras. Essa dominância da região Sudeste em relação às redes de estrada de ferro já evidenciavam as desigualdades regionais no Estado desde a década de 1940.

Essa pujança do Sudeste Goiano se deve à proximidade com a região Sudeste do país, que já contava com mais aparatos técnicos e tecnológicos advindos com o processo de industrialização/modernização do Brasil.

3.2 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1950

A partir deste Censo, IBGE (1950), o Brasil passou a orientar-se por estudos e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), integrando-se no Censo das Américas de 1950. Cabe ressaltar também que, o Recenseamento Geral de 1950, foi realizado em conformidade com a Lei nº 651, de 13 de março de 1949, cujas disposições revigoraram os princípios do Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, que disciplina a execução das operações censitárias do País.

O estado de Goiás passou a contar, na data do recenseamento, com 89 vilas, 166 Distritos e 77 Cidades (25 cidades a mais que o recenseamento anterior – 1940). Os municípios encontravam-se distribuídos/regionalizados de acordo com “zonas fisiográficas” conforme pode ser elucidado no quadro 02.

Quadro 2 - Relação dos municípios do estado de Goiás segundo as zonas fisiográficas – 1950

Zona	Município	Zona	Município
Anápolis	Anápolis	Paraná	Arraias
	Corumbá de Goiás		Chapéu

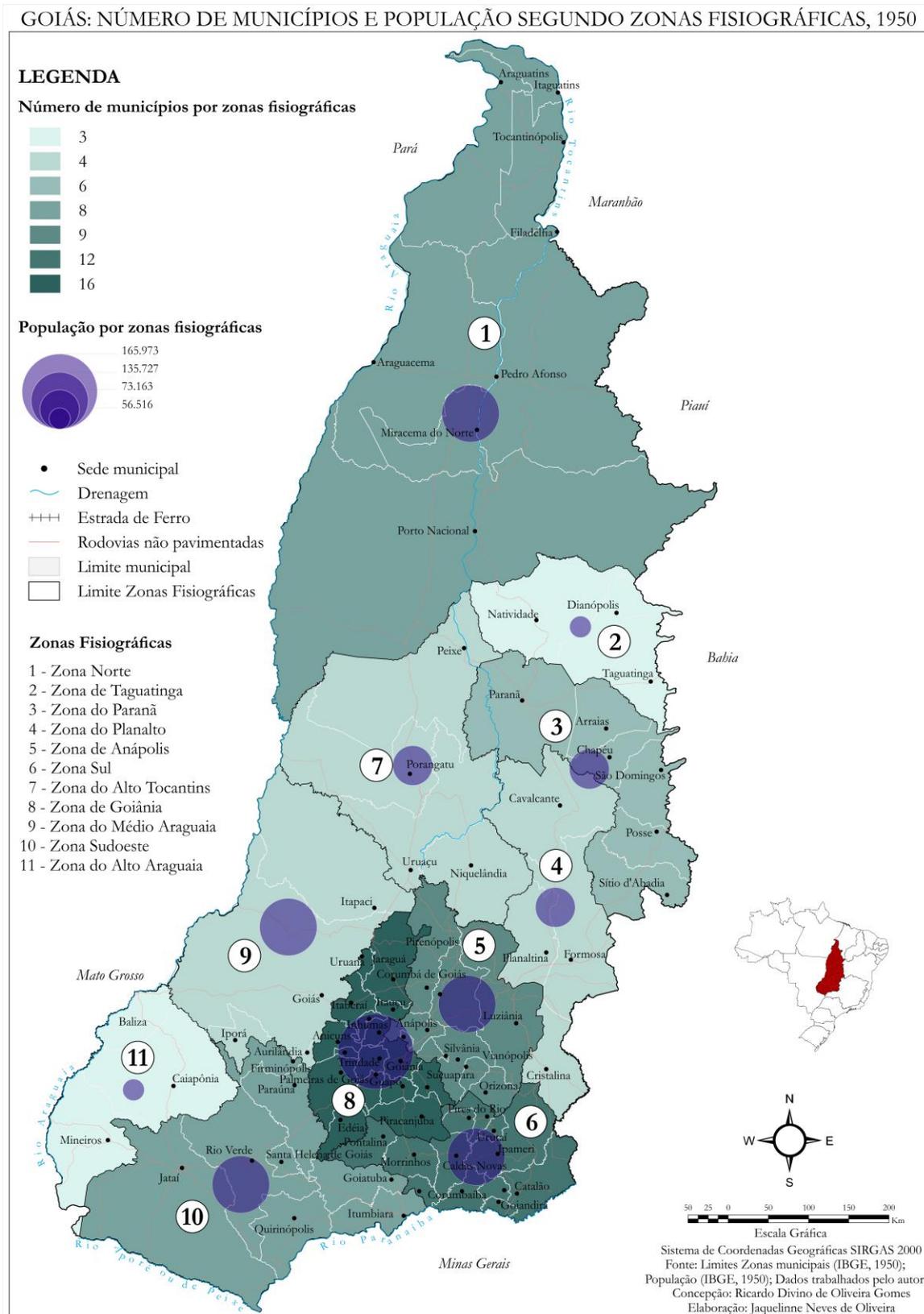
	Leopoldo de Bulhões		Paraná
	Luziânia		Posse
	Nerópolis		São Domingos
	Orizona		Sítio da Abadia
	Pirenópolis	Sudoeste	Aurilândia
	Silvânia		Goiatuba
	Vianópolis		Itumbiara
Goiânia	Anicuns		Jataí
	Edéia		Paraúna
	Goiânia		Quirinópolis
	Guapó		Rio Verde
	Hidrolândia		Santa Helena de Goiás
	Inhumas	Alto Araguaia	Baliza
	Itaberaí		Caiapônia
	Itaçu		Mineiros
	Jaraguá	Sul	Biriti Alegre
	Nazário		Caldas Novas
	Palmeiras de Goiás		Catalão
	Petrolina de Goiás		Corumbaíba
	Piracanjuba		Cumari
	Suçupara		Goiandira
	Trindade		Ipameri
	Uruana		Morrinhos
Norte	Araguacema		Pires do Rio
	Araguatins		Pontalina
	Filadélfia		Santa Cruz de Goiás
	Itaguatins		Urutaí
	Miracema do Norte	Planalto	Cavalcante
	Pedro Afonso		Cristalina
	Pôrto Nacional		Formosa
	Tocantinópolis		Planaltina
Médio Araguaia	Firminópolis	Taguatinga	Dianópolis
	Goiás		Natividade
	Iporá		Taguatinga
	Itapaci	Alto Tocantins	Niquelândia
			Peixe
			Porangatu
			Uruaçu

Fonte: IBGE (1950)

Nessa década, o estado de Goiás apresentava uma população presente da ordem de 1.214.921 pessoas, sendo, a maior parte, formada por homens (618.074, 50,87% da população) enquanto as mulheres representavam 596.847 do total, ou seja, 49,13% da população. Essa “população presente” estava distribuída nos

municípios que, por sua vez, estavam agrupados em zonas fisiográficas, conforme pode-se perceber através da figura 9.

Figura 9 - Goiás: número de municípios e população segundo as zonas fisiográficas, 1950



Em 1950 havia uma maior concentração da população presente na Zona fisiográfica de Goiânia, com 247.924 pessoas, representando 20,4% da população de todo o estado. A segunda zona com maior população é a Zona do Médio Araguaia, com uma população presente da ordem de 165.797 pessoas, ou seja, 13,6%. Em terceiro aparece a Zona de Anápolis com uma população presente de 159.085 pessoas (13% de todo o estado de Goiás). Nota-se, com isso, uma distribuição irregular da população presente pelo território goiano enaltecendo o processo de desenvolvimento desigual já na década citada.

Os municípios pertencentes à Zona de Goiânia eram: Anicuns, Edéia, Goiânia, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Itaberaí, Itauçu, Jaraguá, Nazário, Palmeiras de Goiás, Petrolina de Goiás, Piracanjuba, Suçupara, Trindade e Uruana. Dessa Zona, o município com maior população presente era Goiânia (53.389 pessoas) e o menor era Palmeiras de Goiás com 3.551 pessoas (IBGE, 1940).

A segunda zona fisiográfica com maior número de população presente está a Zona do Médio Araguaia, com 165.797 pessoas. Essa zona era composta por apenas quatro municípios: Firminópolis, Goiás, Iporá e Itapaci. O município dessa zona que apresentava a maior população presente era Goiás (124.905 pessoas), em segundo lugar estava Itapaci (21.067 pessoas). Em seguida, Iporá (14.053 pessoas) e Firminópolis com 5.772 pessoas (IBGE, 1940).

A Zona de Anápolis era a terceira com maior população presente no estado de Goiás, composta por 9 municípios: Anápolis, Corumbá de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Nerópolis, Orizona, Pirenópolis, Silvânia e Vianópolis. O município com maior população presente dessa zona era Anápolis (50.338 pessoas) e o município com menor população presente dessa zona era Vianópolis (6.001 pessoas).

A tabela 12 apresenta a população presente por sexo e situação de domicílio segundo os quadros urbano, suburbano e rural.

Tabela 12 - Goiás, população por sexo e situação de domicílio, 1950

POPULAÇÃO								
Totais			Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.214.921	618.074	596.847	85.620	95.202	31.400	33.445	501.054	468.200

Fonte: IBGE (1950)

Na década de 1950, a maioria da população presente no estado de Goiás residia na zona rural, 969.254 pessoas, representando 79,77% do total, enquanto

64.845 pessoas viviam na zona suburbana, representando 5,34% e, 180.822 pessoas no espaço urbano, representando 14,89%.

No que tange ao emprego de força nos trabalhos agrário no estado de Goiás na década de 1950, havia um maior número de estabelecimentos na Zona Norte, como podemos verificar na tabela 13.

Tabela 13- Emprego de força nos trabalhos agrários dos estabelecimentos segundo as zonas fisiográficas de Goiás, 1950

Zona fisiográfica	ESTABELE- CIMENTOS	Animal		Mecânica	
		Estabele- cimentos	% sobre o total	Estabele- cimentos	% sobre o total
Zona Norte	12.807	500	3,9	—	—
Zona de Taguatinga	2.050	102	4,98	—	—
Zona do Paranã	2.580	35	1,36	—	—
Zona do Planalto	2.025	109	5,38	—	—
Zona de Anápolis	8.480	391	4,61	1	0,01
Zona Sul	6.764	1.685	24,91	—	—
Zona do Alto Tocantins	2.860	52	1,82	—	—
Zona de Goiânia	8.352	540	6,47	1	0,01
Zona do Médio Araguaia	7.629	1.154	15,13	1	0,01
Zona Sudoeste	8.231	1.052	12,78	1	0,01
Zona do Alto Araguaia	1.958	390	19,92	1	0,05
Total do estado	63.736				

(_) Informação não individualizada.

Fonte: IBGE (1950)

O estado de Goiás possuía, em 1950, um total de 63.736 estabelecimentos agrários. As Zonas Fisiográficas que contavam com o maior e menor número de estabelecimentos agrários eram, respectivamente, a Zona Norte e a Zona do Alto Araguaia. As que empregavam força mecânica eram as Zonas de Anápolis, Goiânia, Médio Araguaia, Sudoeste e Alto Araguaia, o que evidencia um notável desenvolvimento desigual, já nessa época. A Zona Sul empregava, numericamente e proporcionalmente, em relação do total de estabelecimentos, o maior número de força animal, com 1.685 estabelecimentos, representando 24,91 % sobre toda a força de trabalho total dessa zona (IBGE, 1950).

Sobre a transformação de produtos vegetais, algumas das regiões (zonas fisiográficas) se sobressaem em relação as demais. A tabela 14 abaixo mostra dados sobre a transformação da cana-de-açúcar nas referidas zonas.

Tabela 14 - Transformação da cana-de-açúcar no estado de Goiás de acordo com as zonas fisiográficas - 1950

Zona fisiográfica	QUANTIDADE TRANSFORMADA (t)		
	Total	Produção do estabelecimento	Outras procedências
Zona Norte	8.268	6.551	1.717
Zona de Taguatinga	3.427	3.081	346
Zona do Paranã	10.874	10.812	62
Zona do Planalto	8.145	8.120	25
Zona de Anápolis	30.019	27.223	2.796
Zona sul	11.478	10.779	699
Zona do Alto Tocantins	2.281	1.776	505
Zona de Goiânia	18.486	17.005	1.481
Zona do Médio Araguaia	14.404	13.678	726
Zona sudoeste	9.182	8.384	798
Zona do Alto Araguaia	4.752	4.671	81
Estado	121.316	112.080	9.236

(t) toneladas

Fonte: IBGE (1950)

Verifica-se que a Zona de Anápolis possuía a maior transformação da cana-de-açúcar com uma produção total de 30.019 toneladas. Em segundo lugar na produção encontrava-se a Zona de Goiânia com uma produção de 18.486 toneladas. A Zona do Alto Tocantins era a região que apresentava a menor produção com apenas 2.281 toneladas.

Na década de 1950 o estado de Goiás contava com 737 estabelecimentos industriais distribuídos irregularmente pelo território goiano. Sobre essa distribuição irregular das indústrias, capital utilizado e pessoal ocupado, veja-se a tabela 15.

Tabela 15 - Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz da indústria de acordo com as zonas fisiográficas em Goiás - 1950

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Capitais aplicados (cr\$ 1000)	PESSOAL OCUPADO		Força motriz e v (1)
			Total	Operários	
Zona Norte	10	896	50	37	50
Zona de Taguatinga	—	—	—	—	—
Zona do Paranã	3	128	15	14	—
Zona do Planalto	22	1.084	45	28	52
Zona de Anápolis	155	30.367	726	508	1.227
Zona Sul	180	33.810	1.033	763	1.306
Zona do Alto Tocantins	4	160	4	2	5
Zona de Goiânia	222	35.394	1.055	729	1.310
Zona do Médio Araguaia	29	2.016	72	38	48
Zona Sudoeste	73	15.200	327	229	662
Zona do Alto Araguaia	29	1.516	78	52	19

Estado (4)	737	120.571	3.405	2.400	4.679
-------------------	-----	---------	-------	-------	-------

(1) Inclusive a potência dos motores primários da indústria de energia elétrica, no total do 6.290. e. v. (2) média calculada de acordo com o período da atividade do estabelecimento.

(4) Incluídos dados relativos a 10 estabelecimentos da construção civil os quais não figuram na discriminação por zonas.

Fonte: IBGE (1950)

Do total de estabelecimentos industriais do estado de Goiás em 1950, 222 deles se encontravam na Zona de Goiânia (30,1%), colocando-a como a região com maior número de estabelecimentos industriais do estado, a que empregava a maior quantidade de capital com 35.394 (trinta e cinco mil, trezentos e noventa e quatro cruzeiros, ou seja, 29,1% do total). No entanto, a zona que possuía o maior número de pessoal ocupado era a Zona Sul, com um total de 763 pessoas empregadas (31,7% do total de pessoal empregado no estado). A Zona de Goiânia estava em segundo lugar na quantidade de pessoal ocupado na indústria com 729 pessoas ocupadas (30,3% do total).

A Zona Sul contava com 180 estabelecimentos industriais, ou seja, ocupando o segundo lugar no número de estabelecimentos das regiões apresentadas à época.

A Zona de Anápolis, com 155 estabelecimentos industriais e um capital empregado da ordem de 30.367 (trinta mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros) era a terceira região no que tange ao número de estabelecimentos industriais, a terceira em relação a quantidade de capital empregado e, também, a terceira no número de pessoal ocupado, evidenciando uma concentração espacial da atividade industrial nessas três zonas fisiográficas.

Depreende-se que a Zona de Taguatinga, a qual compreendia os municípios de Dianópolis, Natividade e Taguatinga, não apresentava nenhum estabelecimento industrial na década de 1950.

Acerca dos estabelecimentos comerciais varejistas do estado na referida década, ressalta-se que Goiás contava com 3.254 estabelecimentos comerciais dos mais variados gêneros e distribuídos irregularmente nas regiões (zonas).

A irregularidade na distribuição desses estabelecimentos pode ser constatada na tabela 16.

Tabela 16 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos do comércio varejista segundo as zonas fisiográficas de Goiás - 1950

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Capitais aplicados (cr\$ 1000)	Pessoal ocupado
Zona Norte	234	5.488	440
Zona de Taguatinga	41	384	62
Zona do Paranã	67	573	102
Zona do Planalto	106	1.964	136
Zona de Anápolis	486	18.047	807
Zona Sul	507	18.980	808
Zona do Alto Tocantins	74	2.236	133
Zona de Goiânia	982	37.866	1.797
Zona do Médio Araguaia	250	4.266	402
Zona Sudoeste	364	13.079	699
Zona do Alto Araguaia	143	3.689	205
TOTAL	3.254	106.572	5.591

Fonte: IBGE (1950)

Ressalta-se uma concentração dos estabelecimentos comerciais varejistas na Zona Fisiográfica de Goiânia; essa região contava com 982 estabelecimentos comerciais na década de 1950 (30,1%), capital aplicado da ordem de 37.866 (trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis cruzeiros) e 1.797 pessoas ocupadas, fazendo essa região ocupar o primeiro lugar do estado nos três itens analisados na tabela 16. Esses dados mostram claramente o processo de metropolização mediante a concentração populacional em torno de Goiânia.

Em segundo lugar tem-se a Zona Sul com 507 estabelecimentos comerciais (15,5% do total do estado), 18.980 cruzeiros de capital aplicado e 808 pessoas ocupadas nesse setor. Em terceira colocação aparece a Zona de Anápolis com 486 estabelecimentos (14,9% do total do estado), 18.047 cruzeiros de capital aplicado e 807 pessoas ocupadas no setor.

A região fisiográfica que apresentava a menor concentração comercial varejista é a Zona de Taguatinga com apenas 41 estabelecimentos comerciais, 384 cruzeiros de capital aplicado e 62 pessoas ocupadas no setor.

Sobre o comércio atacadista no estado de Goiás na década de 1950, algumas regiões (zonas fisiográficas) não apresentavam nenhum estabelecimento em detrimento de outras.

A tabela 17 mostra a espacialização desigual dos estabelecimentos do comércio atacadista de Goiás.

Tabela 17 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos do comércio atacadista segundo as zonas fisiográficas do estado de Goiás, 1950

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Capitais aplicados (cr\$ 1000)	Pessoal ocupado
Zona Norte	10	1.413	44
Zona de Taguatinga	–	–	–
Zona do Paranã	X	22	3
Zona do Planalto	X	92	17
Zona de Anápolis	42	6.706	128
Zona Sul	13	3.046	51
Zona do Alto Tocantins	–	–	–
Zona de Goiânia	33	4.484	120
Zona do Médio Araguaia	4	563	14
Zona Sudoeste	X	436	2
Zona do Alto Araguaia	X	80	4

(_) Informação não individualizada.

Fonte: IBGE (1950)

Goiás apresentava, na década de 1950, 112 estabelecimentos comerciais atacadistas. Do total desses estabelecimentos, a Zona de Anápolis concentrava 44 deles (39,2% do total do estado), um capital aplicado de 6.706 (Seis mil e setecentos e seis cruzeiros) e ocupando 128 pessoas nesse setor. Esses dados relativos ao comércio atacadista colocavam a Zona de Anápolis em primeiro colocado no ranking desse setor no estado. Vale ressaltar que, faziam parte da Zona de Anápolis os seguintes municípios: Anápolis, Corumbá de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Nerópolis, Silvânia e Vianópolis.

A segunda região de Goiás que mais concentrava comércio atacadista encontrava-se a Zona de Goiânia, com 33 estabelecimentos comerciais (29,4% do total do estado), um capital aplicado de 4.484 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros) e 120 pessoas ocupadas nesse setor. Em terceiro encontra-se a Zona Sul com 13 estabelecimentos comerciais (11,6% do total do estado), um capital aplicado de 3.046 (três mil e quarenta e seis cruzeiros) com 51 pessoas ocupadas.

Cabe aqui salientar que as Zonas de Taguatinga e do Alto Tocantins não apresentavam nenhum estabelecimento comercial atacadista à época.

Outro setor de Goiás na década de 1950 que merece ser destacado é o de crédito. Havia também uma concentração desse setor em algumas regiões do estado conforme podemos verificar na tabela 18.

Tabela 18 - Capital aplicado e pessoal ocupado nos estabelecimentos de crédito segundo as zonas fisiográficas em Goiás, 1950

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Capitais aplicados (cr\$ 1000)	Pessoal ocupado
Zona Norte	–	–	–
Zona de Taguatinga	–	–	–
Zona do Paranã	–	–	–
Zona do Planalto	X	24	3
Zona de Anápolis	4	6.767	81
Zona Sul	11	895	87
Zona do Alto Tocantins	–	–	–
Zona de Goiânia	13	5.474	166
Zona do Médio Araguaia	4	322	26
Zona Sudoeste	X	691	38
Zona do Alto Araguaia	–	–	–

(_) Informação não individualizada.

Fonte: IBGE (1950)

O mercado de crédito estava concentrado majoritariamente, em 1950, nas Zonas de Anápolis e Goiânia. Essas duas regiões, juntas, representavam 86,36% de todo o capital aplicado no mercado de crédito do estado. Embora a Zona de Anápolis apresente o maior numerário de capital aplicado no setor de crédito, ou seja, 6.767 (seis mil e setecentos e sessenta e sete cruzeiros), apresenta apenas 4 estabelecimentos. Já a Zona de Goiânia, embora apresente um capital inferior ao de Anápolis, possui um maior número de estabelecimentos de créditos, ou seja, 13 estabelecimentos.

Sobre o setor de serviços de Goiás na época (alojamento e alimentação), o estado contava com 615 estabelecimentos. Desse total, a Zona de Goiânia era a que detinha o maior número de estabelecimentos (219). Em segundo lugar encontrava-se a Zona Sul, com 117 estabelecimentos. Em terceiro lugar, com 100 estabelecimentos, estava a Zona de Anápolis. Essa concentração do setor de serviços em algumas zonas fisiográficas do estado de Goiás pode ser verificada na tabela 19.

Tabela 19 - Serviços de alojamento e alimentação segundo as zonas fisiográficas de Goiás - 1950

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Zona fisiográfica	Estabelecimentos
Zona Norte	10	Zona do Alto Tocantins	–
Zona de Taguatinga	–	Zona de Goiânia	219
Zona do Paranã	7	Zona do Médio Araguaia	36
Zona do Planalto	13	Zona Sudoeste	84

Zona de Anápolis	100	Zona do Alto Araguaia	18
Zona Sul	117		

Fonte: IBGE (1950)

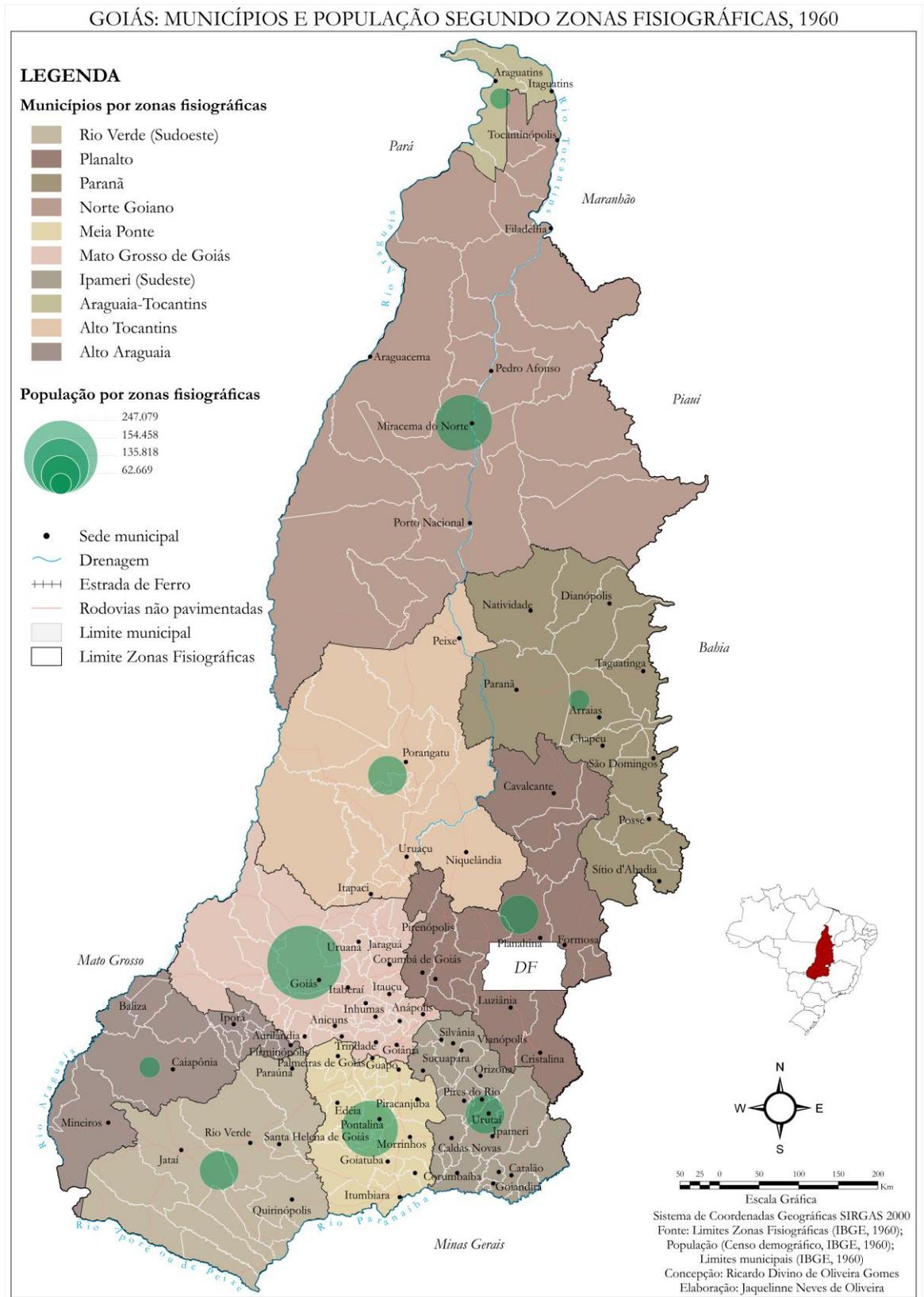
As zonas de Goiânia, Sul e Anápolis, já possuíam certo nível de desenvolvimento socioeconômico à época, pois, juntas, concentravam 72,18% dos estabelecimentos desse setor em todo o estado de Goiás. As demais zonas fisiográficas não apresentavam uma quantidade expressiva em relação ao setor de alojamento e alimentação.

3.3 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1960

O Censo de 1960, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além dos dados agrícolas, industrial, comercial e de serviços, contou também com alguns apontamentos sobre a atividade da construção civil, produção e distribuição de energia elétrica, bem como o comércio e administração de imóveis.

O Estado de Goiás contava, em 1º de setembro de 1960, com 62 Vilas, 241 Distritos, 179 municípios, distribuídos em 10 Zonas Fisiográficas. Vide figura 10.

Figura 10 - Goiás – municípios e população segundo as zonas fisiográficas - 1960



Fonte: IBGE

A Zona do Mato Grosso de Goiás era a que possuía o maior número de municípios, ou seja, 41. Em seguida se encontra a Zona de Ipameri, com 23 Municípios. A terceira zona fisiográfica com maior número de municípios goianos era o Norte Goiano com 22 municípios. A zona que possui o menor número de

municípios é a Araguaia Tocantins, pois faziam parte dessa zona apenas 3 municípios (Araguatins, Itaguatins e Xambioa) de acordo com a figura 10.

Goiás possuía, à época, uma população total (população residente e presente) na ordem de 1.917.460 habitantes irregularmente distribuídos pelo território goiano.

Cabe aqui salientar que os resultados não incluem 11.217 pessoas registradas em instrumentos de controle, cujas características não puderam ser apuradas, em virtude de extravio dos formulários contendo as informações referentes ao Município de Cristalândia, de acordo com IBGE (1960).

A Zona do Mato Grosso de Goiás era a mais populosa, com uma população absoluta de 676.077 representando 35,25% de toda a população do estado. Também, é a que apresenta o maior número de municípios (41). Só o município de Goiânia, participante dessa zona, possuía 151.013 habitantes à época.

A segunda zona fisiográfica mais populosa era o Norte Goiano com uma população da ordem de 214.718 habitantes, ou seja, 11,19% de toda a população do estado na década de 1960. Importante salientar que faziam parte dessa zona 22 municípios.

Em terceiro lugar, no que tange a população absoluta, aparece a Zona Meia Ponte, com uma população absoluta de 188.281 habitantes representando 9,81% da população do estado de Goiás. Essa Zona era composta por 18 municípios.

A zona Araguaia Tocantins contava com o menor número de municípios, ou seja, apenas três (Araguatins, Itaguatins e Xambioa) e também com a menor população absoluta de todas as zonas fisiográficas do estado na década de 1960. A Zona Araguaia Tocantins contava com uma população absoluta de 35.347 habitantes representando apenas 1,84% da população do estado.

No que diz respeito aos aspectos agropecuários do estado, Goiás contava com 111.015 estabelecimentos, totalizando 28.877.314 (ha) de área. Esses estabelecimentos estavam distribuídos conforme demonstra a tabela 20.

Tabela 20 - Goiás – estabelecimentos agropecuários, área e estabelecimentos com área cultivada – 1960

Zona Fisiográfica	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos com área cultivada
Araguaia Tocantins	2.412	87.902	2.362
Norte Goiano	19.534	5.312.534	17.923
Alto Araguaia	3.556	2.176.328	2.796
Meia Ponte	8.585	2.159.355	6.791
Ipameri	9.894	2.379.815	8.184
Planalto	9.842	2.486.260	9.122

Paraná	7.186	4.199.523	6.118
Alto Tocantins	13.539	2.641.311	12.881
Rio Verde	7.721	4.339.829	6.742
Mato Grosso de Goiás	28.746	3.094.457	25.482
Total	111.015	28.877.314	98.401

Fonte: IBGE (1960)

A Zona do Mato Grosso de Goiás era a que mais possuía estabelecimentos agropecuários, num total de 28.746, representando 25,89% dos estabelecimentos de todo o estado. A segunda zona que mais possuía estabelecimentos era o Norte Goiano, com 19.534 estabelecimentos, representando 17,59 % do total de estabelecimentos do estado. A zona que possuía o menor número de estabelecimentos era a Zona Araguaia Tocantins, com pouca representatividade, ou seja, apenas 2,17% do total do estado de Goiás.

Todavia, a região que possuía a menor área era a Zona Araguaia Tocantins, com 87.902 hectares de área. Em contraponto, a região que possui a maior área é o Norte Goiano, com 5.312.534 hectares de área total. A segunda região com maior área no que concerne aos estabelecimentos agropecuários é a Zona de Rio Verde, com 4.339.829 hectares de área. Em terceiro, aparece a Zona do Paraná, com 4.199.523 hectares. O que nos chama a atenção é o fato de a Zona do Mato Grosso de Goiás possuir o maior número de estabelecimentos agropecuários e figurar em quarto lugar no aspecto área.

Quanto aos estabelecimentos com área cultivada, a Zona do Mato Grosso de Goiás figura em primeiro lugar com 25.482 estabelecimentos com área cultivada. Em segundo, aparece a Zona do Norte Goiano, com 17.923 estabelecimentos com área cultivada. Em terceiro, aparece a Zona do Alto Tocantins, com um total de 12.881 estabelecimentos com área cultivada (IBGE, 1960). Denota-se, que a quantidade de estabelecimentos de área cultivada é proporcional ao número de estabelecimentos de cada Zona.

Em se tratando do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, Goiás tinha um total de 499.207 pessoas distribuídas pelas zonas fisiográficas conforme pode ser evidenciado na tabela 21.

Tabela 21 - Goiás – pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários segundo o sexo e as zonas fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Total	Homens	Mulheres
Araguaia Tocantins	9.541	5.606	3.935
Norte Goiano	75.728	45.877	29.851

Alto Araguaia	19.255	13.950	5.305
Meia Ponte	51.465	38.700	12.765
Ipameri	45.094	36.015	9.079
Planalto	46.286	35.496	10.790
Paraná	35.641	22.565	13.076
Alto Tocantins	46.266	33.476	12.790
Rio Verde	34.830	29.503	5.327
Mato Grosso de Goiás	135.101	102.514	32.587
TOTAL	499.207	363.702	135.505

Fonte: IBGE (1960)

Havia uma maior participação de homens no total de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do estado na década de 1960. Os homens, representavam 72,85% de todo o pessoal ocupado enquanto as mulheres representavam apenas 27,15%. A Zona do Mato Grosso de Goiás possuía um total de 135.101 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos, representando 27,06% do pessoal ocupado em todo o estado. Por sua vez, a região que tinha o menor número de pessoal ocupado era a Zona Araguaia Tocantins com apenas 9.541 pessoas, representando 1,9% de todo o pessoal ocupado em todo o estado.

A respeito do uso da energia elétrica nos estabelecimentos agropecuários do estado na década de 1960 é notório a discrepância entre as regiões (Zonas Fisiográficas) conforme pode ser analisado pela tabela 22.

Tabela 22 - Goiás – Estabelecimentos agropecuários que utilizam energia elétrica segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Total	Própria	Adquirida	Própria e adquirida
Araguaia Tocantins	–	–	–	–
Norte Goiano	53	45	3	5
Alto Araguaia	17	13	1	3
Meia Ponte	124	101	15	8
Ipameri	216	160	37	19
Planalto	53	48	2	3
Paraná	8	3	3	2
Alto Tocantins	14	10	1	3
Rio Verde	73	44	15	14
Mato Grosso de Goiás	298	219	49	30
TOTAL	856	643	126	87

(_) Dado não individualizado.

Fonte: IBGE (1960)

Nota-se que, na Zona Araguaia Tocantins, não havia nenhum estabelecimento agropecuário que utilizava energia elétrica na década de 1960. Todavia, a zona fisiográfica que mais possuía estabelecimentos que utilizavam energia elétrica é o Mato Grosso de Goiás com um total de 298 estabelecimentos representando 34,81% do total dos estabelecimentos do estado de Goiás. A segunda região que mais possuía estabelecimentos com utilização de energia elétrica é a Zona de Ipameri com 216 estabelecimentos, ou seja, 25,23% do total de estabelecimentos do estado. Em terceiro, aparece a Zona Meia Ponte com 124 estabelecimentos, representando 14,4% do total.

Acerca dos estabelecimentos agropecuários do estado de Goiás que obtiveram financiamento na década de 1960, apresenta-se a tabela 23.

Tabela 23 - Goiás – estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento de acordo com a fonte fornecedora de crédito – 1960

Zona fisiográfica	Estabelecimentos	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
		Total	De entidades públicas	De entidades particulares	De entidades públicas e particulares
Araguaia Tocantins	2.412	2	—	1	1
Norte Goiano	19.534	66	10	39	17
Alto Araguaia	3.556	94	31	58	5
Meia Ponte	8.585	1.554	1.353	175	26
Ipameri	9.894	534	423	97	14
Planalto	9.842	133	77	44	12
Paraná	7.186	61	54	6	1
Alto Tocantins	13.539	55	40	5	10
Rio Verde	7.721	678	567	78	33
Mato Grosso de Goiás	28.746	1.616	985	529	102
TOTAL	111.015	4.793	3.540	1.032	221

(—) Dado não individualizado.

Fonte: IBGE (1960)

Constata-se que, do total de estabelecimentos agropecuários do estado de Goiás na década de 1960 (111.015 estabelecimentos), apenas 4.793 estabelecimentos obtiveram financiamento, ou seja, 4,31%. A maior parte desses financiamentos foram provenientes de instituições públicas 73,85% do total de financiamentos, 21,53% provenientes de instituições particulares e apenas 4,62% de instituições híbridas (públicas e particulares).

Em termos quantitativos, a Zona do Mato Grosso de Goiás é a que possuía o maior número de estabelecimentos com financiamento (1.616 estabelecimentos, ou seja, 33,7% do total) e a que possuía o menor número era a Araguaia Tocantins (apenas 2 estabelecimentos representando 0,04% do total do estado). A zona fisiográfica que possuía o maior número de financiamentos proporcionalmente ao total de estabelecimentos era a Zona Meia Ponte, haja vista que, 18,10% do total dos estabelecimentos dessa zona possuía algum tipo de financiamento. A segunda zona que possuía o maior número de financiamentos proporcionalmente ao total de estabelecimentos era a Zona de Rio Verde, com 8,78% do total de estabelecimentos. Em terceiro, aparece a Zona do Mato Grosso de Goiás com 5,62% de financiamentos em relação do total de estabelecimentos. A zona que possuía o menor número de financiamentos proporcionalmente ao total de estabelecimentos encontra-se a Araguaia Tocantins, pois apenas 0,08% dos estabelecimentos dessa zona possuíam financiamento.

Na década de 1960 uma grande maioria dos estabelecimentos agropecuários goianos já utilizavam veículos conforme pode ser evidenciado na tabela 24.

Tabela 24 - Veículos nos estabelecimentos agropecuários goianos segundo as zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Total	Tração animal	Tração mecânica (caminhões e outros veículos)
Araguaia Tocantins	4	4	–
Norte Goiano	869	844	25
Alto Araguaia	1.163	1.032	131
Meia Ponte	3.438	2.510	928
Ipameri	4.436	3.710	726
Planalto	2.346	2.127	219
Paraná	1.419	1.404	15
Alto Tocantins	1.433	1.374	59
Rio Verde	2.693	2.149	544
Mato Grosso de Goiás	9.022	7.927	1.095
TOTAL	26.823	23.081	3.742

Fonte: IBGE (1960)

Goiás possuía, à época, um total de 26.823 veículos (tração animal e mecânica) nos estabelecimentos agropecuários distribuídos nas 10 zonas

fisiográficas. Desse total, 86,04% eram de tração animal e, 13,96%, de tração mecânica.

As zonas fisiográficas que detinham o maior e o menor número de veículos em termos quantitativos eram, respectivamente, a Zona do Mato Grosso de Goiás e a Zona Araguaia Tocantins. Ressalta-se que, a Zona Araguaia Tocantins, era a única, à época, que não possuía nenhuma unidade de tração mecânica dada a sua inexpressividade dentro do quadro regional do Estado.

Sobre as máquinas e os instrumentos agrários utilizados nas diferentes zonas fisiográficas do estado na década de 1960, observa-se a tabela 25.

Tabela 25 - Goiás – máquinas e instrumentos agrícolas segundo as zonas fisiográficas – 1960

Zonas fisiográficas	Tratores	Arados (disco e aiveca)	Grades	Semeadeiras	Pulverizadores e polvilhadeiras	Cultivadores
Araguaia Tocantins	–	1	–	–	–	–
Norte Goiano	10	24	3	29	6	1
Alto Araguaia	15	39	15	26	4	25
Meia Ponte	677	1.107	639	1.327	142	1.614
Ipameri	62	1.846	449	481	48	478
Planalto	30	166	16	13	24	30
Paraná	7	6	3	10	7	5
Alto Tocantins	2	38	4	170	2	7
Rio Verde	343	400	284	317	69	282
Mato Grosso de Goiás	203	2.870	294	181	246	1.724
TOTAL	1.349	6.497	1.707	2.554	548	4.166

(_) Dado não individualizado.

Fonte: IBGE (1960)

Observa-se, na tabela 25, que algumas zonas fisiográficas se sobressaíam, quantitativamente, em relação aos instrumentos agrícolas utilizados tais como: a Zona do Mato Grosso de Goiás, Rio Verde e Meia Ponte. As Zonas que apresentavam uma quantidade insignificante de instrumentos agrícolas eram a Araguaia Tocantins, Paraná, Norte Goiano e Alto Araguaia.

A zona fisiográfica que mais se sobressai em relação aos instrumentos utilizados é o Mato Grosso de Goiás. Contudo, a Zona de Rio Verde apresenta uma maior quantidade de tratores e grades em relação a Zona do Mato Grosso de Goiás, o que denota uma potencialidade dessa zona, na década de 1960, em relação à agricultura.

Tabela 26 - Goiás – uso de fertilizantes segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

ZONA FISIAGRÁFICA	ESTABELECIMENTOS COM UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES
ARAGUAIA TOCANTINS	1
NORTE GOIANO	12
ALTO ARAGUAIA	4
MEIA PONTE	56
IPAMERI	166
PLANALTO	79
PARANÃ	76
ALTO TOCANTINS	10
RIO VERDE	29
MATO GROSSO DE GOIÁS	490
TOTAL	923

Fonte: IBGE (1960)

Constata-se que 923 estabelecimentos agropecuários, em todo o estado, utilizavam algum tipo de fertilizante (químico e/ou orgânico). A Zona do Mato Grosso Goiano é a que apresenta o maior número de estabelecimentos com utilização de fertilizantes (490 estabelecimentos agropecuários), ou seja, 53,08% do total. Em seguida, encontra-se a Zona de Ipameri, com 166 estabelecimentos agropecuários representando 17,98% do total do estado. Em terceiro, aparece a Zona do Planalto com 79 estabelecimentos representando 8,5% do total. Em quarto, encontra-se a Zona do Paranã com 76 estabelecimentos, ou seja, 8,2% do total de estabelecimentos do estado.

As Zonas que apresentavam o menor quantitativo de estabelecimentos com utilização de fertilizantes eram a Araguaia Tocantins, Alto Araguaia e Alto Tocantins representando, respectivamente, 0,1%, 0,4% e 1,0% do total de estabelecimentos do estado.

A respeito dos rebanhos do estado nessa década (1960), analisemos a tabela 27.

Tabela 27 - Goiás – quantitativo de rebanho segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Bovino	Equino	Suíno	Aves (galinhas)
Araguaia Tocantins	17.093	2.345	19.388	104.071
Norte Goiano	733.818	89.442	163.908	560.384
Alto Araguaia	330.704	18.569	54.052	190.877

Meia Ponte	567.270	32.440	149.124	481.134
Ipameri	676.618	43.474	125.267	519.406
Planalto	343.349	46.833	86.685	472.796
Paraná	355.117	39.424	41.330	156.970
Alto Tocantins	366.204	41.944	115.156	559.671
Rio Verde	571.506	32.865	142.824	460.448
Mato Grosso de Goiás	901.103	79.499	342.647	1.550.760
TOTAL	4.862.782	426.835	1.240.381	5.056.517

Fonte: IBGE (1960)

Acerca das variadas espécies de rebanhos do estado de Goiás na década de 1960, pode-se destacar os rebanhos bovino, equino, suíno e aves como sendo os principais. Dos rebanhos representados na tabela 23, nota-se uma maior quantidade total de aves e bovinos à equinos e suínos.

No que tange ao rebanho bovino, a Zona do Mato Grosso de Goiás apresentava o maior número (901.103 cabeças) representando 18,53% do total. Em segundo colocado, aparece a Zona do Norte Goiano (733.818 cabeças) representando 15,09% do total do estado. Em terceiro colocado desponta a Zona de Ipameri (676.618 cabeças) com uma representatividade de 13,91% do total do estado. A zona Araguaia Tocantins é a que apresentava o menor quantitativo de rebanho (17.093 cabeças), ou seja, 0,35% do total.

Em relação aos equinos, em primeiro colocado no quantitativo, aparece a Zona do Norte Goiano (89.442 cabeças) representando 20,95% do total de equinos. Em segundo lugar encontra-se a Zona do Mato Grosso de Goiás (79.499 cabeças) representando 18,62% do total do estado. A terceira zona com o maior quantitativo de equino está a Zona do Planalto (43.474 cabeças) representando 10,18% do total desse rebanho no estado. Por sua vez, a zona que apresentava o menor quantitativo de equinos é a Araguaia Tocantins com apenas 2.345 cabeças, ou seja, representando 0,54% do total desse rebanho em todo o estado de Goiás.

Sobre o quantitativo de suínos do estado, afere que Goiás possuía um total de 1.240.381 cabeças distribuídas irregularmente pelo território goiano. As zonas que apresentavam os maiores quantitativos eram, respectivamente, a Zona do Mato Grosso de Goiás (27,62% do total do estado), Norte Goiano (13,21% do total do estado) e Meia Ponte (12,02% do total do estado). A zona que possuía o menor quantitativo desse rebanho era a Araguaia Tocantins com 19.388 cabeças, representando 1,56 % do total desse rebanho em todo o estado.

No que diz respeito as aves, Goiás apresentava um total de 5.056.517 unidades. A zona do Mato Grosso de Goiás apresentava o maior quantitativo de

aves (1.550.760 unidades) representando 30,66% do total do estado. Em segundo, aparece o Norte Goiano (560.384 unidades) representando 11,08% do total. Em seguida desponta a Zona do Alto Tocantins (559.671 unidades) representando 11,06% do total do estado. A Zona Araguaia Tocantins aparece novamente como a zona que apresenta o menor quantitativo desse rebanho (104.071 unidades) representando 2% do total desse rebanho em todo o estado de Goiás à época.

A tabela 28 apresenta a produção dos principais produtos agrícolas do estado de Goiás na década de 1960. Cabe aqui ressaltar que havia outros cultivos, porém, de pequena expressividade, haja vista que, o objetivo é denotar as desigualdades regionais na década em questão.

Tabela 28 - Goiás – principais gêneros agrícolas segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Arroz (t)	Feijão (t)	Milho (t)
Araguaia Tocantins	6.706	407	2.837
Norte Goiano	35.724	1.388	9.356
Alto Araguaia	10.735	2.230	10.530
Meia Ponte	128.188	8.633	63.159
Ipameri	19.796	8.447	37.764
Planalto	25.361	9.044	28.373
Paraná	9.741	893	4.751
Alto Tocantins	56.756	4.165	28.331
Rio Verde	91.994	5.889	35.284
Mato Grosso de Goiás	128.306	37.286	109.691
TOTAL	513.307	78.382	330.076

Fonte: IBGE (1960)

De acordo com dados da tabela 28, o gênero de maior produção em toneladas foi o arroz, seguido do milho e do feijão. Cabe aqui ressaltar que nessa época Goiás não apresentava plantações de soja.

No tocante à produção de arroz, a zona com maior produção foi o Mato Grosso de Goiás (128.306 toneladas) representando 24,99% da produção do estado. Em segundo lugar aparece a Zona do Meia Ponte (128.188 toneladas produzidas) representando 24,97% do total do estado, seguido da Zona de Rio Verde (91.994 toneladas) representando 17,92% do total do estado. As duas zonas de menor produção de arroz são, respectivamente, a Araguaia Tocantins (6.706 toneladas, ou seja, 1,3% do total) e Paraná (9.741 toneladas representando 1,8% do total da produção desse gênero).

No que se refere ao feijão, a Zona do Mato Grosso de Goiás aparece em primeiro lugar como a zona de maior produção (37.286 toneladas representando

47,56% do total do estado. As demais zonas fisiográficas não apresentam produção relevante. Novamente, aparece a zona Araguaia Tocantins, como a zona de menor produção desse gênero (407 toneladas, ou seja, 0,51% do total do estado).

Sobre a produção de milho no estado, Goiás produziu, na década de 1960, 330.076 toneladas. A Zona do Mato Grosso de Goiás foi a que mais produziu (109.691 toneladas representando 33,23% do total do estado). Em segundo, figura-se a Zona Meia Ponte (63.159 toneladas representando 19,13% do total do estado). Em seguida, aparece a Zona de Ipameri (37.764 toneladas com uma representatividade de 11,44% do total do estado). Novamente, a zona fisiográfica de menor produção de milho é a Zona Araguaia Tocantins, com apenas 2.837 toneladas, representando 0,85% do total da produção do estado de Goiás.

Tabela 29 - Goiás – estabelecimentos industriais, pessoal ocupado e valor da produção industrial segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da transformação industrial (cr\$ 1000)
Araguaia Tocantins	16	79	7.618
Norte Goiano	85	329	43.281
Alto Araguaia	85	285	28.714
Meia Ponte	156	600	171.406
Ipameri	240	1.344	323.165
Planalto	92	286	32.416
Paraná	18	55	1.923
Alto Tocantins	40	107	9.669
Rio Verde	188	716	172.870
Mato Grosso de Goiás	703	3.336	1.172.041
TOTAL	1.623	7.137	1.983.103

Fonte: IBGE (1960)

Em relação aos dados industriais, depreende-se que a Zona do Mato Grosso de Goiás ocupa a primeira colocação no que concerne a quantidade de estabelecimentos industriais (703 estabelecimentos, ou seja, 43,31% do total), número de pessoal ocupado (3.336, ou seja, 46,74% do total) e também no valor da produção industrial (1.172.041 cruzeiros, ou seja, 59,10% do total da produção).

A zona de Ipameri ocupa a segunda colocação nos três itens apresentados na tabela: estabelecimentos industriais (240 estabelecimentos representando 14,78% do total), pessoal ocupado (1.344 representando 18,83% do total) e valor da

transformação industrial (323.165 cruzeiros representando 16,29 % de todo o valor da produção industrial do estado).

A zona fisiográfica de menor expressividade industrial é a Araguaia Tocantins com apenas 16 estabelecimentos industriais (0,9% do total), 79 pessoas ocupadas na indústria (1,1% do total de pessoas ocupadas em todo o estado) e 7.618 cruzeiros de valor da transformação industrial (0,38% do total).

A tabela 30 expressa como estava o estado de Goiás na década de 1960 no tocante ao comércio e ao setor de serviços.

Tabela 30 - Goiás - Estabelecimentos comerciais e de serviços segundo as Zonas Fisiográficas – 1960

Zona Fisiográfica	Comércio		Serviços	
	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Estabelecimentos	Pessoal ocupado
Araguaia Tocantins	93	181	21	48
Norte Goiano	564	918	216	464
Alto Araguaia	297	451	147	313
Meia Ponte	411	844	229	577
Ipameri	566	979	339	763
Planalto	412	632	131	318
Paraná	197	339	104	219
Alto Tocantins	289	468	101	209
Rio Verde	500	970	316	780
Mato Grosso de Goiás	2.838	6.479	1.597	4.275
TOTAL	6.167	12.261	3.201	7.966

Fonte: IBGE (1960)

Comparando os setores de comércio e de serviços do estado de Goiás na década evidenciada, constata-se que o setor de comércio possui um maior número de estabelecimentos e também um maior número de pessoal empregado que o setor de serviços. O estado possuía 6.167 estabelecimentos comerciais e apenas 3.201 estabelecimentos do setor de serviços. Quanto ao pessoal ocupado, o comércio empregava um total de 12.261 pessoas, e o setor de serviços, apenas 7.966 pessoas em todo o estado.

A Zona Fisiográfica de maior destaque tanto no setor de comércio e de serviços é o Mato Grosso de Goiás, pois possuía 46,01% do total dos estabelecimentos comerciais do estado e, 49,89% do total de estabelecimentos de serviços. Em relação ao pessoal empregado, o Mato Grosso Goiano empregava

52,84% de todo o pessoal ocupado no setor de comércio e, 53,66% de todo o pessoal ocupado no setor de serviços no estado.

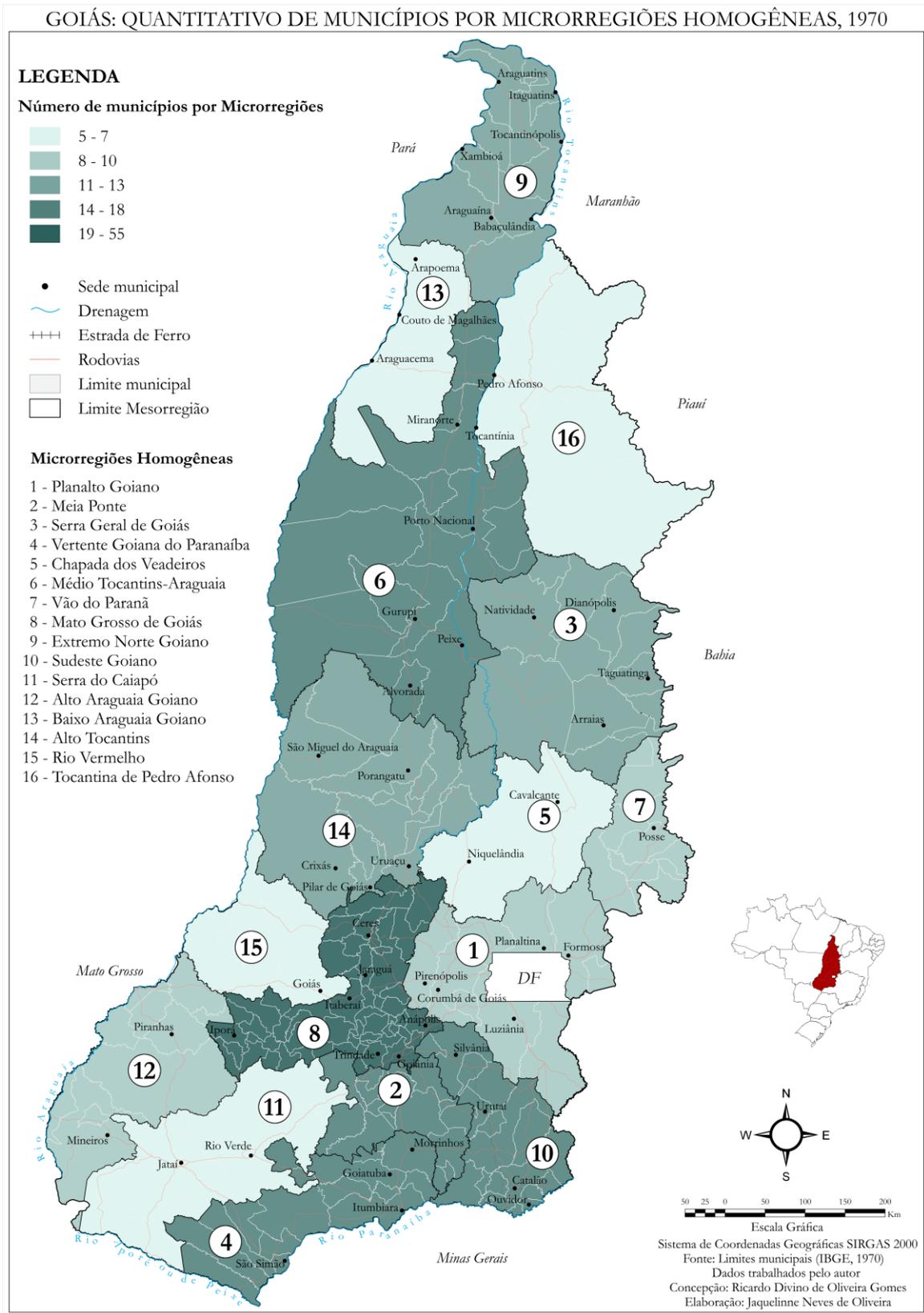
A Zona de menor expressividade no setor de comércio e no setor de serviços é a Araguaia Tocantins. Essa zona possuía 93 estabelecimentos comerciais, representando 1,5% do total de estabelecimentos em todo o estado e apenas 21 estabelecimentos de serviços, representando 0,65% do estado. O percentual de pessoas ocupadas no comércio na Zona Araguaia Tocantins era de 1,47% e de pessoas ocupadas no setor de serviços, de 0,6% de todo o estado.

3.4 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1970

O Censo de 1970 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além dos dados agrícolas, industrial, comercial e de serviços, apresenta também dados prediais, inquéritos especiais sobre Instituições de Créditos e Seguradoras, além da produção e distribuição de energia elétrica.

O Estado de Goiás apresentava, em 19 de setembro de 1970, 102 vilas, 323 Distritos e 221 Municípios. Os Municípios goianos estavam agrupados em 16 “microrregiões homogêneas” conforme se verifica na figura 11.

Figura 11 - Goiás - Quantitativo de Municípios por Microrregiões Homogêneas – 1970



Fonte: IBGE

A Microrregião de Goiás, na década de 1970, com maior número de municípios, é o Mato Grosso de Goiás, com 55 municípios. A quantidade de municípios dessa microrregião demonstra, claramente, o dinamismo da mesma. A microrregião que apresenta o menor número de municípios é a microrregião da

Chapada dos Veadeiros, com apenas cinco municípios. Essa assimetria, no quantitativo de municípios por microrregião, reflete o desenvolvimento desigual do território goiano já na década de 1970.

No que concerne aos dados agropecuários, o Estado de Goiás contava com 145.115 estabelecimentos agropecuários conforme tabela 31.

Tabela 31 - Goiás - Estabelecimentos agropecuários por microrregião, 1970.

Microrregião	Estabelecimentos Agropecuários	Estabelecimentos com Pastagens	Estabelecimentos com eletrificação
Planalto Goiano	9.867	8.700	40
Meia Ponte	9.359	7.659	11
Serra Geral de Goiás	6.381	5.237	6
Vertente Goiana do Paranaíba	11.198	5.858	37
Chapada dos Veadeiros	4.362	3.469	1
Médio Tocantins-Araguaia	11.320	10.788	3
Vão do Paranã	3.812	2.871	1
Mato Grosso de Goiás	33.077	18.606	106
Extremo Norte Goiano	10.390	4.133	—
Sudeste Goiano	9.573	8.985	1
Serra do Caiapó	6.921	4.992	3
Alto Araguaia Goiano	3.645	3.366	2
Baixo Araguaia Goiano	3.383	2.514	1
Alto Tocantins	11.268	9.902	3
Rio Vermelho	4.842	3.079	2
Tocantina de Pedro Afonso	5.717	5.565	—
Total	145.115	105.724	217

Fonte: IBGE (1970)

A microrregião do Mato Grosso apresentava o maior número de estabelecimentos agropecuários (33.077 estabelecimentos, ou seja, 22,79% do Estado) e estabelecimentos de pastagens (18.606 estabelecimentos, representando 17,59% do total dos estabelecimentos com pastagens). Esses dados já evidenciavam uma vocação ao agro no Mato Grosso de Goiás.

Três, das 16 microrregiões goianas na década de 1970, apresentavam pequena quantidade de estabelecimentos agropecuários (Baixo Araguaia Goiano, Alto Araguaia Goiano e Vão do Paranã). Essas três microrregiões, juntas, possuíam 10.840 estabelecimentos agropecuários, ou seja, 7,46% do total de estabelecimentos agropecuários em todo o Estado.

Quanto aos estabelecimentos com eletrificação, o Mato Grosso de Goiás possuía 106 estabelecimentos, ou seja, 48,84% do total de estabelecimentos com eletrificação em todo o Estado, representando uma pujança dessa microrregião. Em

seguida, aparece O Planalto Goiano com 40 estabelecimentos agropecuários com eletrificação e a Vertente Goiana do Paranaíba com 37 estabelecimentos com eletrificação. As microrregiões do Extremo Norte Goiano e Tocantina de Pedro Afonso não apresentavam nenhum estabelecimento com eletrificação.

Tabela 32 - Goiás - Máquinas e instrumentos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários – 1970

Microrregião	Tratores	Colhedeiras	Veículos		
			Tração animal	Tração mecânica*	Total de Veículos
Planalto Goiano	188	42	2.957	797	3.754
Meia Ponte	651	154	3.541	1.219	4.760
Serra Geral de Goiás	3	1	1.226	48	1.274
Vertente Goiana do Paranaíba	1.971	683	4.274	2.862	7.136
Chapada dos Veadeiros	33	3	325	96	421
Médio Tocantins-Araguaia	25	10	813	284	1.097
Vão do Paranã	29	8	1.172	84	1.256
Mato Grosso de Goiás	1.407	305	13.390	3.431	16.821
Extremo Norte Goiano	10	–	93	127	220
Sudeste Goiano	226	124	4.296	1.314	5.610
Serra do Caiapó	868	200	2.217	1.875	4.092
Alto Araguaia Goiano	72	8	1.072	648	1.720
Baixo Araguaia Goiano	7	2	88	60	148
Alto Tocantins	109	16	2.429	594	3.023
Rio Vermelho	90	17	1.480	475	1.955
Tocantina de Pedro Afonso	3	2	395	17	412
Total	5.692	1.575	39.768	13.931	53.699

* inclui caminhões, camionetas, jipes e reboques para tração.

Fonte: IBGE (1970) Dados trabalhados pelo autor.

É possível constatar, pelos dados apresentados da tabela 32 que, as duas microrregiões que possuíam o maior número de tratores nos estabelecimentos agropecuários era a Vertente Goiana do Paranaíba e o Mato Grosso de Goiás respondendo, respectivamente, por 34,62% e 24,71% do total de tratores do Estado. A respeito do uso de colhedeiras, as microrregiões (Vertente do Paranaíba e Mato Grosso de Goiás) também possuíam uma grande expressividade, pois as duas juntas, respondiam por, 62,73% do total de colhedeiras em todo o Estado. Salienta-se que, embora o Extremo Norte Goiano possuísse 10.390 estabelecimentos agropecuários na década de 1970 (quadro 15) não apresentava nenhuma colhedeira em seus estabelecimentos agropecuários.

Sobre o uso de veículos nos estabelecimentos agropecuários, a microrregião do Mato Grosso de Goiás é a que apresenta o maior número (16.821 veículos - tração animal e mecânica) respondendo por 31,32% do total. Por sua vez, o Baixo Araguaia Goiano era a microrregião que apresentava o menor número de veículos, 148, representando apenas 0,26% do total.

Na década de 1970, Goiás apresentava rebanho de diversos animais tais como: suínos, aves, caprinos, ovinos, bufalinos, coelhos, asininos, muares, equinos, etc. Todavia, para afeito desta pesquisa, interessa-nos apenas aqueles rebanhos de maior expressividade e valor comercial para demonstrar as desigualdades regionais existentes na conjuntura do Estado. Sobre os principais rebanhos do Estado de Goiás, pode-se verificar a tabela 33.

Tabela 33 - Goiás - Rebanho de acordo com as microrregiões – 1970

Microrregião	Bovino	Suíno	Aves*
Planalto Goiano	389.907	93.748	623.242
Meia Ponte	569.064	131.643	489.214
Serra Geral de Goiás	277.803	32.048	154.763
Vertente Goiana do Paranaíba	955.490	208.816	710.373
Chapada dos Veadeiros	99.945	31.956	157.396
Médio Tocantins-Araguaia	565.937	62.964	395.370
Vão do Paranã	114.619	20.899	117.720
Mato Grosso de Goiás	1.613.316	458.019	1.756.093
Extremo Norte Goiano	198.977	65.129	435.305
Sudeste Goiano	657.313	121.238	503.648
Serra do Caiapó	601.137	120.078	430.657
Alto Araguaia Goiano	454.156	59.023	209.205
Baixo Araguaia Goiano	95.094	33.207	155.448
Alto Tocantins	631.947	125.133	500.132
Rio Vermelho	391.917	67.097	221.681
Tocantina de Pedro Afonso	176.217	49.389	143.133
Total	7.792.839	1.680.387	7.003.380

* galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Fonte: IBGE (1970) Dados trabalhados pelo autor.

Entre os principais rebanhos do Estado estavam o bovino, o suíno e aves. Em termos quantitativos, o rebanho bovino é superior ao de aves. O rebanho suíno, em termos quantitativos, é o menor dos três com 1.680.387 unidades.

A microrregião do Mato Grosso de Goiás possui destaque em relação aos rebanhos elencados na tabela 29, pois apresenta, majoritariamente, a maior quantidade em cada um deles. No que tange aos rebanhos bovino, suíno e aves, o

Mato Grosso de Goiás responde, respectivamente, com 20,70%, 27,25% e 25,07%. A microrregião de menor expressividade em relação a quantidade de bovinos encontra-se o Baixo Araguaia Goiano, com 95.094 unidades, representando apenas 1,22% do total de bovinos. No que tange aos rebanhos suíno e aves, a microrregião do Vão do Paranã apresenta o menor quantitativo dentre as regiões, respondendo, respectivamente por 1,24% e 1,68%.

Goiás, na década de 1970, produziu inúmeros gêneros agrícolas tais como: banana, laranja, algodão em caroço, cana de açúcar, feijão, dentre outros. O destaque dessa época é, sem dúvida, a produção de soja, bastante centralizada, conforme pode ser averiguado na tabela 34. Cabe ressaltar que, na década de 1960, não havia soja em Goiás.

Tabela 34 - Produção agrícola em Goiás – 1970

Microrregião	Café (t)	Laranja (t)	Arroz* (t)	Cana açúcar (t)	de	Feijão (t)	Milho (t)	Soja (t)
Planalto Goiano	253	8.597	21.568	14.133		9.807	33.738	8
Meia Ponte	38	14.435	72.468	4.005		3.965	37.217	527
Serra Geral de Goiás	8	2.859	11.911	20.671		1.016	4.243	0
Vertente Goiana do Paranaíba	50	1.410	159.873	93.324		2.229	117.938	5.842
Chapada dos Veadeiros	38	459	10.934	3.797		2.358	10.209	2
Médio Tocantins- Araguaia	2	7.478	38.849	1.299		1.720	8.040	1
Vão do Paranã	54	170	6.563	11.855		955	4.808	1
Mato Grosso de Goiás	1.283	81.905	260.473	13.341		39.117	175.047	316
Extremo Norte Goiano	41	12.205	40.614	4.014		1.857	12.057	–
Sudeste Goiano	157	8.241	28.270	36.963		6.051	36.856	1
Serra do Caiapó	170	7.220	106.738	7.614		2.125	40.515	3.515
Alto Araguaia Goiano	6	1.464	20.577	2.569		1.934	10.757	6
Baixo Araguaia Goiano	2	3.280	16.017	1.076		858	7.287	–
Alto Tocantins	509	7.499	64.140	2.139		9.012	34.512	1
Rio Vermelho	5	189	25.219	655		2.315	12.821	–
Tocantina de Pedro Afonso	1	4.443	8.955	2.077		312	1.386	0
Total	2.617	161.855	893.168	219.530		85.630	547.532	10.219

Dados relativos à colheita. *em casca.

Fonte: IBGE (1970) Dados trabalhados pelo autor.

É notória a pujança da microrregião do Mato Grosso de Goiás em relação a todos os gêneros agrícolas apresentados na tabela 30, exceto cana de açúcar e

soja. Em relação ao café, a Microrregião do Mato Grosso Goiano representa 49,02% do total desse produto agrícola em todo o Estado. Em relação à produção de laranja, o Mato Grosso Goiano representa 50,60% do total. Quanto à produção de arroz, o Mato Grosso Goiano possui uma representatividade de 29,16% do total do Estado. Sobre a produção de feijão, essa região representa 45,68% e quanto ao milho, 31,97%.

Em relação à produção de cana de açúcar, a microrregião de grande destaque é a Vertente Goiana do Paranaíba com uma produção de 93.324 toneladas representando 42,51% do total. Em segundo lugar na produção de cana de açúcar aparece o Sudeste Goiano com uma produção de 36.963 toneladas, ou seja, 16,83% do total do Estado.

No que tange à produção de soja, pode-se verificar, na tabela 19, que esse cultivo não aparece nas seguintes microrregiões: Serra Geral de Goiás, Extremo Norte Goiano, Baixo Araguaia Goiano e Rio Vermelho. A microrregião Vertente do Paranaíba destaca-se no cultivo da soja com uma representatividade de 57,16% da produção desse gênero em todo o Estado. Em segundo lugar aparece a Serra do Caiapó, representando 34,39% do total do Estado. Em terceiro e quarto lugar na produção da soja aparecem a microrregião do Meia Ponte e o Mato Grosso de Goiás com uma representatividade, respectivamente de, 5,15% e 3,09%. As demais microrregiões apresentam pouca expressividade em relação a esse gênero agrícola.

Outra atividade que merece ser apresentada é o setor de serviços. Quanto a esse setor, observa-se a tabela 35.

Tabela 35 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado no setor de serviços segundo as microrregiões – 1970

Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado*
Planalto Goiano	440	774
Meia Ponte	412	862
Serra Geral de Goiás	110	253
Vertente Goiana do Paranaíba	959	1.882
Chapada dos Veadeiros	33	78
Médio Tocantins-Araguaia	428	838
Vão do Paranã	77	162
Mato Grosso de Goiás	4.829	10.679
Extremo Norte Goiano	341	644
Sudeste Goiano	526	920
Serra do Caiapó	587	1.305

Alto Araguaia Goiano	253	500
Baixo Araguaia Goiano	105	215
Alto Tocantins	330	691
Rio Vermelho	225	514
Tocantina de Pedro Afonso	59	88
Total	9.714	20.405

* em 31/12/1970.

Fonte: IBGE (1970) Dados trabalhados pelo autor.

Ressalta-se que na década de 1970, Goiás apresentava 9.714 estabelecimentos do setor de serviços irregularmente distribuídos nas 16 microrregiões goianas. Novamente, tem-se a microrregião do Mato Grosso de Goiás como destaque em relação ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Essa microrregião possuía 49,71% dos estabelecimentos do setor de serviços e empregava 52,33% do total de empregos desse setor em todo o Estado de Goiás à época.

A Chapada dos Veadeiros é a microrregião que apresenta o menor número de estabelecimentos do setor de serviços, apenas 33 estabelecimentos, ou seja, 0,33% do total e também que a que apresenta o menor número de pessoal ocupado, apenas 78 pessoas, representando 0,38% do total.

Goiás contava, em 31 de dezembro de 1970, com 4.351 estabelecimentos industriais, sendo a microrregião do Mato Grosso de Goiás a que possuía o maior número. Essa microrregião contava com 2.121 estabelecimentos industriais representando 48,74% do total do Estado, conforme pode ser averiguado na tabela 36.

Tabela 36 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria segundo as microrregiões – 1970

Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado*
Planalto Goiano	173	630
Meia Ponte	306	1.019
Serra Geral de Goiás	50	127
Vertente Goiana do Paranaíba	405	1.573
Chapada dos Veadeiros	14	78
Médio Tocantins-Araguaia	115	251
Vão do Paranã	31	96
Mato Grosso de Goiás	2.121	11.757
Extremo Norte Goiano	118	499
Sudeste Goiano	256	1.013
Serra do Caiapó	326	841

Alto Araguaia Goiano	103	304
Baixo Araguaia Goiano	33	106
Alto Tocantins	167	838
Rio Vermelho	113	347
Tocantina de Pedro Afonso	20	34
Total	4.351	19.513

* em 31/12/1970.

Fonte: IBGE (1970)

A microrregião da Chapada dos Veadeiros é a que apresenta o menor quantitativo de estabelecimentos industriais na década de 1970, ou seja, apenas 14 estabelecimentos. Quanto ao pessoal ocupado na indústria, o Mato Grosso de Goiás também apresenta o maior número de pessoal, representando 60,25% de todo o Estado de Goiás à época. Essa expressividade em relação ao setor industrial na microrregião do Mato Grosso de Goiás reflete o desenvolvimento industrial, já na década de 1970, de cidades como Goiânia e Anápolis.

Embora a microrregião da Chapada dos Veadeiros seja a que possui o menor número de estabelecimentos industriais (14 estabelecimentos) e que apresenta o menor número de pessoal ocupado é a microrregião de Tocantina de Pedro Afonso (34 pessoas).

A respeito da energia produção, compra e consumo de energia elétrica no Estado de Goiás na década de 1970, observar a tabela 37.

Tabela 37 - Goiás - Produção, compra e consumo de energia elétrica segundo as microrregiões – 1970

Microrregião	Produzida no estabelecimento*	Comprada*	Consumida*
Planalto Goiano	422	38	459
Meia Ponte	548	721	1.269
Serra Geral de Goiás	5	–	5
Vertente Goiana do Paranaíba	872	138	1.004
Chapada dos Veadeiros	0	–	0
Médio Tocantins-Araguaia	59	–	59
Vão do Paranã	9	–	9
Mato Grosso de Goiás	818	1.305	2.105
Extremo Norte Goiano	10	–	10
Sudeste Goiano	104	95	198
Serra do Caiapó	386	381	767
Alto Araguaia Goiano	15	12	27
Baixo Araguaia Goiano	2	–	2
Alto Tocantins	87	0	87
Rio Vermelho	670	–	670

Tocantina de Pedro Afonso	3	–	3
Total	4.009	2.690	6.675

* (MIL KWH).

Fonte: IBGE (1970)

Quanto à produção de energia do Estado de Goiás na década de 1970, observa-se que a região que mais a produz não coincide com a que mais consome. Temos como exemplo, o Mato Grosso de Goiás que, mais consumiu energia elétrica no período, no entanto, não foi a microrregião que mais produziu. De toda a energia elétrica consumida no Estado de Goiás, o Mato Grosso de Goiás corresponde por 31,53%. No que concerne a energia elétrica produzida, essa microrregião produziu apenas 20,40%, porém, de toda a energia adquirida, responde por 48,51%.

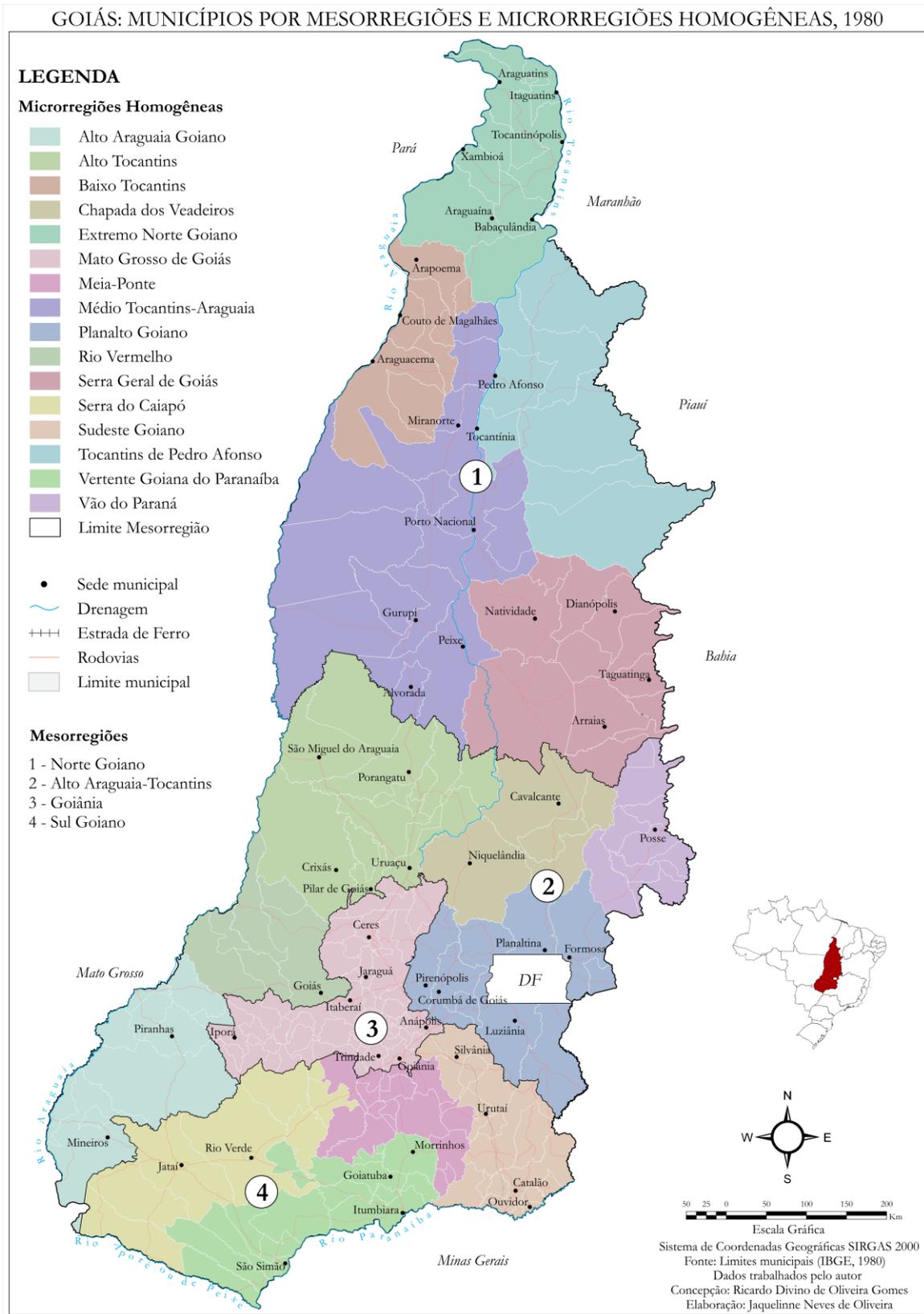
O Meia Ponte corresponde a segunda microrregião que mais consumiu energia elétrica, conforme a tabela 33. Essa microrregião consumiu 1.269 Kwh, representando 19,01% do total. A terceira microrregião que mais consumiu energia elétrica é a Vertente Goiana do Paranaíba, responsável por consumir 1.004 Kwh, ou seja, 15,04% do total.

3.5 QUADRO REGIONAL DO ESTADO DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1980

O Censo de 1980 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, corresponde ao IX Recenseamento Geral. Compreende, além do Censo Demográfico, o agropecuário, industrial, comercial, serviços, inquéritos sobre construção civil, produção e distribuição de energia elétrica; transportes: rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo e especiais; instituições financeiras, seguros e capitalização; comunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, limpeza pública e remoção de lixo.

Em 1º de setembro de 1980, Goiás contava com 137 vilas, 362 distritos e 223 municípios, ou seja, 2 municípios a mais que o censo da década de 1970. Os 2 municípios aparentes são Acreúna e Turvelândia, criados em 1976 e 1971, respectivamente. Cabe aqui ressaltar que Goiás, nessa época, não havia sido desmembrado para a criação do estado do Tocantins. Goiás passou a ser regionalizado em mesorregiões e microrregiões homogêneas conforme figura 12.

Figura 12 - Goiás – Municípios por Mesorregiões e Microrregiões Homogêneas – 1980



Fonte: IBGE

Nessa época, segundo o IBGE (1980), a população goiana era da ordem de 3.860.174 habitantes sendo 1.964.269 homens e 1.895.905 mulheres. A tabela 38 mostra a população goiana distribuída por mesorregião e microrregião.

Tabela 38 - Goiás – População por Mesorregiões – 1980

Mesorregião	População		
	Homens	Mulheres	Total
Norte Goiano	379.749	363.035	742.784
Alto Araguaia-Tocantins	428.009	398.033	826.042
Goiânia	734.149	740.510	1.474.659
Sul Goiano	422.362	394.327	816.689

Fonte: IBGE (1980)

A mesorregião de Goiânia era a que contava com o maior quantitativo populacional do estado, 38,20% da população, reflexo da abrangência do número de municípios pertencentes a essa mesorregião (54 no total) e pelo dinamismo socioeconômico por ela apresentada: localização de indústrias, instituições financeiras, comércio pujante, proximidade com a nova capital – Brasília - dentre outros. Por sua vez, o menor quantitativo populacional é verificado na mesorregião do Norte Goiano com apenas 19,24% do total da população do estado de Goiás.

Entre os municípios com maior população figuravam: Goiânia, 717.519 habitantes; Anápolis, 180.012 habitantes; Luziânia, 92.817 habitantes; Itumbiara, 78.049 habitantes; Rio Verde, 74.699 habitantes e Jataí com 53.394 habitantes.

Nessa década, Goiás contava com 156.770 estabelecimentos agropecuários totalizando 47.853.020 há irregularmente distribuídos entre as regiões conforme pode ser evidenciado na tabela 39.

Tabela 39 - Goiás – Estabelecimentos agropecuários por microrregião – 1980

Microrregião	Estabelecimentos Agropecuários	Área (ha)
Extremo Norte Goiano	11.045	2.808.762
Baixo Araguaia	4.518	1.759.904
Tocantina de Pedro Afonso	6.628	1.970.555
Médio Araguaia	11.757	7.792.866
Serra Geral	8.656	3.810.257
Alto Tocantins	13.314	5.160.570
Chapada dos Veadeiros	5.513	1.616.273
Vão do Paranã	4.587	1.367.320
Rio Vermelho	4.639	2.106.889
Planalto Goiano	10.736	2.859.574
Alto Araguaia	5.329	3.039.855
Mato Grosso de Goiás	30.587	3.305.219
Serra do Caiapó	6.350	3.419.726

Meia Ponte	9.763	1.662.768
Sudeste Goiano	9.336	2.141.273
Vertente Goiana do Paranaíba	11.012	3.031.209
Total	153.770	47.853.020

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

Importante salientar que a microrregião detentora de um maior número de estabelecimentos agropecuários é o Mato Grosso de Goiás. No entanto, em termos territoriais, a microrregião do Médio Araguaia é destaque detendo cerca de mais de 7 mil ha de terras, enquanto o Mato Grosso de Goiás contava com cerca de apenas 3 mil ha. As microrregiões do Baixo Araguaia e Vão do Paranã figuravam entre as regiões com menor número de estabelecimentos agropecuários com 4.518 e 4.587 estabelecimentos, respectivamente.

No que tange aos estabelecimentos agropecuários com utilização de máquinas e insumos agrícolas, veja-se a tabela 40.

Tabela 40 - Goiás – Máquinas e insumos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários – 1980

Microrregião	Estabelecimentos com irrigação	Estabelecimentos com utilização de adubos	n° de Tratores
Extremo Norte Goiano	43	278	380
Baixo Araguaia	6	250	259
Tocantina de Pedro Afonso	3	70	82
Médio Araguaia	42	1.818	1.686
Serra Geral	75	293	384
Alto Tocantins	79	4.256	2.662
Chapada dos Veadeiros	68	293	272
Vão do Paranã	134	251	388
Rio Vermelho	16	1.887	1.321
Planalto Goiano	300	4.876	1.697
Alto Araguaia	39	2.570	1.445
Mato Grosso de Goiás	1.624	16.795	3.957
Serra do Caiapó	77	4.012	3.900
Meia Ponte	208	6.485	2.317
Sudeste Goiano	228	5.645	1.190
Vertente Goiana do Paranaíba	73	6.235	5.660
Total	3.015	56.014	27.600

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

De acordo com os dados evidencia-se que a microrregião do Mato Grosso de Goiás é a que contava com o maior número de estabelecimentos com irrigação, num total de 1.624 estabelecimentos representando 53.88% do total do estado. Contudo,

a microrregião de Tocantina de Pedro Afonso é a que possuía o menor quantitativo de estabelecimentos que utilizavam irrigação – apenas 3 unidades – com representação de apenas 0.09% do estado.

Em relação aos estabelecimentos agropecuários que utilizavam algum tipo de adubo (químico ou orgânico) novamente figura a microrregião do Mato Grosso de Goiás com 16.795 estabelecimentos, representando 29.98% do total do estado enquanto Tocantina de Pedro Afonso é a que possuía o menor número de estabelecimentos com utilização de adubo, ou seja, 70 estabelecimentos com uma representatividade de 0.12% do total do estado.

No que concerne ao número de tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários observa-se uma maior força na microrregião da Vertente do Paranaíba com um total de 5.660 tratores representando 20.50% do total do estado. Em seguida, aparece o Mato Grosso de Goiás com 3.957 tratores representando 14.33% e Serra do Caiapó com 3.900 tratores representando 14.13% do total do estado.

Importante salientar que nos três aspectos analisados na tabela 40 relacionado aos estabelecimentos agropecuários nas diferentes microrregiões do estado de Goiás verifica-se uma preponderância das mesorregiões de Goiânia e Sul Goiano.

Tabela 41 - Goiás - Energia, Investimentos e Financiamento nos estabelecimentos agropecuários – 1980

Mesorregião	Consumo de Energia Elétrica (Mil KWH)	Investimentos (terras, prédios e instalações) em Mil Cruzeiros	Financiamentos (Mil cruzeiros)
Norte Goiano	532	7.599.379	3.113.673
Alto Araguaia	1.990	13.603.338	6.248.945
Goiânia	4.268	7.783.794	2.689.916
Sul Goiano	4.434	20.986.572	9.850.927
Total	11.224	49.973.083	21.903.461

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

Nota-se que, nos três aspectos mencionados na tabela anterior (Consumo de Energia, Investimentos e Financiamentos) a Mesorregião do Sul Goiano exerce uma supremacia. Em relação ao consumo de energia elétrica, o Sul Goiano detinha 39,50% do total. Já sobre os investimentos, o Sul Goiano tinha uma participação de 41,99% do total de investimentos nos estabelecimentos agropecuários em todo o estado. Denota-se também que o Sul Goiano detinha 44,97% do total de financiamentos.

O Norte Goiano figurava entre a mesorregião que detinha o menor consumo energético, apenas 4,73% como também o menor valor em investimentos, ou seja, 15,20% do total. No último item, temos a Mesorregião de Goiânia como a que contou com o menor valor em financiamentos com um valor de 2.689.916 cruzeiros, representando 12,28% do total de financiamentos das mesorregiões do estado.

A tabela 42 demonstra o valor da produção animal vegetal das mesorregiões do estado de Goiás.

Tabela 42 - Goiás - Produção Animal e Vegetal – 1980

Mesorregião	Produção Animal e Vegetal (Mil Cruzeiros)
Norte Goiano	10.832.483
Alto Araguaia	21.440.948
Goiânia	15.777.840
Sul Goiano	34.008.044
Total	82.059.316

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

A produção animal e vegetal elencada na tabela anterior engloba lavouras permanentes e temporárias, horticultura, floricultura, silvicultura, aves, pequenos animais, bem como extração vegetal diversa. Sobre essa produção tem-se o Sul Goiano com uma produção total no valor de 34.008.044 cruzeiros representando 41,44% do total. Em segundo aparece a mesorregião do Alto Araguaia com 21.440.948 cruzeiros representando 26,12% do total. Em terceiro, aparece a mesorregião de Goiânia com uma produção da ordem de 15.777.840 cruzeiros com uma representatividade de 19,22% do total. Em último, tem-se a mesorregião do Norte Goiano com uma produção de apenas 10.832.483, ou seja, 13,20% do total da produção de todo o estado de Goiás.

No que diz respeito ao setor industrial na década de 1980, Goiás contava com 8.113 estabelecimentos sendo 5.710 urbanos e 2.403 rurais, empregando 56.822 pessoas de acordo com o IBGE (1980).

Tabela 43 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria – 1980

Mesorregião	Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado*
Norte Goiano	Extremo Norte Goiano	282	1.171
	Baixo Araguaia	166	452
	Tocantina de Pedro Afonso	46	113
	Médio Araguaia	421	1.554
	Serra Geral	102	336
Alto Araguaia-Tocantins	Alto Tocantins	553	3.890
	Chapada dos Veadeiros	113	1.613

	Vão do Paranã	117	361
	Rio Vermelho	297	1.118
	Planalto Goiano	541	3.629
	Alto Araguaia	286	286
Goiânia	Mato Grosso de Goiás	3.064	30.956
Sul Goiano	Serra do Caiapó	427	1.906
	Meia Ponte	576	3.376
	Sudeste Goiano	419	2.543
	Vertente Goiana do Paranaíba	703	3.518
	Total	8.113	56.822

* em 31/12/1980

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

Depreende-se que a Mesorregião de Goiânia apresenta primazia no que tange ao quantitativo de estabelecimentos industriais como também ao pessoal ocupado. Nessa Mesorregião estava localizado 37,76% dos estabelecimentos industriais do estado e 54,47% do pessoal ocupado. As mesorregiões Sul Goiano e Goiânia, juntas, correspondem a 63,95% dos estabelecimentos e 74,08% do pessoal ocupado em todo estado. Vale ressaltar que, nessas duas mesorregiões estão localizadas as maiores cidades do estado na atualidade: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Rio Verde, respectivamente.

No que tange aos estabelecimentos comerciais do estado na década em evidência, Goiás possuía um total de 27.038 estabelecimentos entre varejistas e atacadistas sendo 23.335 urbanos e 2.915 rural distribuídos irregularmente entre as mesorregiões e microrregiões conforme pode-se verificar na tabela 44.

Tabela 44 - Goiás - Estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio – 1980

Mesorregião	Microrregião	Estabelecimentos	Pessoal ocupado*
Norte Goiano	Extremo Norte Goiano	1.797	3.988
	Baixo Araguaia	498	1.069
	Tocantina de Pedro Afonso	229	458
	Médio Araguaia	1.556	4.445
	Serra Geral	556	1.101
Alto Araguaia-Tocantins	Alto Tocantins	1.478	4.074
	Chapada dos Veadeiros	279	721
	Vão do Paranã	433	854
	Rio Vermelho	700	1.972
	Planalto Goiano	1.462	3.619
Goiânia	Alto Araguaia	738	1.976
	Mato Grosso de Goiás	11.078	44.835
Sul Goiano	Serra do Caiapó	1.459	4.523
	Meia Ponte	1.173	2.950
	Sudeste Goiano	1.175	2.641
	Vertente Goiana do Paranaíba	2.427	7.501
	Total	27.038	86.727

* em 31/12/1980

Fonte: IBGE (1980). Dados trabalhados pelo autor.

De acordo com a tabela 44 pode-se constatar que os estabelecimentos comerciais estavam, em sua maioria, concentrados na microrregião do Mato Grosso de Goiás, pertencente a mesorregião de Goiânia. Essa microrregião concentrava 40.97% do total dos estabelecimentos comerciais e 51.69% de todo pessoal ocupado nos estabelecimentos em todo o estado. Vários fatores têm contribuído para essa expressividade da microrregião do Mato Grosso de Goiás: é a microrregião com o maior número de municípios abrangentes, sendo 54 no total; abarca municípios com grande pujança econômica e populacional tais como: Goiânia, Anápolis e Goianésia

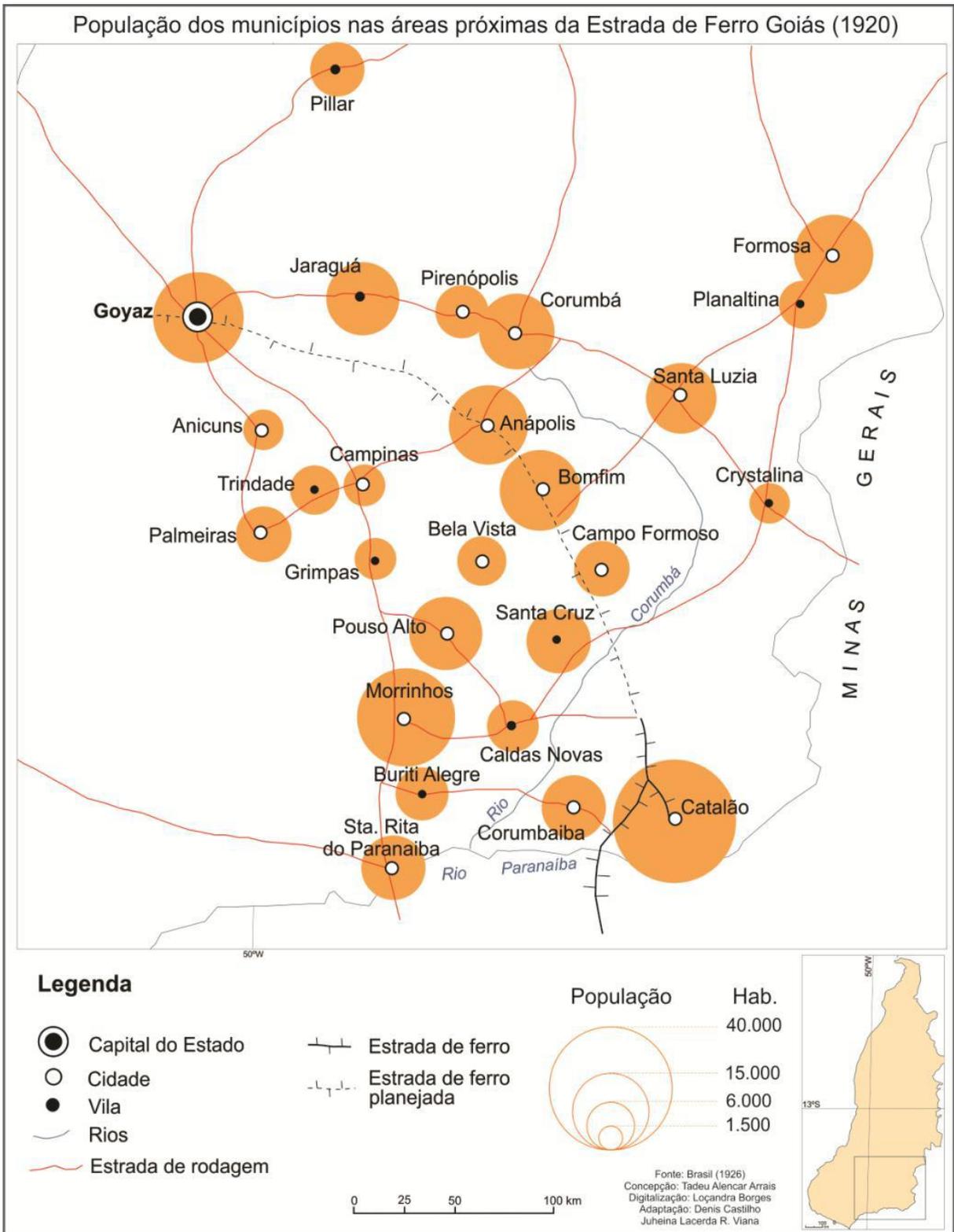
A segunda microrregião com maior número de estabelecimentos e pessoal ocupado figurava a Vertente Goiana do Paranaíba com uma representatividade de apenas 8,97% dos estabelecimentos e 8,64% do pessoal ocupado em todo o estado de Goiás. Por sua vez, a microrregião com menor participação em relação à quantidade de estabelecimentos comerciais e pessoal ocupado encontra-se a microrregião de Tocantina de Pedro Afonso pertencente a Mesorregião do Norte Goiano. Essa microrregião conta com apenas 229 estabelecimentos comerciais correspondendo a 0.84% e 458 pessoas ocupadas correspondendo a 0.52% do total de pessoas ocupadas nesse setor em todo estado.

Na década de 1980, a média mensal do pessoal ocupado nos estabelecimentos comerciais era de 81.550 cruzeiros. Havia 86.727 pessoas ocupadas nos estabelecimentos comerciais. Desse total, 63.462 eram homens, ou seja, 73.17% e 23.265 eram mulheres, representando 26,83% do total de pessoal ocupado.

Em relação às ferrovias, Castilho (2014) aponta que, os primeiros trilhos goianos foram implantados em 1911. No entanto, a partir da década de 1980, a maioria das estações foram desativadas sendo parcial e gradativamente substituída pelo rodoviarismo. É possível verificar as estações em funcionamento como também as desativadas na figura 05.

É notória a concentração da estrada de ferro em Goiás no eixo Catalão-Roncador-Goiânia-Anápolis-Leopoldo de Bulhões. O Ramal de Brasília foi construído nas décadas de 1960 e 1970. A estrada de ferro em Goiás possibilitou um maior adensamento populacional nas localidades por onde passava conforme pode ser evidenciado na figura 13.

Figura 13 - População dos municípios nas áreas próximas da Estrada de Ferro Goiás - 1920

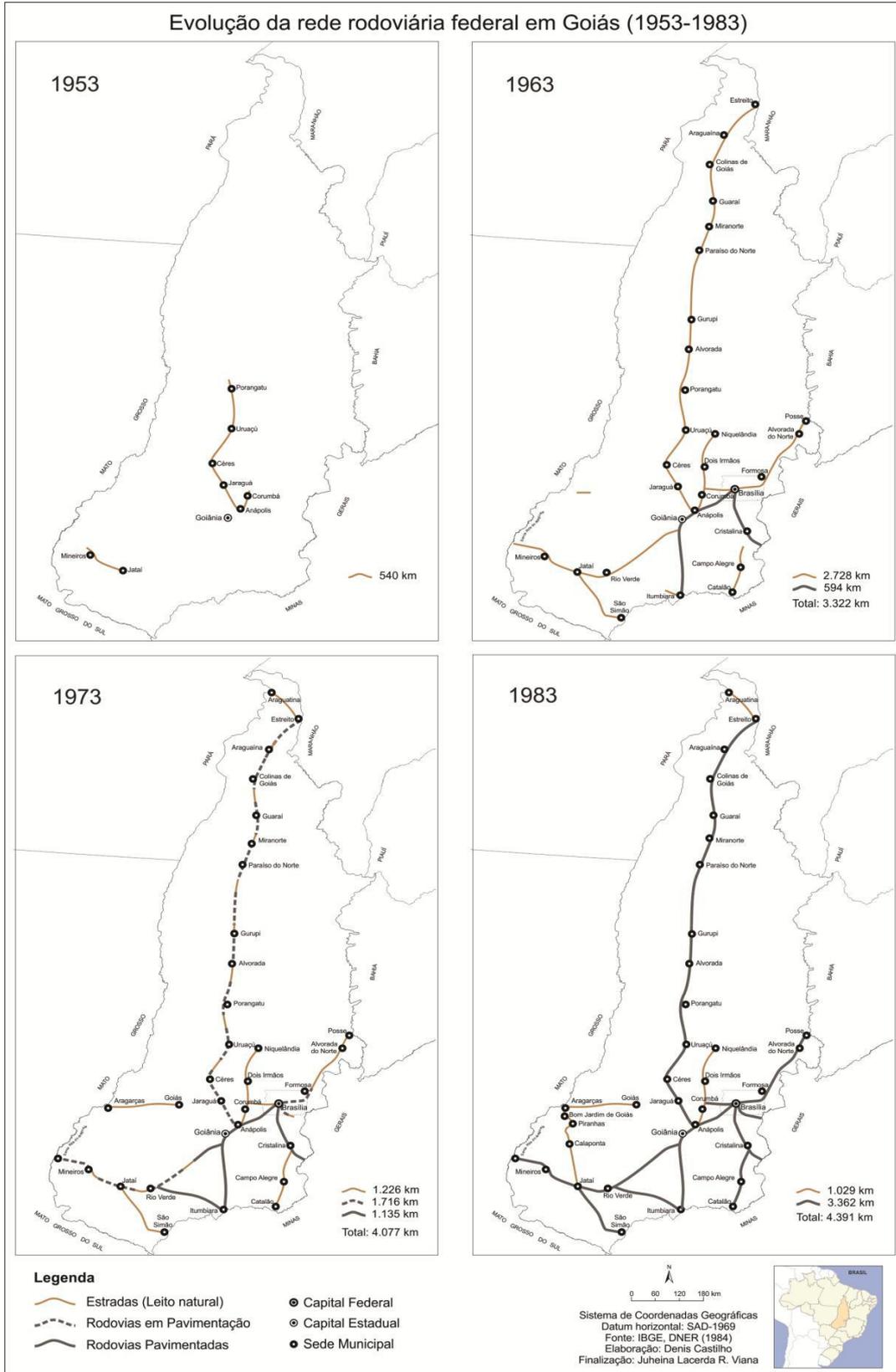


Fonte: Castilho (2014)

Quanto ao transporte rodoviário em Goiás denota-se que o período de maior expansão coincide com o período de implantação da rede rodoviária federal em Goiás. No período entre 1953 e 1983 houve aumento exponencial da malha rodoviária em Goiás saltando de 540 quilômetros implantados para 3.322 (Castilho, 2014).

A respeito da evolução da implantação das rodovias no estado de Goiás, verifica-se figura 14.

Figura 14 - Evolução da rede rodoviária federal em Goiás (1953-1983)



Fonte: Castilho (2014)

Na década de 1980, Goiás possuía 4.391 Km de estradas federais. Destas, 3.362 Km eram pavimentadas. Essas rodovias interligavam os principais eixos econômicos goianos, sobretudo, na porção meridional do estado, ao qual já contava com uma economia pujante relacionada ao Sudeste industrializado do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo primordial buscar entender de que forma as políticas estaduais interferiram no processo de desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano entre as décadas de 1940 a 1980, período em que houve intensa atuação do Estado pelas vias das políticas territoriais, responsáveis pela alocação diferencial de investimentos em determinadas porções desse território.

Para atingir os objetivos geral e específico da pesquisa ora apresentada foram utilizadas as seguintes metodologias: análise documental dos censos demográfico, agropecuário, comercial, industrial e de serviços do estado de Goiás entre as décadas de 1940 a 1980; pesquisa bibliográfica sobre as teorias do desenvolvimento geograficamente desigual em livros, dissertações e principais artigos; análise dos planos de governo estaduais, além de dados contidos em sites do setor público estadual e federal.

Verificou-se que o estado de Goiás, no início do século XX, inicia a integração de sua economia a economia nacional marcado pela intensificação da urbanização e industrialização de parte do sudeste brasileiro, especialmente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, essa integração às áreas centrais do Brasil ocorreu de maneira subordinada aos processos de industrialização/urbanização do Sudeste brasileiro o que ocasionou um desenvolvimento geograficamente desigual no território goiano.

Constatou-se que a construção de Goiânia contribuiu para uma mudança de paradigma político-territorial até então verificada no estado. Goiânia tornou-se um verdadeiro símbolo da modernidade no interior do Brasil, contrapondo-se ao que a Cidade de Goiás ofertava à época. Para Chaveiro (2001, p 38): “Goiânia passou a existir, plasmada no conflito entre o tradicional e o moderno, para dar vazão à criação de uma imagem de nação e elevar Goiás ao eixo econômico mais desenvolvido do país”.

Goiânia e região metropolitana passou a concentrar, desde sua fundação, na década de 1930, grandes investimentos estatais pelos quais corroboraram para o desenvolvimento demográfico, comercial, industrial, agrícola e financeiro. Logo, a capital passou a ser alvo de grande concentração do capital privado em decorrência da infraestrutura que possuía, da oferta de produtos e serviços oferecidos e do

expressivo contingente populacional que se traduzia em um grande mercado consumidor para empresas de diferentes setores.

A construção de Brasília e sua inauguração na década de 1960, representou, para Goiás, grande alocação diferencial de recursos públicos que intensificaram ainda mais o desenvolvimento desigual do estado de Goiás. Verificou-se que, a partir da construção da nova capital, no contexto da Marcha para o Oeste, houve um expressivo fluxo migratório, sobretudo de nordestinos para a região do Planalto Central, intensificando investimentos em infraestrutura de transportes, energia, comunicação e moradia nessa região.

Constatou-se a relevância desempenhada por alguns programas estatais de desenvolvimento: o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB, criado em 1967, com objetivo de incentivar a agricultura familiar para o abastecimento de Brasília, que em 1975 foi transferido para a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

O Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - POLOCENTRO, criado em 1975 com objetivo de desenvolver a agricultura modernizada na região do Cerrado, acabou concentrando os recursos, prioritariamente, em Rio Verde, região Sudeste do estado de Goiás.

A chegada dos trilhos em Goiás, no início do século XX, promoveu integração de regiões antes isoladas ao Sudeste do Brasil. De acordo com Castilho (2014) os primeiros trilhos chegaram em Goiás em 1911 seguindo o padrão de interligação das linhas já construídas. Nesse contexto, a Estrada de Ferro adentrou o território goiano pela porção meridional, conectando cidades como Catalão, Morrinhos, Corumbaíba, Bela Vista e Goiás.

Percebeu-se que a chegada da ferrovia na porção Sul de Goiás promoveu impactos como a valorização fundiária, surgimento de povoados e novas cidades, aumento da produção agrícola e um maior escoamento de mercadorias para atender aos mercados do Sudeste do país. Dessa forma, o Sul goiano se torna uma região em desenvolvimento pela articulação que passou a apresentar a partir da presença da Estrada de Ferro Goiás. Já a porção setentrional de Goiás, marcada pelo atraso, esquecimento, apresentava menor articulação com as regiões mais dinâmicas devido a carência desse e de outros modais de transportes.

Por fim, detectamos que, nos Planos de Governos estaduais analisados no recorte espacial desta pesquisa (1940 a 1980), embora todos eles reconhecessem a existência de uma desigualdade regional (menor articulação na porção setentrional, fator que encarecia o preço dos produtos e maior dinamismo econômico,

concentração de infraestrutura de redes de transportes, de energia e uma maior pujança na porção meridional) os programas contidos para amenizar essa desigualdade não foram suficientes para tal.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2011.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **O território goiano: Uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém. 2007

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª edição, 1998.

BORGES, Júlio César Pereira. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do sertanejo e do território goiano**. 213f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BORGES, Júlio César Pereira. **O estado e políticas públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

BORGES, Júlio Cesar Pereira; GOMES, Ricardo Divino de Oliveira. **A modernização do Brasil e o desenvolvimento geograficamente desigual do território goiano**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Edição On-line, 2021.

BOSCARIOL, R. A; COCCO, R. G; AMORIM, W. V. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado e a Geografia. **Revista Geografia & Pesquisa**, vol. 03, nº 01. 2009

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (24 de fevereiro de 1891). Brasília, DF.

BRASIL. **Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco**. Lei n. 5.365 de 1º de dezembro de 1967. Brasília, 1967.

BRASIL. **Criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO**. Lei n. 75.320 de 29 de janeiro de 1975. Brasília, 1975.

CASTILHO, Denis. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-go – Brasil**. Élisée – Revista de Geografia da UEG. v.1(nº01), p.117-139, jan./jun.2012 Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/582/326> Acesso em: 28 dez. 2023

CASTILHO, Denis. Estado e Rede de Transportes em Goiás – Brasil (1889-1950). **Scripta Nova**, vol. 16, nº 418. 2012

CASTILHO, Denis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CAVALCANTE, Marcelo Antunes.; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro. Ações da SUDECO no desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás - DOI 10.5216/bgg.V31i2.16852. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 169–181, 2012. DOI: 10.5216/bgg.v31i2.16852. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/16852>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CHALO, Guilherme. Desenvolvimento Geográfico Desigual e Neoliberalismo. **Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, vol. 11, nº 20, p 65-81. Rio de Janeiro, 2018.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia Anapolina a partir de 1990**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

ESTEVAM, Luis Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 2ª Ed. Goiânia: editora da UCG, 2004.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Tese (Doutorado em economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GODINHO, Iuri Rincon. **A Construção – cimento, ciência e caos nos primeiros anos de Goiânia**. Simplíssimo, 2015.

GOGGIOLA, Osvaldo. Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Novos Rumos**, São Paulo, nº 42, p. 4-23, 2004.

GOIÁS, 1961. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás**. 1961-1964.

GOIÁS, 1966. **Plano de Ação do Governo**. 1966-1971.

GOIÁS, 1971. **Plano de Governo**. 1971-1975

GOIÁS, 1975. **Diretrizes Gerais e Setoriais de Ação do Governo**. 1975-1979

GOIÁS, 1979. **Plano de Ação**. 1979-1983

GOIÁS, 1987. **Programa de Governo** – proposta para debate. 1987-1991.

GOIÁS, **Plano Global de Trabalho e Plano Setorial de Trabalho** – indústria, comércio e turismo. 1983-1986

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, Horieste, TEIXEIRA NETO, Antônio & BARBOSA, Altair Sales. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2ª ed. Goiânia: Gráfica UFG, 2008

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 17ª edição, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>

IBGE. **Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico - CTD, 2022**.
https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/GO_POP2022.pdf Acesso em 10/02/2024.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE.

https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/GO_POP2022.pdf

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1940: censo demográfico e censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. (Série Regional de Goiás).

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1950: censo demográfico e censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. (Série Regional de Goiás).

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1960: censo demográfico e censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. (Série Regional de Goiás).

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1970: censo demográfico e censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. (Série Regional de Goiás).

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1980: censo demográfico e censos econômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Série Regional de Goiás).

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. PIB dos municípios goianos: 2020. Goiânia, 2020
https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-municipios/PIB_Municipal2020.pdf

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES. Coletânea dos Planos de Governo Estaduais. Disponível em:
https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=213 Acesso em várias datas.

KLEVER, Lucas de Oliveira. **A marcha para oeste: políticas de povoamento e incentivo econômico para o norte e o centro-oeste na Revista Cultura Política (1941-1945)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actuel Marx**, nº 18 p 73-80. 1995. Disponível em:<http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/lowy-michael.pdf>.

NETO, Antônio Teixeira. Os Caminhos de Ontem e de Hoje em Direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**. 21 (1): 51-68. Jan/jul. 2001.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia, Oriente, 1976.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia, Editora UFG, 2007.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, v 10, nº 1 (2007), 1:22.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAFFESTIN, Claude - **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. Neil Smith e o Desenvolvimento Desigual do Capitalismo. **Revista Percurso – NEMO**, v. 6, n. 1 , p. 35- 62, 2014.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **A região de influência de Goiânia entre as décadas de 1990 a 2010**.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **Planejamento e Regionalização: Análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SALGADO, Tathiana Rodrigues. **Setor de serviços e urbanização em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 399-414 - jan./jun. 2014

SANTIAGO, J. R; CARVALHO, D. G. A. **Teoria do desenvolvimento geográfico desigual**. S/D.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico- científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 22ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**: A especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos; tradução de Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva – 3. Ed. 3 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELO, Marcelo de. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha Para o Oeste. In: Cordis. **Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013

SILVA, Wellington Clay Porcino; OLIVEIRA, Júlia Diniz de; NONATO JÚNIOR, Raimundo. David Harvey e o Pensamento Marxista na Geografia. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, Rio de Janeiro, V. 9, N.2, p. 157-171, 2019

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertand, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 2017.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e história no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 909-25, out.-dez. 2006.